

Quadro Comum de Investimentos do Porto Santo 2021-2027



Estratégia de Desenvolvimento Territorial e Plano de Ação PORTO SANTO 2030



Ficha técnica

Título

Quadro Comum de Investimentos do Porto Santo 2021-2027 - Estratégia de Desenvolvimento Territorial e Plano de Ação - PORTO SANTO 2030

Relatório | 1 de Outubro a 30 de Novembro de 2023

Com base no Estudo Técnico elaborado por:

Cláusulas Acessíveis, Lda.

Coordenação

António Costa da Silva

Joel Sá

Equipa

Ângelo Sá

Laura Magalhães

Rita Fialho

Vera Fernandes

Fotografia

Alexandra Correia

Fábio Brito

Promotor

Município do Porto Santo



Estratégia de Desenvolvimento Territorial e Respetivo Plano de Ação 2021-2027 – PORTO SANTO 2030

ÍNDICE

Acrónimos.....	11
Introdução	13
1. As estratégias de especialização inteligente e o novo ciclo de apoio comunitário 2021/2027	19
1.1. Contexto deste processo	19
1.1.1. O Processo	19
1.1.2. Desafios Societais	21
1.1.3. Dimensão Territorial e Escala	22
1.1.4. Elementos de Diferenciação	22
1.1.5. Alinhamento Estratégico Vertical	23
1.1.6. Pilares da estratégia para o concelho do Porto Santo	24
1.1.7. Caracterização e apresentação do concelho do Porto Santo	25
1.2. Enquadramento estratégico	25
1.2.1 Estratégias de especialização inteligente	26
1.2.2 As Universidades no desenho de uma estratégia de Inovação Territorial	28
1.2.3 Papel da governação local e regional: a valorização do território	33
2. Perspetivas de Desenvolvimento e Inovação Regional - Síntese	35
2.1. Enquadramento territorial	35
2.2 Caracterização ambiental	37
2.2.1 Clima	37
2.2.2 Geologia	38
2.2.3 Geomorfologia	39
2.2.4 Hidrografia	40
2.2.5 Pedologia	41
2.2.6 Flora e Vegetação	41
2.2.7 Fauna	42
2.2.8 Qualidade do ambiente	42

2.2.9 Uso e ocupação de solos	43
2.3. Análise demográfica	44
2.3.1 Evolução da população	44
2.3.2 Taxa natalidade	45
2.3.3 Taxa de Fecundidade	46
2.3.4 Taxa mortalidade	48
2.3.5 Densidade populacional	49
2.3.6 Estrutura etária	49
2.4. Análise socioeconómica	50
2.4.1 Atividades económicas	50
2.4.1.1 Estrutura empresarial	51
2.4.1.2 Turismo	53
2.4.2 Emprego	54
2.4.3 Saúde	55
2.4.4 Aspetos sociais e socioculturais	57
2.4.4.1 Nível de Instrução	57
2.4.4.2 Atores Locais	58
2.5. Outras Capacidades Instaladas	59
2.6. Análise dos financiamentos do Programa Operacional Regional da Madeira	62
2.6.1 O Programa Operacional Regional da Madeira (Madeira 2030)	62
2.6.2. Áreas a apoiar	63
2.6.2.1 Uma Região mais inteligente e competitiva	63
2.6.2.2 Uma Região mais conectada	64
2.6.2.3 Uma Região mais próxima dos cidadãos	64
2.6.2.4 Uma Região mais verde	65
2.6.2.5 Uma Região mais social e inclusiva	66
3. Prioridades e linhas de intervenção	67
3.1. Visão, Missão e Objetivos Estratégicos	67
3.2. Áreas de Especialização da Região Autónoma da Madeira	70
3.2.1. Turismo	71
3.2.2. Recursos e Tecnologias do Mar	73

3.2.3. Tecnologias Digitais e Economia 4.0.....	77
3.2.4. Economia Circular, Transição Energética, Ação Climática e Biodiversidade	80
3.2.5. Agricultura, Alimentação e Bioeconomia	83
3.2.6. Saúde e Bem-Estar.....	87
3.3. Domínios de intervenção.....	90
3.3.1. As orientações estratégicas no quadro europeu	90
3.3.2. Alinhamento Regional	94
3.3.4. Um território virtuoso	102
3.3.5. Ativos estratégicos do concelho do Porto Santo	104
4. Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial PORTO SANTO 2030	106
4.1. Uma visão orientadora para a próxima década.....	106
4.1.1. Dinâmicas do Turismo do Porto Santo	110
4.1.1.1. Novas tendências de desenvolvimento nas dinâmicas do turismo do Porto Santo.....	113
4.1.1.2. Novas tendências de investimento para as dinâmicas do turismo do Porto Santo.....	115
4.1.1.3. Necessidades nas dinâmicas do turismo do Porto Santo.....	118
4.1.1.4. Quais as apostas do setor público nas dinâmicas do turismo do Porto Santo.	121
4.1.1.5. Análise SWOT às dinâmicas do turismo do Porto Santo.....	125
4.1.2. Novas formas organizacionais ajustadas a uma economia verde e circular	129
4.1.2.1. Novas tendências de desenvolvimento na economia verde e circular.....	130
4.1.2.2. Novas tendências de investimento na economia verde e circular	131
4.1.2.3. Necessidades na economia verde e circular.....	132
4.1.2.4. Apostas do setor público na economia verde e circular	133
4.1.2.5. Análise Swot às novas formas organizacionais ajustadas a uma economia verde e circular	134
4.1.3. Agricultura e desenvolvimento rural	136
4.1.3.1. Novas tendências de desenvolvimento na agricultura e desenvolvimento rural.....	136
4.1.3.2. Novas tendências de investimento na agricultura e desenvolvimento rural ..	137
4.1.3.3. Necessidades na agricultura e desenvolvimento rural	138
4.1.3.4. Quais as apostas do setor do público na agricultura e desenvolvimento rural	139

4.1.3.5. Análise swot sobre a agricultura e desenvolvimento rural no território da ilha do Porto Santo.....	140
4.1.4. Inovação Social.....	142
4.1.4.1. Novas tendências de desenvolvimento na inovação social	143
4.1.4.2. Novas tendências de investimento na inovação social.....	143
4.1.4.3. Necessidades para a inovação social	144
4.1.4.4. Apostas do setor público na inovação social.....	145
4.1.4.5. Análise swot à inovação social no território da Ilha do Porto Santo.....	146
4.1.5. Dinâmicas da Economia do Mar.....	149
4.1.5.1. Novas tendências de desenvolvimento nas dinâmicas da Economia do Mar..	150
4.1.5.2. Novas tendências de investimento para as dinâmicas da Economia do Mar ..	151
4.1.5.3. Necessidades nas dinâmicas da Economia do Mar.....	155
4.1.5.4. Quais as apostas do setor público nas dinâmicas da Economia do Mar.....	156
4.1.5.5. Análise SWOT às dinâmicas da Economia do Mar.....	159
4.2. Da visão à ação.....	162
4.3. Objetivos estratégicos	163
4.4. Operacionalização da estratégia	167
4.5. Enquadramento nas orientações de política nacional e europeia para 2027	168
5 - Plano de Ação PORTO SANTO 2030	170
5.1. Desafios Estratégicos.....	170
5.2. Metas Estratégicas	171
5.3. Ações a promover no âmbito da EDT	172
5.4. Exercício de Estimativa Orçamental.....	174
5.5. Monitorização, Indicadores e Metas.....	176
5.6. Quadro institucional de suporte e implementação	178
5.7. Outras Áreas de Investimento	180
5.8 . Fotografias de algumas áreas a intervir	181
6. Sumário Executivo.....	191
Referências Bibliográficas	193
ANEXOS	199
Anexo I – Apresentação pública do Plano de Ação.....	200

Anexo II – Relatório dos workshops temáticos para a construção da estratégia de desenvolvimento territorial e respectivo plano de ação 202

LISTA DE ABREVIATURAS..... 207

1. METODOLOGIA 208

1.1. OBJETIVOS 209

1.2. DESTINATÁRIOS 210

1.3. TÉCNICAS E RECOLHA DE INFORMAÇÃO 210

1.4. MÉTODO DE DISCUSSÃO E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES 211

1.5. CRONOGRAMA 212

1.6. RESUMO BIOGRÁFICO DOS ORADORES CONVIDADOS 212

2. TURISMO 214

2.1. DINÂMICAS DO TURISMO..... 215

2.1.1. NOVAS TENDÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO NAS DINÂMICAS DO TURISMO 216

2.1.2. NOVAS TENDÊNCIAS DE INVESTIMENTO PARA AS DINÂMICAS DO TURISMO 217

2.1.3. NECESSIDADES NAS DINÂMICAS DO TURISMO 218

2.1.4. QUAIS AS APOSTAS DO SETOR PÚBLICO NAS DINÂMICAS DO TURISMO 219

2.2. ANÁLISE SWOT ÀS DINÂMICAS DO TURISMO..... 220

2.2.1. OPORTUNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁREA..... 220

2.2.2. FATORES INIBIDORES PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁREA 221

2.2.3. AMEAÇAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁREA 221

2.2.4. FORÇAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁREA 222

3. ECONOMIA VERDE E CIRCULAR..... 223

3.1. NOVAS FORMAS ORGANIZACIONAIS AJUSTADAS A UMA ECONOMIA VERDE E CIRCULAR..... 224

3.1.1. NOVAS TENDÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO NA ECONOMIA VERDE E CIRCULAR.. 225

3.1.2. NOVAS TENDÊNCIAS DE INVESTIMENTO NA ECONOMIA VERDE E CIRCULAR..... 226

3.1.3. NECESSIDADES NA ECONOMIA VERDE E CIRCULAR 227

3.1.4. APOSTAS DO SETOR PÚBLICO NA ECONOMIA VERDE E CIRCULAR 227

3.2. ANÁLISE SWOT ÀS NOVAS FORMAS ORGANIZACIONAIS AJUSTADAS A UMA ECONOMIA VERDE E CIRCULAR 228

3.2.1. OPORTUNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO NA ÁREA..... 228

3.2.2. FATORES INIBIDORES PARA O DESENVOLVIMENTO NA ÁREA 229

3.2.3. AMEAÇAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁREA 229

3.2.4. FORÇAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁREA 230

4. AGRICULTURA 231

4.1. AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL 232

4.1.1. NOVAS TENDÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO NA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL..... 232

4.1.2.	NOVAS TENDÊNCIAS DE INVESTIMENTO NA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	233
4.1.3.	NECESSIDADES NA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	234
4.1.4.	QUAIS AS APOSTAS DO SETOR PÚBLICO NA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	235
4.2.	ANÁLISE SWOT SOBRE A AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	235
4.2.1.	OPORTUNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁREA.....	235
4.2.2.	FATORES INIBIDORES PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁREA	236
4.2.3.	AMEAÇAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁREA	237
4.2.4.	FORÇAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁREA	237
5.	INOVAÇÃO SOCIAL.....	238
5.1.	INOVAÇÃO SOCIAL.....	239
5.1.1.	NOVAS TENDÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO NA INOVAÇÃO SOCIAL	240
5.1.2.	NOVAS TENDÊNCIAS DE INVESTIMENTO NA INOVAÇÃO SOCIAL	240
5.1.3.	NECESSIDADES PARA A INOVAÇÃO SOCIAL.....	241
5.1.4.	APOSTAS DO SETOR PÚBLICO NA INOVAÇÃO SOCIAL.....	242
5.2.	ANÁLISE SWOT À INOVAÇÃO SOCIAL	243
5.2.1.	OPORTUNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁREA.....	243
5.2.2.	FATORES INIBIDORES PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁREA	243
5.2.3.	AMEAÇAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁREA	244
5.2.4.	FORÇAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁREA	245
6.	ECONOMIA DO MAR.....	246
6.1.	ECONOMIA DO MAR.....	247
6.1.1.	NOVAS TENDÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO NA ECONOMIA DO MAR	248
6.1.2.	NOVAS TENDÊNCIAS DE INVESTIMENTO NA ECONOMIA DO MAR	248
6.1.3.	NECESSIDADES PARA A ECONOMIA DO MAR	249
6.1.4.	APOSTAS DO SETOR PÚBLICO NA ECONOMIA DO MAR.....	250
6.2.	ANÁLISE SWOT À ECONOMIA DO MAR NO PORTO SANTO.....	251
6.2.1.	OPORTUNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁREA.....	251
6.2.2.	FATORES INIBIDORES PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁREA	251
6.2.3.	AMEAÇAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁREA	252
6.2.4.	FORÇAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁREA	252
7.	ANEXOS.....	254
7.1.	ANEXO 1 – REGISTO DE PRESENÇAS	255
7.1.1.	REGISTO DE PRESENÇAS 1º WORKSHOP.....	255
7.1.2.	REGISTO DE PRESENÇAS 2º WORKSHOP.....	256
7.1.3.	REGISTO DE PRESENÇAS 3º WORKSHOP.....	256
7.1.4.	REGISTO DE PRESENÇAS 4º WORKSHOP.....	257
7.1.5.	REGISTO PRESENÇAS 5º WORKSHOP	257

Índice de Tabelas

TABELA 1. POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL	45
TABELA 2. TAXA BRUTA DE NATALIDADE	46
TABELA 3. TAXA DE FECUNDIDADE POR GRUPOS ETÁRIOS	47
TABELA 4. TAXA BRUTA DE MORTALIDADE	48
TABELA 5. DENSIDADE POPULACIONAL	49
TABELA 6. POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL POR GRUPOS ETÁRIOS	50
TABELA 7. EMPRESAS NÃO FINANCEIRAS POR SETOR DE ATIVIDADE	51
TABELA 8. ALOJAMENTOS TURÍSTICOS POR TIPO DE ALOJAMENTO	53
TABELA 9. QUARTOS NOS ALOJAMENTOS TURÍSTICOS	53
TABELA 10. ALOJAMENTOS TURÍSTICOS - CAPACIDADE	54
TABELA 11. POPULAÇÃO ATIVA - TOTAL	55
TABELA 12. HOSPITAIS POR NATUREZA INSTITUCIONAL	56
TABELA 13. PROFISSIONAIS DE SAÚDE	56
TABELA 14. POPULAÇÃO RESIDENTE - NÍVEL DE ESCOLARIDADE	57
TABELA 15. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES TRANSFORMATIVAS NA ÁREA DO TURISMO	72
TABELA 16. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES TRANSFORMATIVAS NA ÁREA DOS RECURSOS E TECNOLOGIAS DO MAR	75
TABELA 17. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES TRANSFORMATIVAS NA ÁREA DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS E ECONOMIA 4.0	79
TABELA 18. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES TRANSFORMATIVAS NA ÁREA DA ECONOMIA CIRCULAR, TRANSIÇÃO ENERGÉTICA, AÇÃO CLIMÁTICA E BIODIVERSIDADE	81
TABELA 19. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES TRANSFORMATIVAS NA ÁREA DA AGRICULTURA, ALIMENTAÇÃO E BIOECONOMIA	84
TABELA 20. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES TRANSFORMATIVAS NA ÁREA DA SAÚDE E BEM-ESTAR	88
TABELA 21 - PERSPETIVAS DE CRESCIMENTO DA ECONOMIA DO MAR	152
TABELA 22. ESTIMATIVA ORÇAMENTAL DO PLANO DE AÇÃO	174

Índice de Fotografias

FOTOGRAFIA 1. ZONA ENVOLVENTE DA ESCOLA DO FARROBO	181
FOTOGRAFIA 2. CAPELA SANTA CATARINA	181
FOTOGRAFIA 3. RECUPERAÇÃO DO CAMINHO REAL	182
FOTOGRAFIA 4. ANTIGA ESCOLA DA SERRA DE FORA	182
FOTOGRAFIA 5. ZONA ENVOLVENTE DOS MOINHOS DA PORTELA	183
FOTOGRAFIA 6. JARDIM DO INFANTE	183
FOTOGRAFIA 7. PASSADIÇO CAIS - PRAIA DA FONTINHA	184
FOTOGRAFIA 8. AMPLIAÇÃO DO JARDIM DA CIDADE	185
FOTOGRAFIA 9. REQUALIFICAÇÃO PAÇOS DO CONCELHO	186
FOTOGRAFIA 10. REQUALIFICAÇÃO DA ZONA HISTÓRICA - RUA GONÇALVES ZARCO	187
FOTOGRAFIA 11. REQUALIFICAÇÃO DO MIRADOURO DA PORTELA	188
FOTOGRAFIA 12. ANTIGA ESCOLA DA CAMACHA	188
FOTOGRAFIA 13. REQUALIFICAÇÃO DOS BALNEARIOS DA FONTINHA	189
FOTOGRAFIA 14. ZONA ENVOLVENTE AO MIRADOURO DO MOINHO DAS LOMBAS	189
FOTOGRAFIA 15. PARQUE URBANO DO RIBEIRO SALGADO	190



Índice de Figuras

FIGURA 1. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS EIDT 2021-2027	163
FIGURA 2. CRUZAMENTO DE ORIENTAÇÕES E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	169
FIGURA 3. GEOREFERENCIAÇÃO DAS AÇÕES A PROMOVER.....	176

ACRÓNIMOS

ALMA	Aim, Learn, Master, Achieve
DRA	Direção Regional Agricultura
DRAPS	Direção Regional para a Administração Pública do Porto Santo
EDT	Estratégia de Desenvolvimento Territorial
EIDT	Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial
EMAM	Estrutura Missão para Assuntos do Mar
EMIR	Equipa Médica de Intervenção Rápida
ENEI	Estratégia Nacional para a Especialização Inteligente
EREI	Estratégia Regional de Especialização Inteligente
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FSE	Fundo Social Europeu
IA	Inteligência Artificial
IFCN	Instituto das Florestas e Conservação da Natureza
ITI	Instrumentos Territoriais Integrados
I&D	Investigação e Desenvolvimento
OOM	Oceanic Observatory of Madeira
PDES	Plano Desenvolvimento Económico e Social
PDM	Plano Diretor Municipal
PIB	Produto Interno Bruto
PIE-TRAM	Plano Integrado e Estratégico dos Transportes da Região Autónoma da Madeira
RAM	Região Autónoma da Madeira
RAMPPS	Rede Áreas Marinhas Protegidas do Porto Santo
RIS3	Estratégias de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente
RUP	Região Ultraperiférica da UE
SPEA	Sociedade Portuguesa para Estudo das Aves
SESARAM	Serviço Saúde da Região Autónoma da Madeira
UAç	Universidade dos Açores



2030

UE

União Europeia



INSTITUTO DE
DESENVOLVIMEN
REGIONAL



Cofinanciado pela
União Europeia



Programa
Assistência Técnica



portosanto
2030



Cofinanciado pela
União Europeia

UNESCO

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

ZEC

Zonas Especiais de Conservação

ZEE

Zona Económica Exclusiva



INTRODUÇÃO

O processo de preparação do Quadro de Fundos Comunitários 2021/2027 assume um espaço prioritário da vida do Município do Porto Santo. Estamos numa fase crucial da sua preparação, quer na ambiência das opções políticas, quer na definição da sustentabilidade técnica e socioeconómica que se exige para aproveitar e rentabilizar essa relevante oportunidade de financiamento do investimento público e privado.

Este documento – “Quadro Comum de Investimentos do Porto Santo 2021-2027 - Estratégia de Desenvolvimento Territorial e Plano de Ação - PORTO SANTO 2030” - é o resultado de um processo colaborativo entre o Município do Porto Santo e os atores locais. Com este trabalho, de Elaboração do Plano de Ação de Base Territorial do Município do Porto Santo - Investimentos Territoriais Integrados, denominado “Quadro Comum de Investimentos do Porto Santo 2021-2027 - Estratégia de Desenvolvimento Territorial e Plano de Ação - PORTO SANTO 2030”, pretende-se que funcione como um instrumento técnico de apoio às atividades da Câmara Municipal do Porto Santo, da Região Autónoma da Madeira. Tem o propósito de planeamento de políticas públicas no âmbito do território de intervenção municipal e visa a definição do plano de ação para a contratualização do ITI previsto no Acordo de Parceria Portugal 2030 e no texto do Programa Regional da Região Autónoma da Madeira.

A avaliação do desenvolvimento e operacionalização das políticas públicas em Portugal e na Região Autónoma da Madeira (e na Europa Comunitária), e os novos paradigmas do desenvolvimento inteligente, inclusivo e sustentável, têm vindo a reforçar a necessidade de uma maior proximidade ao território. Bem como, a elaboração de estratégias de desenvolvimento territoriais, focalizando as intervenções nas áreas críticas e diferenciadoras de cada território e tornando mais eficiente a aplicação dos recursos disponíveis. Numa perspetiva mais abrangente, e no âmbito da preparação do próximo Quadro Estratégico Comum, considera-se que a elaboração de planos de ação de base territorial constitui um contributo determinante para a preparação do Acordo de Parceria e dos Programas Operacionais Regionais e Temáticos. Estes instrumentos

virão, futuramente, a possibilitar a concretização das intervenções consideradas prioritárias e estratégicas para cada território.

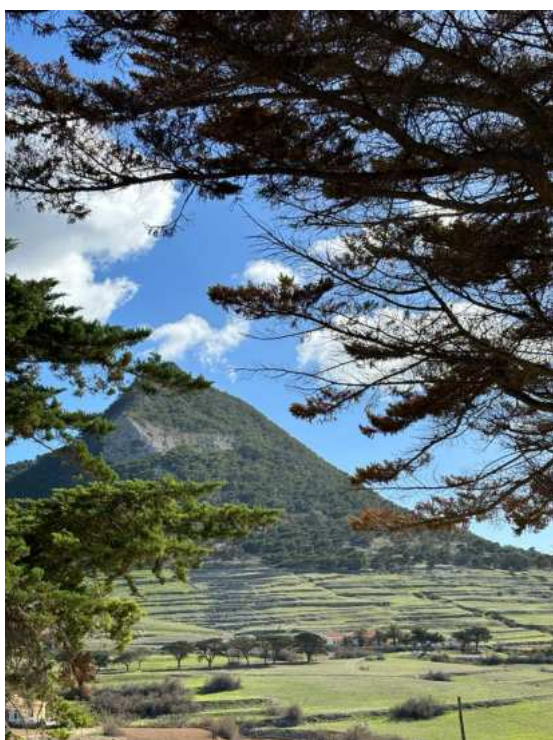
O Plano de Ação a desenvolver pelo Município do Porto Santo respeita os requisitos previstos no artigo 29.º do Regulamento EU 2021/1060 do Parlamento Europeu e do Conselho de 24 de junho de 2021, relativo às disposições comuns, no texto dos programas e na regulamentação nacional, contendo, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Identificação da zona geográfica abrangida pelo Plano de Ação;
- b) Diagnóstico de necessidades e potencialidades do território, em função do desafio específico a que o instrumento territorial pretende dar resposta;
- c) Descrição do Plano e dos seus principais objetivos, incluindo:
 - Identificação dos objetivos estratégicos, objetivos específicos, tipologias de intervenção e das tipologias de operação a mobilizar no quadro do Plano de Ação e respetivo plano de financiamento;
 - Indicadores de realização e resultado a mobilizar e respetivas metas intermédias e finais, para a monitorização e acompanhamento do Plano de Ação;
 - Outras questões de contratualização (e.g. calendarização).
- d) Descrição do envolvimento dos parceiros na elaboração e execução do plano, incluindo o modelo de governação do instrumento territorial;
- e) Resumo do Plano em língua portuguesa e em língua inglesa.

Neste contexto, foram desenvolvidas as ações necessárias à elaboração de Plano de Ação que são a base para a contratualização, com a autoridade de gestão, dos Instrumentos Territoriais Integrados (ITI) previstos no Acordo de Parceria Portugal 2030 e no texto do programa da Região Autónoma da Madeira (RAM), nomeadamente:

- Consultoria de apoio à realização das atividades necessárias à definição dos planos de ação;
- Iniciativas necessárias ao desenvolvimento do plano de ação, nomeadamente, reuniões, workshops e outros similares;
- Ações de divulgação, dinamização e capacitação dos atores, à escala regional, com vista uma melhor eficácia e eficiência na definição dos planos de ação.

O Plano de Ação do Município do Porto Santo constitui instrumentos de política urbana, promovidos no âmbito da Política de Coesão, ao longo do período 2021-2027. Estes visam melhorar o desenvolvimento urbano sustentável, com vista ao fortalecimento da resiliência das cidades e a garantia da existência de sinergias entre os investimentos apoiados pelos Fundos Estruturais e de Investimento Europeus.



O Plano de Ação do Município do Porto Santo considera apenas as medidas de política elegíveis no Programa Regional da RAM. Aquelas que foram consideradas mais relevantes para a mobilização dos Fundos da Política de Coesão, identificando a situação de partida e os resultados que se esperam atingir, com o apoio dos Fundos. O Plano de Ação do Município do Porto Santo vai ser a peça central para o processo de negociação entre a Autoridade de Gestão do Programa Regional da RAM e a Câmara Municipal do Porto Santo, para a

contratualização dos ITI previstos no Acordo de Parceria Portugal 2030 e no Programa Regional da RAM. Os trabalhos a concretizar deverão ainda ter sempre presentes os referenciais estratégicos nacionais em vigor, nomeadamente a Estratégia 2030, o Portugal 2030 e o Regulamento UE 2021/1060 do Parlamento Europeu e do Conselho de 24 de junho de 2021 (Regulamento das Disposições Comuns para o período 2021-

2027), em particular o seu artigo 29º, bem como, o Diagnóstico prospetivo do PDES 2020 e as atualizações mais recentes, que permitem sistematizar constrangimentos ao desenvolvimento regional.

Este Plano de Ação deverá dar efetiva resposta aos desafios enfrentados pelo território do Município do Porto Santo. O mesmo obrigará a um exercício de reflexão integrada, que permita que a estratégia desenhada possa traduzir mais do que a mera soma das necessidades identificadas por cada um dos atores locais, dando continuidade a um trabalho de coordenação e parceria estratégica, que tem vindo a ser assumido pelo Município do Porto Santo. O Plano de Ação deverá ainda incluir informação precisa sobre operacionalização e governança da estratégia, evidenciando coerência e adequada articulação com a estratégia regional ao nível do Município do Porto Santo.

Assim, esta operação prevê a elaboração do Plano de Ação para o território Município do Porto Santo 2021-2027 e a respetiva divulgação, o que se traduz nas ações apresentadas sumariamente a seguir:

Ação 1 – Elaboração do Desenvolvimento da Estratégia Territorial 2021-2027 – PORTO SANTO 2030

Visa, através de processos de concertação à escala municipal, dar origem a uma visão conjunta que identifique os principais constrangimentos e os desafios para os próximos anos, bem como, as prioridades de intervenção no território. Este, projeta as necessidades de afetação dos fundos comunitários, em alinhamento com as reorientações de cariz transversal, para a aplicação do próximo quadro de apoio Região Autónoma da Madeira e em Portugal.

Os outputs resultantes desta ação deverão incluir:

- I. Diagnóstico sintético ou atualização de diagnósticos anteriores explicitando, por exemplo: os principais pontos fortes e pontos fracos; oportunidades e ameaças do território; especificidades e assimetrias no território; resultados de

intervensões anteriores sobre o território; ligações estratégicas do território à Região Autónoma da Madeira e Portugal.

- II. Estratégia de desenvolvimento do território assente em grandes linhas de intervenção integrada, referenciando, por exemplo: áreas de intervenção e projetos âncora; utilização/rentabilização de infraestruturas/recursos endógenos disponíveis; principais parcerias estratégicas exteriores ao território; principais valências existentes ou principais necessidades de aquisição de novas valências no território.

Ação 2 - Elaboração do “Plano de Ação para Desenvolvimento da Estratégia Territorial 2021-2027 – PORTO SANTO 2030”

Visa, através do desenvolvimento de processos de concertação à escala municipal, a definição de um Plano de Ação de apoio ao desenvolvimento e investimento no concelho do Porto Santo para o período 2021-2027, alinhado com o Acordo de Parceria Portugal 2030 e no texto do Programa Regional da RAM, devidamente enquadrados no planeamento de políticas públicas, no âmbito dos seus territórios de intervenção.

Os outputs esperados deverão contemplar, nomeadamente, os seguintes pontos:

- I. Definição dos objetivos específicos, organização e modelo de implementação do “Plano de Ação para Desenvolvimento da Estratégia Territorial 2021-2027 – PORTO SANTO 2030”, bem como, das correspondentes metas quantificadas e das entidades tomadoras associadas;
- II. Definição e caracterização sistemática do “Plano de Ação para Desenvolvimento da Estratégia Territorial 2021-2027 – PORTO SANTO 2030”, integrando os Projetos / Iniciativas prioritários para a concretização da estratégia assumida pelo Plano de Ação no período 2021-2027 e envolvendo uma especificação da principal informação de suporte à respetiva montagem técnica, financeira e institucional, designadamente, através da elaboração de fichas de pré-projecto.

- III. Proposta de modelo de governação da rede local responsável pela estruturação, dinamização e seguimento do Plano de Ação no período 2021-2027. O modelo de governação do Plano de Ação deve englobar o conjunto de entidades territoriais, setoriais, empresariais, universitárias e financeiras mais pertinentes e representativas para a sua validação técnica e institucional, e respetiva concretização.
- IV. Proposta de especificações técnicas a incluir no caderno de encargos para a aquisição de serviços de monitorização da implementação do Plano de Ação.

Ação 3 – Comunicação e divulgação.

Visa a divulgação da estratégia de desenvolvimento territorial. Numa primeira fase pretende-se um debate com o intuito de aumentar os contributos e o envolvimento da região. Posteriormente, depois de definidas as bases da estratégia, pretende chamar a si toda a região para a sua implementação/concretização.

Os outputs resultantes desta ação deverão incluir:

- I. Workshop;
- II. Publicações;
- III. Divulgação em órgãos de comunicação social.

1. AS ESTRATÉGIAS DE ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE E O NOVO CICLO DE APOIO COMUNITÁRIO 2021/2027

1.1. CONTEXTO DESTE PROCESSO

O documento “Quadro Comum de Investimentos do Porto Santo 2021-2027 - Estratégia de Desenvolvimento Territorial e Plano de Ação - PORTO SANTO 2030” resulta de um longo processo de discussão e construção conjunta entre o Município e os diferentes *stakeholders* locais e regionais. O protocolo de colaboração interinstitucional que o consubstancia, possibilita, por um lado, a confirmação de um processo histórico de cooperação entre diferentes instituições e, por outro, a oportunidade de, em conjunto, procederem ao desenho deste documento enquadrador das dinâmicas locais, para o próximo quadro de financiamento europeu. O que aqui se apresenta resulta de um processo multifacetado, com distintos mecanismos de participação, debate e envolvimento dos mais diversos agentes locais. A condução, em parceria com os diferentes agentes, tornou possível a apresentação de uma visão alargada, plural e consensualizada, do enquadramento estratégico do concelho do Porto Santo.

A este processo presidiu um conjunto de princípios que foram considerados centrais, adequados à realidade local e em articulação com experiências anteriores de colaboração interinstitucional: 1) a valorização das prioridades de investimento definidas em instrumentos anteriores municipais; 2) a articulação com os agentes locais e regionais e a valorização do enquadramento estratégico Europeu; e 3) a consensualização, no sentido da apropriação da estratégia, por parte dos *stakeholders*.

1.1.1. O PROCESSO

O processo que correspondeu à elaboração desta estratégia obedeceu à seguinte abordagem metodológica e calendarização: a) levantamento e caracterização; b) alinhamento e definição de prioridades; e c) definição de plano de ação e mecanismo de monitorização.

Nesse sentido, e num primeiro nível, a matriz para a revisão da EIDT deve situar-se num quadro global composto pelas quatro agendas temáticas definidas pelo Governo para o Portugal 2030 (considerando os respetivos domínios estratégicos) e pelas prioridades, que resultam das propostas da Comissão Europeia em matéria de investimento, no âmbito do financiamento da política de coesão, para Portugal, no período 2021-2027. Os cinco objetivos estratégicos definidos pela Comissão Europeia e as quatro agendas temáticas do Portugal 2030.

Assim, segundo o anexo D do documento COM (2019) 150 final - Semestre Europeu de 2019, os cinco objetivos estratégicos europeus são:

- ⇒ **Uma Europa mais inteligente** - transformação industrial inovadora e inteligente.
- ⇒ **Uma Europa mais verde e hipocarbónica** – transição para uma energia limpa e equitativa, investimentos verdes e azuis, economia circular, adaptação às alterações climáticas e prevenção de riscos.
- ⇒ **Uma Europa mais conectada** – mobilidade e conectividade regional em matéria de tecnologias de informação e comunicação.
- ⇒ **Uma Europa mais social** - implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais.
- ⇒ **Uma Europa mais próxima dos cidadãos** - promoção do desenvolvimento sustentável e integrado das zonas urbanas, rurais e costeiras, bem como, das iniciativas locais.

Por outro lado, as quatro agendas e respetivos domínios estratégicos nacionais são:

- ⇒ **As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdades.** Sustentabilidade demográfica; promoção de inclusão e luta contra a exclusão; combate às desigualdades.
- ⇒ **Inovação e qualificações como motores do desenvolvimento.** Promoção da sociedade do conhecimento; inovação empresarial; qualificação dos recursos humanos; qualificação das instituições.

⇒ **Um país competitivo externamente e coeso internamente.** Competitividade das redes urbanas; projeção da faixa atlântica; inserção territorial no mercado ibérico.

⇒ **Competitividade e coesão na baixa densidade. Um país sustentável e que valoriza os seus recursos endógenos.** Política climática e transição energética; adaptação e valorização do território; mobilidade sustentada; economia circular e gestão de resíduos; eficiência energética das cidades; economia do mar; ciclo urbano da água; agricultura e florestas.

1.1.2. DESAFIOS SOCIETAIS

A Estratégia de Desenvolvimento Territorial 2021-2027 é uma peça central no posicionamento do concelho do Porto Santo para o futuro período de programação financeira da União Europeia e o resultado deste processo de definição da Estratégia. Considera-se este quadro - Europa 2030 - não como uma ameaça, não como uma necessidade de adaptação das práticas em termos de políticas públicas, mas sim, como uma oportunidade.

Para o Município do Porto Santo este quadro de referência vem possibilitar um passo seguinte na criação de um território mais coeso e mais competitivo. O período de infraestruturas do concelho está a ser conduzido a diversas velocidades, de acordo com as necessidades setoriais e dinâmicas do território. Hoje, o desafio para o Município do Porto Santo, é o da criação de valor. Criação de Valor que seja sustentável, ambientalmente eficiente e economicamente inteligente.

Entende-se que não será difícil dar o salto para este novo paradigma comunitário e reconhecer como prioritárias questões como a criação de um contexto favorável ao empreendedorismo; a promoção da qualidade de vida e a aposta em regiões inteligentes: dos desafios da eficiência energética; da utilização eficiente de recursos; da promoção da competitividade; da aposta nas qualificações e competências; na inclusão

e inovação social. Ou seja, de uma forma geral, uma resposta aos desafios sociais, tal como definidos no âmbito do Horizonte 2030.

1.1.3. DIMENSÃO TERRITORIAL E ESCALA

A dimensão territorial e de escala, relativa à intervenção de políticas públicas ao nível municipal, neste caso uma ilha, um concelho, uma freguesia. A escala de decisão e implementação de políticas públicas, à escala proposta, apresentam vantagens significativas, quando comparadas com mecanismos e instrumentos de escala regional ou nacional.

A escala, não apenas, a escala da identidade territorial (por isso mais próxima das necessidades e do potencial existente) mas é também a escala da eficiência das políticas públicas.

Tendo em conta que estamos perante uma ilha, a diferenciação territorial é decisiva. O concelho do Porto Santo apresenta três significativas vantagens quando comparada a outros territórios: recursos, instrumentos de governação e conhecimento.

1.1.4. ELEMENTOS DE DIFERENCIAÇÃO

A ilha do Porto Santo é um território único: com mar e serra; com um setor turístico em franco crescimento e com forte potenciável de alavancagem de outros setores; com uma atividade social muito dinâmica; com um polo marcadamente urbano e áreas indiscutivelmente preservadas. Estas são algumas características que marcam claramente este território. É um território com recursos de excelência (patrimoniais, ambientais e paisagísticos). E possui uma identidade cultural muito forte.

Este território pode ser único em termos de governação, de articulação de interesses, no dinamismo de que são exemplo o número de iniciativas no âmbito do pacote de fundos disponível, e defesa de projetos comuns particularmente diferenciadora de outras. É certo que há ainda um caminho longo a ser efetuado. Nomeadamente, as

práticas de articulação entre atores locais merece ser melhorada. No centro do quadro Europa 2030 está o conhecimento e a inovação. Estas condições estão presentes no território e manifestam-se das mais diversas formas. Um território com capital de conhecimento e potencial de inovação.

1.1.5. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO VERTICAL

Seguindo as indicações e os pressupostos de alinhamento regional sugeridos pelas orientações europeias para o próximo programa quadro, a definição da Estratégia de Desenvolvimento Territorial 2021-2027, para o Município do Porto Santo, foi orientada numa lógica de especialização inteligente. Este conceito, que procura identificar e potenciar a especialização regional em setores de reconhecida experiência e potencial comparativo, reconhece e sublinha o papel central da articulação dos instrumentos de financiamento europeu com as necessidades locais e regionais, procurando maximizar o seu potencial económico de crescimento e de inovação. No centro destas estratégias deverá estar a seleção criteriosa das prioridades de políticas públicas. Esta deve ser, assim, efetuada com base na identificação e diagnóstico, e não em aspirações ou intenções. A diversificação e o reconhecimento da natureza sistémica da inovação, bem como, a articulação regional, nacional e europeia devem ser preocupações centrais neste processo. A descarbonização e digitalização fazem parte das ambições comuns.

Importou garantir o alinhamento e a articulação com o novo enquadramento do Quadro Estratégico Comum relativo à Política de Coesão 2021/2027. Garantir os meios para uma melhor perspetiva sobre a forma como as preferências e prioridades municipais se articulam com a nova estratégia nacional, no âmbito do futuro Contrato de Parceria, dos desafios europeus e dos instrumentos de gestão territorial. Este processo de alinhamento decorreu de forma particularmente intensa, na medida em que, tanto a definição da estratégia nacional como a regional, foram dando passos em paralelo, à definição que estava a ser levada a cabo no âmbito da RAM.



O trabalho desta estratégia – designado por Quadro Comum de Investimentos do Porto Santo 2021-2027 - Estratégia de Desenvolvimento Territorial e Plano de Ação - PORTO SANTO 2030–vai de encontro à estratégia de especialização regional RIS3, Madeira 2030 e com um Acordo de Parceira do Estado Português, ainda por apresentar. Naturalmente, esta simultaneidade obrigou a uma permanente atenção e adequação do alinhamento vertical da estratégia de desenvolvimento territorial do Município do Porto Santo, tornando este processo mais complexo, e muito mais desafiante.

O resultado final veio confirmar uma evidente articulação entre os vários níveis territoriais e de governação estratégica, possibilitando concluir este processo de definição estratégica ao nível local, certos do seu eficaz alinhamento. Para este alinhamento, importou, ainda, garantir que as preferências e prioridades municipais se articulam com a nova estratégia regional e nacional, no âmbito do Acordo de Parceria, dos desafios europeus e dos instrumentos de gestão territorial.

1.1.6. PILARES DA ESTRATÉGIA PARA O CONCELHO DO PORTO SANTO

As prioridades do crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, associadas aos desafios sociais do horizonte 2030, constituem, assim, um dos quatro pilares do desenho da Estratégia de Desenvolvimento Territorial e do Plano de Ação para Desenvolvimento da Estratégia Territorial 2021-2027.

As estratégias de especialização inteligente necessitam de estar ancoradas, não apenas, nas competências instaladas em termos de economia local e regional e das suas estruturas de inovação, mas também nas perspetivas de desenvolvimento futuro. A adoção de uma visão abrangente sobre a inovação, que ultrapassa as fronteiras tradicionais da atividade empresarial e da tecnologia, é necessária, envolvendo todos os setores da sociedade. Esta caracterização deve, portanto, analisar: 1) vantagens locais; 2) posição do concelho do Porto Santo na economia regional, nacional, europeia e global, e potencial de internacionalização; 3) dinâmicas do contexto empreendedor.



Acresce ainda, que para a definição de uma estratégia para o crescimento e inovação importa garantir a articulação, a definição de prioridades e a identificação do potencial associado às diferentes interações entre as áreas referentes às estratégias de especialização inteligente: território, políticas públicas e conhecimento. Quanto à visão, os município e os territórios não se afirmam apenas pelo que foram ou são hoje, mas também pelo que anseiam ser. Não o fazendo de forma desgarrada da realidade, das capacidades instaladas e dos recursos endógenos, a visão do território deve, também, ajudar a orientar a estratégia.

1.1.7. CARACTERIZAÇÃO E APRESENTAÇÃO DO CONCELHO DO PORTO SANTO

Porto Santo tem 42,48 km² de área e conta com 5158 habitantes. É um dos seis municípios de Portugal que têm uma única freguesia, a qual tem o mesmo nome. É frequentemente referida, pelos madeirenses, como ilha dourada. A ilha do Porto Santo foi descoberta em 1418 por João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira, um ano antes da ilha da Madeira.

O Porto Santo é um município português que ocupa toda a ilha do Porto Santo e ilhéus adjacentes, na Região Autónoma da Madeira, com sede na cidade de Vila Baleira, povoação que não deu nome ao município.

O Porto Santo foi elevado a reserva da biosfera da UNESCO em 28 de outubro de 2020.

1.2. ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO

Com a conclusão do período de programação 2014-2020, a Comissão Europeia redesenhou um mecanismo para uma alocação mais eficiente de fundos estruturais entre as regiões. Este processo, anteriormente relacionado com o desenvolvimento de estratégias de inovação regional, está, agora, dependente de uma estratégia regional - articulada - de especialização inteligente (*Smart Specialization Strategies*).

Neste sentido, surge o conceito de especialização inteligente, assim como a definição dos princípios fundamentais sobre os quais deve ser concebida uma estratégia de especialização inteligente. É sob estes princípios fundamentais que os Estados-Membro da União Europeia, bem como as regiões de cada Estado-Membro, devem reger-se para a elaboração da sua Estratégia Nacional ou Regional de Especialização Inteligente.

1.2.1 ESTRATÉGIAS DE ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE

De acordo com a Comissão Europeia, a Especialização Inteligente, concebida no âmbito da Política de Coesão, é uma abordagem de base local, caracterizada pela identificação de áreas estratégicas de intervenção, com base, tanto na análise dos pontos fortes e do potencial da economia, como num processo de descoberta empreendedora, com amplo envolvimento dos *stakeholders*. É direcionada para o exterior, e abrange uma visão ampla da inovação, incluindo, mas não se limitando, a abordagens orientadas para a tecnologia, apoiadas por mecanismos de monitorização eficazes.

Também segundo a Comissão Europeia, uma Estratégia de Especialização Inteligente deve ser concebida em torno de vários princípios fundamentais, que são:

- A especialização inteligente é uma abordagem de base local, o que significa que se baseia nos ativos e recursos disponíveis para as regiões e para os Estados-Membro, assim como nos seus desafios socioeconómicos específicos, para identificar oportunidades únicas de desenvolvimento e crescimento;
- Ter uma estratégia significa realizar escolhas de investimento. Deste modo, os Estados-Membro e as regiões deverão apoiar apenas um número limitado de prioridades bem identificadas para investimentos e/ou *clusters* baseados no conhecimento. Especializar-se significa concentrar-se nos pontos fortes competitivos e nos potenciais de crescimento realistas, apoiados por uma massa crítica de atividade e recursos empresariais;

- A definição de prioridades deve ser um processo inclusivo de envolvimento dos *stakeholders* centrado na “descoberta empreendedora”, que é um processo interativo no qual as forças de mercado e o setor privado descobrem e produzem informação sobre novas atividades, e o governo avalia os resultados e capacita os atores com maior capacidade para concretizar este potencial;

- A estratégia deve compreender uma visão ampla da inovação, apoiando a inovação tecnológica, bem como a inovação baseada na prática e a inovação social, o que permitiria que cada região e cada Estado-Membro moldasse as escolhas políticas de acordo com as suas condições socioeconómicas únicas;

- Por último, uma boa estratégia deve incluir um sistema sólido de monitorização e avaliação, bem como, um mecanismo de revisão para atualizar as escolhas estratégicas.

Posto isto, as Estratégias de Especialização Inteligente podem ter um âmbito mais macro, ao nível de cada Estado-Membro da União Europeia, mas também podem ter um âmbito mais micro, em termos de cada região de cada Estado-Membro. Atualmente, nível nacional existe a Estratégia Nacional para uma Especialização Inteligente (ENEI) 2030, para o quadro comunitário referente ao período 2021-2027. Por outro lado, a nível regional, atualmente, existem as Estratégias Regionais de Especialização Inteligente (EREI) do Norte, do Centro, de Lisboa, do Alentejo, do Algarve, da Região Autónoma dos Açores e da Região Autónoma da Madeira, para o quadro comunitário 2021-2027.

Este estudo, debruça-se pela EREI da Região Autónoma da Madeira (RAM), para o quadro comunitário 2021-2027. A EREI da RAM propõe para o quadro 2021-2027 um aumento significativo da despesa total de I&D no PIB da região, procurando capitalizar a experiência do quadro anterior (2014-2020). Esta lógica de continuidade justifica-se pelo facto de a RAM se ter destacado positivamente na dinâmica de transferência do conhecimento para a economia. Contudo, na continuidade deste processo de transferência, importa ter em conta os sobrecustos elevados decorrentes da

insularidade e da ultraperiferia, a limitação demográfica na criação de massa crítica e o domínio do setor turístico na economia.

Face a estas condições, revela-se essencial viabilizar uma diversificação inteligente, com a criação de plataformas facilitadoras de práticas colaborativas e um aumento dos instrumentos de capitalização para as atividades de I&D+i. Deste modo, a EREI da RAM, para 2021-2027, baseia-se numa lógica tridimensional constituída por Ativos, Condições Empresariais e Dinâmica de Procura, garantindo concomitantemente uma articulação da EREI com a ENEI. Em linha, a operacionalização da EREI proporá linhas de ação com planos e processos de descoberta empreendedora, bem como, sistemas de monitorização permanentes que respeitem a combinação de políticas prevista nos programas de financiamento nacionais e europeus.

Deste modo, o desafio da Especialização Inteligente exige consonância da EREI com a ENEI e com o Programa Operacional regional, assim como, a diversificação inteligente das atividades de I&D, procurando gerar soluções de valor acrescentado.

1.2.2 AS UNIVERSIDADES NO DESENHO DE UMA ESTRATÉGIA DE INOVAÇÃO TERRITORIAL

As instituições do ensino superior desempenham um papel determinante no desenvolvimento dos territórios enquanto centros de formação de recursos humanos e motores geradores de riqueza. Em adição, a presença de universidades num determinado território possibilita uma maior envolvência da comunidade local e ainda um maior aproveitamento do potencial do território, através da promoção de projetos que tenham em vista a preservação e produção de conhecimento, direcionado para a valorização dos recursos e património local. A envolvência das instituições do ensino superior com as associações locais e o estabelecimento de parcerias juntamente com os agentes económicos e as instituições governamentais, nomeadamente através da elaboração de projetos de investigação de natureza científica, revelam-se oportunidades de crescimento e aceleração da transmissão de conhecimento no

território. Além disso, são autênticos impulsores de crescimento económico. Pois, permitem a formação e retenção de recursos humanos qualificados e, primordialmente, a transferência de inovação e tecnologia. Fatores determinantes para o progresso económico de qualquer cidade ou região.

Num território circunscrito e de reduzida dimensão como é o território que caracteriza a ilha do Porto Santo, a presença de instituições de ensino superior possibilitaria uma maior atração e fixação de população e potenciaria a formação de recursos humanos, mitigando a médio prazo a problemática atual de escassez de recursos humanos qualificados que se verifica. Numa outra vertente, ao nível da investigação e desenvolvimento, a ilha do Porto Santo, pelas suas características e património natural, dispõe ainda de um enorme potencial passível de ser explorado através da elaboração de investigações/estudos de natureza científica sobretudo nos domínios científicos da Biologia e Geologia.

Em específico, a Reserva da Biosfera da UNESCO compreende um conjunto de sistemas ecológicos terrestres e marinhos que, por sua vez, se subdivide em áreas protegidas e classificadas, onde se inclui a Rede de Áreas Marinhas Protegidas do Porto Santo (RAMPPS), aprovada pelo Decreto Legislativo



Regional n.º 32/2008/M, de 13 de agosto; duas Zonas Especiais de Conservação (ZEC): o Pico Branco (PTPOR0002) aprovada pela Resolução n.º 751/2009, de 2 de julho, e os Ilhéus do Porto Santo (PTPOR0001) aprovada pela Resolução do Conselho de Governo n.º 1341/2009, de 3 de novembro; por um SIC (SIC Cetáceos) aprovado pela Resolução n.º 699/2016, de 17 de outubro, incluído na Rede Natura 2000 – PTMMD0001 Cetáceos da Madeira, ao abrigo da Decisão de Execução (UE) 2019/20 da Comissão, de 14 de dezembro de 2018, que adota a sétima atualização da lista dos sítios de importância

comunitária da região biogeográfica macaronésica; e duas áreas Importantes para as Aves e Biodiversidade (IBAs) (Reserva Biosfera, 2019, p.26). Em particular, no domínio da Geologia estão classificados no território dez Geossítios (Praia, Zimbralinho, Morenos, Pico de Ana Ferreira, Serra de Dentro, Pico da Cabrita, Fonte da Areia, Ilhéu de Cima - Pedra do Sol, Ilhéu de Cima – Cabeço das Laranjas, Ilhéu da Cal) e sete sítios de geodiversidade (Pico Espigão, Serra de Fora, Pico Branco, Porto das Salemas, Pico da Juliana, Pico do Facho e Pico do Castelo). Acresce o facto da Pedreira do Pico de Ana Ferreira ser “Imóvel de Interesse Público e Valor Concelhio (Valor Regional) e Património Científico (geológico)”, de acordo com o PDM, ratificado pela Resolução da Presidência do Governo n.º 856/99 e ainda classificado como Património Cultural Natural, de Valor Regional, pela resolução n.º 592/99; assim como o Maciço Montanhoso de Ana Ferreira, o Maciço Montanhoso Central do Porto Santo, a Praia e a Zona Dunar integrarem a Rede de Biótopos CORINE ao abrigo do outrora Programa CORINE 85/338/CEE (*idem*).

A identificação do conjunto de áreas protegidas, bem como, de roteiros de elevado interesse, potencializa a possibilidade de produção de conhecimento científico na área da biogeodiversidade, colocando à disposição da comunidade académica a possibilidade da realização de investigações ou estudos científicos nestes domínios.

Em síntese, elencamos os projetos de investigação ou de intercâmbio científico que tiveram lugar recentemente na ilha:

- PROJETO LIFE 99 NAT/P/006431: Projeto que teve como objetivo central a realização de estudos técnico-científicos nas áreas de biologia reprodutiva, variabilidade genética, ecologia, taxonomia, propagação vegetativa e seminal, fisiologia da germinação, conservação de sementes em banco de germoplasma, reforço de populações e reintrodução de espécies com vista à preservação dos habitats naturais (Reserva Biosfera, 2019, p.26).
- PROJETO LIFE ILHÉUS DO PORTO SANTO (LIFE09 NAT/PT/000041) “TRAVAR A PERDA DA BIODIVERSIDADE EUROPEIA ATRAVÉS DA RECUPERAÇÃO DE HABITATS E ESPÉCIES DOS ILHÉUS DO PORTO SANTO E ÁREA MARINHA

ENVOLVENTE”: Teve lugar no período compreendido entre 2010 a 2015 e envolveu o Serviço do Parque Natural da Madeira, em associação com a Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA) e que teve como objetivo a criação de condições para a recuperação de habitats e espécies.

- Elaboração do PLANO DE REDUÇÃO DA POLUIÇÃO LUMINOSA NA CONSERVAÇÃO DAS AVES MARINHAS DO PORTO SANTO: Foi realizado no período compreendido entre 2010 a 2015 e teve em vista a identificação dos pontos de iluminação mais prejudiciais na orientação das aves marinhas. Continua em vigor sob a coordenação do IFCN, IP-RAM, através do Corpo de Vigilantes da Natureza, sendo monitorizado em cooperação com a SPEA.
- INSTALAÇÃO DE UM RECIFE ARTIFICIAL NO MAR DA ILHA DO PORTO SANTO MEDIANTE O AFUNDAMENTO DA CORVETA PEREIRA DE EÇA – FEAMP – QUADRO ESTRATÉGICO COMUM (QEC): Este projeto teve em vista a criação de um recife artificial projetado a partir do afundamento controlado da Corveta da Marinha de Guerra Portuguesa, General Pereira D’Eça.
- LIFE 04/PT/000213 - IBAS-MARINHAS. “ÁREAS IMPORTANTES PARA AS AVES MARINHAS EM PORTUGAL”: Teve lugar no período compreendido entre 2004 a 2008 e contou com a coordenação do SPEA com o apoio do então Serviço do Parque Natural da Madeira. Este projeto teve como principal objetivo identificar as áreas mais adequadas para as aves marinhas incluídas no Anexo I da Diretiva Aves resultando a identificação de 17 IBA em Portugal Continental, no Arquipélago dos Açores e Arquipélago da Madeira.
- CAMPANHA EMAM/PEPC_M@RBIS/2011 DESENVOLVIDA NAS ILHAS DESERTAS, PORTO SANTO E MADEIRA ENTRE 16 A 25 DE JULHO DE 2011: Projeto coordenado pela Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar (EMAM) e

enquadrado no Projeto de Extensão da Plataforma Continental e no ProjetoM@rBis que envolveu um intercâmbio científico que reuniu um conjunto alargado de investigadores, universidades e centros de investigação. Este projeto visou a recolha de amostras e coleção de dados concernentes a espécies marinhas.

- DESIGN OPTIMIZATION AND IMPLEMENTATION OF DEMERSAL SURVEY CRUISES IN THE MACARONESIAN ARCHIPELAGOS. DG XIV, STUDY CONTRACT 94/034. DESIGN OPTIMIZATION AND IMPLEMENTATION OF DEMERSAL SURVEY CRUISES IN THE MACARONESIAN ARCHIPELAGOS II. DG XIV, STUDY CONTRACT 95/095: Projetos desenvolvidos entre 1994 e 1997 que contou com o envolvimento de entidades de investigação dos Açores (Departamento de Oceanografia e Pescas), Canárias (Instituto Canário de Ciências Marinhas) e Madeira (DRP/Serviço de Investigação).
- OBSERVATÓRIO EM REDE DAS PESCAS E AMBIENTE MARINHO DA MACARONÉSIA, ORPAM, INTERREG IIIB, MAC/4.2/A1 E OBSERVATÓRIO EM REDE DAS PESCAS E AMBIENTE MARINHO DA MACARONÉSIA – FASE II, ORPAM II, INTERREG IIIB, 03/MAC/4.2/A2: Projetos desenvolvidos em 2004 e 2005 que contaram com a participação da Universidade dos Açores (DOP/UAç) e a Universidade da Madeira (DRP/ Serviço de Investigação) que visaram a consumação de campanhas de prospeção de peixes demersais.
- RECURSOS PESQUEIROS DE ÁGUAS PROFUNDAS DO ATLÂNTICO CENTRO-ORIENTAL, PESCPROF-1, INTERREG IIIB, MAC/4.2/M12 E RECURSOS PESQUEIROS DE ÁGUAS PROFUNDAS DO ATLÂNTICO CENTRO-ORIENTAL: AVALIAÇÃO DO SEU POTENCIAL E DIFUSÃO DE RESULTADOS, PESCPROF-3, INTERREG IIIB, 05/MAC/4.2/M11.: Projetos desenvolvidos em 2004 e 2008 que envolveram um conjunto de entidades e centros de investigação. Contou com a participação do DRP/Serviço de Investigação, com a participação na Madeira da Câmara

Municipal do Funchal/Estação de Biologia Marinha do Funchal e, em Canárias do Instituto Canários de Ciências Marinhas, Universidade de Las Palmas e Universidade de La Laguna. Teve como objetivo central realizar campanhas de prospeção e depleção de recursos (crustáceos: camarões e caranguejos de profundidade), na plataforma e talude insular.

No entanto, apesar dos vários projetos de investigação de que o território foi alvo, atualmente não existe nenhum Centro, Unidade de Investigação ou polo da Universidade da Madeira, instalado na ilha do Porto Santo, quer de forma temporária ou permanente. Atualmente, a Universidade da Madeira apenas tem em curso projetos de investigação em parceria com a DRAPS e a DRA.

Ao nível das infraestruturas, o Porto Santo dispõe de um conjunto de equipamentos de apoio à investigação tais como o Posto Florestal dos Salões, a casa de apoio da Terra Chã, o Campo Experimental do Farrobo, o farol do Ilhéu de Cima e a Ecoteca Local que se encontra atualmente em processo de requalificação.

Na sequência desta exposição é de notar a necessidade de reforçar o apoio ao desenvolvimento de projetos de investigação e até à fixação de Centros ou Unidades de Investigação, com vista à produção de conhecimento científico direcionado para a salvaguarda dos recursos locais, sobretudo nos domínios da biologia e geologia, pela riqueza e diversidade de ecossistemas terrestres e marinhos que a compõem. A aposta nesta vertente da investigação revela-se uma enorme oportunidade para o desenvolvimento a nível local e regional da ilha.

1.2.3 PAPEL DA GOVERNAÇÃO LOCAL E REGIONAL: A VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

Numa visão ampliada, a competitividade dos territórios depende em grande parte da capacidade dos agentes locais, tanto de natureza pública como privada, em gerar interações que fomentem a criação de valor para o cidadão. O desenvolvimento local é em si o produto deste processo inter-relacional. Num contexto hodierno, caracterizado pela existência de novos desafios ao nível da competitividade territorial, as autarquias

locais assumem uma importância acrescida para o desenvolvimento e crescimento do território. Estas atuam como mediadoras, numa complexa rede que envolve instituições regionais, agentes económicos e o cidadão, tendo em vista a prossecução do interesse público e das políticas públicas.

Ao nível da governação local, as autarquias têm um papel fundamental no que concerne à captação de investimento e ao desenvolvimento das regiões. Assumem uma especial importância nas cidades e territórios de baixa densidade populacional e de reduzida dimensão, como é o caso do território sobre o qual se debruça o presente plano de ação. Numa visão ampliada, os órgãos da administração local tendem a ser cada vez mais valorizados, dada a sua função de aproximar os cidadãos da consumação das políticas que se lhes são destinadas, precisamente por deterem um conhecimento mais real e imediato dos problemas, com que as associações e aos cidadãos se deparam no quotidiano. Nestes territórios, as estratégias de desenvolvimento económico local passam não só pelo estímulo à cooperação entre os diversos atores e instituições, como também pelo apelo à participação, à discussão pública e envolvimento da sociedade civil, numa ótica de governação em rede. O seu papel é, em moldes gerais, potencializar a tomada de decisões, com vista ao desenvolvimento socioeconómico do território e articular as iniciativas levadas a cabo pelos agentes económicos e demais atores sociais, num contexto globalizado e de transformação permanente. Paralelamente, a transversalidade dos problemas, a limitação dos recursos e o elevado grau de complexidade dos desafios com que as autarquias locais se deparam no contexto hodierno, revela cada vez mais a necessidade de fortalecer uma resposta coordenada à escala regional.

No contexto da análise do território sobre o qual se centra o presente trabalho, o órgão central de nível regional, a Região Autónoma da Madeira por meio do seu governo regional, desempenha um papel fundamental na condução da política de desenvolvimento à escala regional, devido ao seu carácter insular e ultraperiférico. A aplicação da estratégia de desenvolvimento regional passa assim por uma relação cada vez mais estreita entre as autarquias locais e o governo regional com vista à promoção

de parcerias entre os atores intrarregião e também com atores externos, a fim de mitigar os problemas regionais e reforçar a coesão interna.

2. PERSPETIVAS DE DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO REGIONAL - SÍNTESE

Neste momento o problema mais grave para o desenvolvimento das regiões em geral, e para as regiões periféricas em particular, é a ausência de pessoas e o seu envelhecimento. Este grave problema reflete-se na ausência de mão de obra para o crescimento e desenvolvimento das atividades económicas e sociais, sejam mais ou menos inovadoras.

Para que o desenvolvimento e inovação regional ocorra, é necessário dotar as regiões, não só de infraestruturas produtivas dos diversos ramos de atividade, mas também é necessário aumentar o nível educativo, a formação profissional, criar postos de trabalho, bem como, melhorar as condições de trabalho, o nível de vida e qualidade de vida das populações.

Em termos de desenvolvimento regional, é preciso desenvolver ações e tomar medidas que tenham em vista a inovação e competitividade, aproveitando não só as potencialidades locais, mas também todo o tipo de fundos nacionais e/ou comunitários, visando a criação de todo o tipo de infraestruturas para o desenvolvimento local/regional.

2.1. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

A área de estudo corresponde à Ilha do Porto Santo, situada em pleno Oceano Atlântico, faz parte do arquipélago da Madeira, da qual dista apenas aproximadamente 50 Kms. A ilha do Porto Santo dista cerca de 500 Kms de África, 900 Kms do Sudoeste de Lisboa e a 1300 Kms dos Açores. Esta ilha, apesar da proximidade da principal ilha do arquipélago, possui grandes diferenças, em particular no que se refere ao tipo de paisagem.

A ilha do Porto Santo tem 42,17 Km² de superfície, 12,0 Km² de comprimento na direção NE-SW e 6 Km² de largura máxima, na direção N-S, apresenta uma morfologia bastante arrasada e suave. As poucas elevações existentes localizam-se a N da ilha, cuja cota máxima é de 517m no Pico do Facho. Encontra-se rodeada por seis ilhéus: Ilhéu de Baixo ou da Cal (179m), Ilhéu de Cima ou do Farol ou dos Dragoeiros (121m), Ilhéu de Ferro (115m), Ilhéu da Fonte da Areia (79m), Ilhéu das Cenouras (109m), Ilhéu de Fora (100m), Baixa do Meio e Baixa dos Barbeiros.

Na ilha do Porto Santo, encontramos duas áreas de relevo acidentado, separadas por uma plataforma deprimida e aplanada. A NE temos uma área mais acidentada, da qual sobressaem quatro formas de relevo o Pico do Castelo (437m), o Pico da Juliana (447m), o Pico da Gandaia (499m) e o Pico do Facho (517m), separadas de forma muito nítida a partir de 150m de altitude. Entre o referido maciço e a costa virada a E, dominam outras três formas de relevo, o Pico do Maçarico (285m), o Pico do Concelho (324m) e o Pico Branco (450m). A SW, sobressaem três elevações: o Cabeço do Zimbralinho (183m), o Pico do Espigão (270m) e o Pico de Ana Ferreira (283m). A separar estas duas áreas, temos um relevo suave (abaixo dos 150 m) que decresce da costa norte para a costa sul, entre a Ponta da Calheta e o Sítio do Penedo, formando a praia de areia fina com uma extensão de cerca de 9km, que define a baía do Porto Santo. A WNW surge um outro sector constituído pelo Cabeço das Canelinhas (176m) e cabeço de Bárbara Gomes (227m). Em termos de altitude, mais de 85% da ilha encontra-se abaixo de 200m e cerca de 40% da ilha a uma altitude inferior a 50m. A maior parte da área (54%) situa-se entre 50m e 200m de altitude, o que corresponde a cerca de 23km².

Quanto à costa, temos a oriente, norte e ocidente, uma costa recortada e alcantilada, com arribas talhadas em rochas vulcânicas ou sedimentares consolidadas e evidenciando praias encaixadas de calhau rolado. A erosão é mais acentuada na área das arribas a N, seguindo-se as zonas que abrangem a continuação dessas arribas e junto aos principais picos, bem como nas arribas entre o porto e a zona leste da ilha e a Serra de Dentro. O litoral virado a sudeste é baixo e arenoso, formando uma ampla baía

constituída por praia e campo dunar associado com cerca de 7km de extensão, cuja água balnear é de excelente qualidade.

Em termos de paisagem, encontramos características diferentes entre a Norte e a Sul. A Norte podemos respirar o ar puro da montanha, proporcionado pelo já extenso pinhal aí existente, podendo caminhar através das veredas recentemente recuperadas por questões de segurança. A costa Sul da ilha, para atividades balneares, é dominada por cerca de 9 Kms de areias douradas da praia de Porto Santo.

2.2 CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL

2.2.1 CLIMA

Na Ilha do Porto Santo em termos gerais, o clima pode classificar-se como temperado com influência marítima. Estas características climáticas são reflexo de um conjunto de fatores como a localização, a dimensão reduzida, o relevo, a altitude e a exposição.

A temperatura média do ar varia entre 15º C, no mês de fevereiro e 22º C no mês de agosto, sendo a amplitude média anual de cerca de 7º C.

O valor médio de precipitação anual é inferior a 400 mm, sendo os meses mais chuvosos dezembro e janeiro, ocorrendo 80.5% da precipitação total entre outubro e março. Os meses mais secos são os de julho e agosto. A humidade do ar situa-se ao longo do ano entre os 70% e os 80%.

A ilha do Porto Santo, tendo em conta a circulação geral da atmosfera, dada a sua localização, está sob influência dos ventos alísios que sopram a maior parte do ano do quadrante norte. Pelo facto de os ventos não encontrarem uma barreira montanhosa a impedir-lhes a passagem, varrem a ilha em todas as direções, atingindo velocidades muito elevadas.

A inexistência de grandes altitudes dificulta a condensação das massas de ar húmido circundantes e consequentemente a ausência de chuva. Assim, estamos perante um

ambiente com aridez muito acentuada, onde a falta de água constitui um problema grave. As secas prolongam-se frequentemente por dois, três e mais anos, com reflexos na qualidade de vida das populações e nas atividades económicas da ilha.

2.2.2 GEOLOGIA

O arquipélago da Madeira em termos geotectónicos situa-se no domínio oceânico, fazendo parte de um grande acidente estrutural, sensivelmente paralelo à dorsal médio – atlântica, que se prolonga entre as latitudes de Cabo Verde e da costa continental portuguesa.

Os relevos do fundo oceânico situados a oeste da rampa continental africana, de que este conjunto de ilhas são exemplo, são estruturas resultantes em grande parte da edificação de grupos complexos de aparelhos



vulcânicos instalados no leito oceânico, cuja história geológica está relacionada com a evolução da crosta oceânica no sector NW da Placa Africana, na sequência da abertura do oceano Atlântico.

A ilha do Porto Santo é uma estrutura complexa que terá resultado das fases de construção subsariana, de transição e subaérea e caracteriza-se por ser muito mais antiga que a ilha da Madeira.

A ilha cresceu como um vulcão – escudo submarino, tendo o seu processo tido início há cerca de 18 milhões de anos (no Miocénico), prolongando-se nesses moldes por mais ou menos 4,5 milhões de anos.

A partir dos 14,5 Ma, a ilha foi emergindo com manifestações vulcânicas tanto de natureza submarina como subaérea, com domínio da atividade subaérea por volta dos 13,5 Ma. As últimas erupções desta fase ocorreram há 10,2 Ma, com a formação da chaminé do Pico de Juliana. A atividade eruptiva continuou com episódios vulcânicos, representados por intrusões filonianas, e ter-se-á extinguido há 8 Ma.

As rochas magmáticas são moderadamente alcalinas, tendo os processos de diferenciação magmática gerado litótipos sobre-saturados como traquitos e riólitos.

Ocorrem, ainda, afloramentos de rochas sedimentares, sob a forma de duas unidades principais. A primeira, do Miocénico Médio, é contemporânea da atividade vulcânica que ocorreu durante a fase de transição de vulcanismo submarino para subaéreo, representada por calcários ou biocalcarenitos fossilíferos, como as estruturas recifais do Ilhéu da Cal.

Um outro conjunto sedimentar, originado no Plistocénico em ambiente subaéreo, está representado por arenitos carbonatados, biogénicos, acumulados e consolidados em calcarenitos eólicos de que são exemplos os depósitos do Calhau da Serra de Fora e da Fonte da Areia.

2.2.3 GEOMORFOLOGIA

Em termos gerais, a morfologia da ilha do Porto Santo é bastante arrasada inclusivamente a parte submersa, na qual a plataforma definida pela isóbata dos - 50 m é notavelmente desenvolvida no sector setentrional.

Encontramos duas áreas de relevo acidentado, uma mais imponente situada a NE e outra de menor expressão SW da ilha, separadas por uma plataforma deprimida, aplanada e basculada para SE.

O sistema de montanhas mais imponente desenvolve-se na área de relevo mais acidentado a NE, sendo a forma de relevo principal constituída pelos picos do Castelo (437 m), da Juliana (447 m) e da Gandaia (499 m), culminando no pico do Facho (517 m).

Entre este maciço e a costa leste da ilha dominam os relevos constituídos pelos picos do Maçarico (285 m), do Concelho (324 m) e Branco (450 m).

No sector SW, o sistema de montanhas é constituído por três elevações principais que culminam nos picos de Ana Ferreira (283 m), do Espigão (270 m) e no Cabeço do Zimbralinho (183 m).

Entre os dois setores, a topografia do terreno apresenta relevo suave e cotas que em geral não ultrapassam 150 metros e decrescem suavemente a partir da costa norte até à costa sul, entre a Ponta da Calheta e o Sítio do Penedo, formando uma praia de areia fina, com cerca de 9 km de comprimento, que define a baía do Porto Santo.

Paralelamente à praia desenvolve-se um cordão irregular de formações dunares. Para norte do cordão dunar, localiza-se uma faixa de terrenos planos formados por numerosos leques aluvionares de pequenas linhas de água que descem das encostas circundantes e que na maior parte das vezes não chegam a atingir a linha de costa.

Encontramos ainda outro sistema de montanhas de menor expressão, não integrados nos setores anteriores. Este setor (W-NW) é constituído Cabeço de Bárbara Gomes (227 m) e pelo Cabeço das Canelinhas ou das Eiras (176 m).

2.2.4 HIDROGRAFIA

Tendo em conta os valores médios anuais de precipitação, podemos considerar em termos gerais que a rede hidrográfica da ilha do Porto Santo está reduzida a simples linhas de água ou vales lineares, com bacias de receção diminutas.

Os caudais das linhas de água são condicionados pelos fluxos torrenciais que ocorrem durante o inverno, mantendo-se o leito seco ou praticamente seco durante a restante parte do ano.

No sector SW da ilha, nascem e fazem parte das suas bacias hidrográficas o ribeiro Salgado, o ribeiro do Lombo e o ribeiro da Volta do Serrado. O ribeiro Cochino, que nasce

no cabeça de Bárbara Gomes, tem a maior parte do seu curso em terrenos sedimentares. Nestes terrenos existem ainda algumas pequenas linhas de água com drenagem endorreica. Algumas das pequenas linhas de água que correm para a costa sul não atingem o litoral e perdem-se na zona sublitoral.

2.2.5 PEDOLOGIA

Os solos são o reflexo dos materiais geológicos que lhes deram origem, da orografia, hidrografia e águas superficiais, características climáticas e tudo o que lhes está associado, vegetação arbórea e vegetação.

As características climáticas da ilha, com uma estação seca de cerca de 7 meses e estação húmida de aproximadamente 5 meses, com chuvas irregulares e de baixo valor pluviométrico, aliados à inexistência praticamente de vegetação arbórea, à escassez de cobertura vegetal, valores elevados de evapotranspiração, não favorecem a infiltração de águas, pelo que existem fracas águas subterrâneas.

Tendo em conta a exposição permanente dos solos aos agentes atmosféricos, que se encontram perante a sua ação direta, a erosão atinge proporções elevadas, exigindo atenção especial e que sejam tomadas medidas de recuperação.

Assim, os solos apresentam em termos gerais, um baixo grau de fertilidade, são muito delgados, associados a afloramentos rochosos e possuem baixo poder de retenção de água e má permeabilização, são ricos em sais minerais, com reduzido teor de matéria orgânica, com reflexo nas atividades agrícolas.

2.2.6 FLORA E VEGETAÇÃO

O clima marítimo com influência marítima, com a escassez de água que se faz sentir na ilha do Porto Santo, origina uma paisagem árida, condicionando a flora e vegetação. Encontramos plantas rasteiras, arbustos e árvores de pequeno porte, todas plantas



endémicas (feto e massaroco). A floresta é formada principalmente por zimbreiros e dragoeiros.

2.2.7 FAUNA

Em termos faunísticos, o Arquipélago da Madeira, possui várias espécies com característica mediterrânicas, do Norte da Europa e Afro-tropicais. À semelhança da flora e vegetação, também em termos de fauna temos uma forte componente endémica.

Na ilha do Porto Santo, existem muitos seres vivos que são exclusivos da região, com grande valor natural e científico que se deve proteger e preservar. É de salientar que, relativamente aos animais terrestres, destacam-se os invertebrados, nomeadamente os caracóis, que existem mais de 100 espécies diferentes. Além destes, destacam-se também os escaravelhos gigantes e as tarântulas endémicas (*hogna smitzi*).

No que se refere aos vertebrados, além dos domésticos, encontramos (corre caminhos, andorinhão da serra) e ainda coelhos bravos e lagartixas. Encontramos ainda aves marinhas e no mar uma fauna marinha diversificada.

2.2.8 QUALIDADE DO AMBIENTE

Na ilha do Porto Santo não existe grande desenvolvimento industrial, tem uma rede rodoviária pouco densa, centros urbanos pouco populosos e aeroporto de pouca intensidade. Assim, estão reunidas as condições para que se possa respirar um ar de boa qualidade, sem poluentes atmosféricos.

Em relação à qualidade da água, pelo facto de a ilha ser deficitária em recursos hídricos, apesar de ter havido algum esforço em relação à captação de água e armazenamento de águas superficiais, obrigou os responsáveis a recorrer à dessalinização de água para abastecimento público. Pelo facto de, na época de verão o consumo público de água ser



praticamente o dobro de inverno, devido ao grande fluxo turístico, foi necessário aumentar a produção de água dessalinizada.

Para colmatar a escassez de água, tem havido, por parte do governo regional, um esforço em termos de investimento, no sentido de possibilitar a utilização de águas tratadas para rega e agricultura, nas épocas em que surgirem dificuldades de abastecimento.

Relativamente ao tratamento das águas residuais, verificamos que toda a população está servida através de uma rede ligada às ETARs, que possuem tratamento primário, secundário (discos biológicos) e terciário (ultravioletas). No entanto, surgem problemas de funcionamento das estações de tratamento de águas, que resultam nomeadamente de:

- Derrames de efluentes não tratados, na zona de praia, devido a falhas nos equipamentos das estações elevatórias;
- Descarga de efluentes diretamente no mar, de algumas casas existentes na praia e ainda não totalmente licenciadas;
- Lançamento de óleos usados lançados na rede, que podem provocar falhas na laboração na ETAR.

Estes problemas no tratamento dos efluentes domésticos que surgem, pode ter implicações na qualidade de abastecimento público de águas. Uma vez que o abastecimento público de águas é assegurado através da dessalinização.

2.2.9 USO E OCUPAÇÃO DE SOLOS

A localização geográfica da ilha do Porto Santo, não favorece a abundância de água e como tal, tem constituído, desde sempre, um condicionalismo grande o uso e ocupação dos solos.

Já na segunda metade do Séc. XVIII existiam problemas de seca extrema na ilha que condicionavam as colheitas agrícolas. Além disso, referia-se a necessidade de plantação de árvores e a plantação de vinha como forma de travar o avanço das areias.

Com este ambiente pouco favorável à prática agrícola, o uso do solo está limitado à utilização por um leque reduzido de opções, nomeadamente por culturas menos exigentes em água e mais resistentes à secura.

Estes condicionalismos à utilização dos solos, levou o abandono de algumas áreas, as quais favoreceram o aparecimento de vegetação natural herbácea e arbustiva.

Atualmente, em termos de paisagem agrícola, encontramos algumas leguminosas (chícharo e lentilha) tendo em vista não só o enriquecimento do solo em termos de azoto, mas também, à diversificação da culinária, pelo seu valor alimentar. Ainda em termos de paisagem agrícola, encontramos culturas de primeira necessidade, tais como; a batata-doce; a abóbora; cenoura; cebola; tomate e frutas (principalmente a melancia, melão e ainda o figo; romã e figo da índia). É de referir ainda a cultura da vinha com as castas “Caracol” e o “Listrão”.

2.3. ANÁLISE DEMOGRÁFICA

2.3.1 EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO

Pela análise da Tabela 1, verificamos em termos globais que, em Portugal, após o grande fluxo migratório da década de 60, existe uma ligeira tendência para o aumento populacional. Entre 1960 e 1991 o aumento populacional é ligeiro, e essa tendência manteve-se entre 1991 e 2021.

TABELA 1. POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL

POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL								
TERRITÓRIO	1960	1981	1991	2001	VARIAÇÃO % DA POPULAÇÃO ENTRE 1960 E 2001	2011	2021	VARIAÇÃO % DA POPULAÇÃO ENTRE 2011 E 2021
Portugal	8889392	9833014	9867147	10362272	16,56	10565836	10407707	0,43
Ilha da Madeira	265432	248468	248720	241564	-8,99	262184	247111	2,29
Ilha de Porto Santo	3505	4376	4706	4518	28,90	5496	5186	14,78
Fonte: INE, PORDATA								

Verificamos que, em Portugal Continental, em termos percentuais subiu (16.56%) entre 1960 e 2001. No entanto, o mesmo não acontece entre 2001 e 2021, cuja variação populacional, embora positiva (0.43), desceu substancialmente em relação ao período anterior

Quanto à ilha da Madeira, verificamos que, entre 1960 e 2001, houve uma redução da população (-8.9%). A situação inverte-se entre 2001 e 2021 em que houve um aumento (2.29%) de população, ainda que não muito elevado.

Relativamente a Porto Santo no período de 1960 e 2001, houve um aumento (28.9%) substancial da população da ilha, com uma variação muito elevada em relação a Portugal Continental (16.56%) e muito superior relativamente à ilha da Madeira (-8.9%) que cuja variação populacional foi negativa. No período 2001 e 2021, embora tenha reduzido o aumento comparativamente com o período anterior, continua a registar um aumento (14.78%) significativo, quer em relação à ilha da Madeira, quer em relação a Portugal continental.

2.3.2 TAXA NATALIDADE

A análise comparativa dos dados da taxa bruta de natalidade relativos a Portugal, ilha da Madeira e Porto Santo, tendo por base a Tabela 2, permite-nos verificar, no caso de Portugal, teve uma redução de cerca de 50% de 1981 (15.5) para 2021 (7.7). Assim, em

40 anos o número de nascimentos por 1000 habitantes teve uma redução muito acentuada.

TABELA 2. TAXA BRUTA DE NATALIDADE

TAXA BRUTA DE NATALIDADE				
TERRITÓRIO	ANOS			
	1981	2001	2011	2021
Portugal	15,5	10,9	9,2	7,7
Ilha da Madeira	17,4	12,9	9,1	7,0
Ilha de Porto Santo	19,4	11,7	7	6,4 *
Fonte: INE, PORDATA				
* Estimativa				

A tendência de redução acentuada é idêntica, quer para a ilha da Madeira, quer para a ilha do Porto Santo. No entanto, se fizermos uma análise mais pormenorizada, verificamos que na ilha da Madeira, tem vindo a reduzir gradualmente desde 1981 (17.4) para o ano de 2021 (7.0).

Quanto ao Porto Santo, a situação ainda é mais acentuada e preocupante, passando em 1981 (19.4) para 2021 (6.4). Embora este valor corresponda a estimativa.

O progressivo envelhecimento da população e a diminuição da natalidade, obriga a que seja necessário tomar medidas de incentivo à natalidade. Neste sentido, o município do Porto Santo procedeu à criação de um incentivo à natalidade, com o intuito de inverter a redução relativa ao número de nascimentos.

No entanto, julgamos necessário a adoção de medidas de maior envergadura, com vista à fixação da população, bem como, de incentivo à natalidade.

2.3.3 TAXA DE FECUNDIDADE

Procurámos analisar, com base nos dados da Tabela 3, através dos dados de fecundidade, no intervalo temporal entre 2001 e 2021 relativos a Portugal, ilha da

Madeira e Porto Santo. Assim, relativamente aos valores totais, verificamos que em Portugal existe uma redução de 5.0 em termos de taxa de fecundidade entre 2001(43.0) e 2022 (38.0). A tendência de redução no Porto Santo (6.8), no mesmo período temporal, correspondendo a um valor ligeiramente superior, relativamente a Portugal. No que diz respeito à Madeira (16.19), o valor é substancialmente superior, comparativamente com Portugal e Porto Santo, no mesmo período temporal.

TABELA 3. TAXA DE FECUNDIDADE POR GRUPOS ETÁRIOS

TERRITÓRIO	TAXA FECUNDIDADE - POR GRUPOS ETÁRIOS															
	TOTAL		15-19		20-24		25-29		30-34		35-39		40-44		45-49	
	2001	2022	2001	2022	2001	2022	2001	2022	2001	2022	2001	2022	2001	2022	2001	2022
Portugal	43,0	38,0	20,7	6,2	56,3	29,8	96,2	69,1	80,8	97,4	33,6	65,4	6,6	16,7	0,4	1,3
Ilha da Madeira	48,0	31,9	30,3	3,6	64,1	26,7	94,6	65,0	83,2	81,6	43,6	55,2	7,8	16,8	0,4	0,6
Ilha de Porto Santo	41,4	34,6	29,9	7,5	33,9	20,3	92,1	107,3	77,1	75,9	42,8	50,8	5,2	15,1	0,0	0,0

Fonte: INE, PORDATA

Fazendo a análise no mesmo período temporal, por escalões etários, considerando o período reprodutivo da mulher (15-49) anos, a tendência em Portugal, Madeira e Porto Santo é de redução no escalão 15-19 anos e mantem-se nos escalões etários seguintes 20-24 e 25-29 anos.

Contrariamente a esta tendência de redução, verificamos um aumento significativo nos escalões etários 30-34 e 35-39 anos em Portugal, Madeira e Porto Santo. Esta inversão significa que a fecundidade se dá em idades em que o grau de fertilidade da mulher tem tendência para reduzir.

Os fatores que poderão justificar esta alteração no comportamento da fecundidade, poderão ser ingresso da mulher no mercado de trabalho e aumento da sua responsabilidade dentro das empresas, a disseminação de métodos contraceptivos, e a elevação dos custos de reprodução.

2.3.4 TAXA MORTALIDADE

A análise comparativa dos dados da taxa bruta de mortalidade relativos a Portugal, ilha da Madeira e Porto Santo, permite-nos verificar que no caso de Portugal a taxa bruta de mortalidade mantém-se por volta dos 10.0 por mil habitantes. No entanto, existe um aumento, na última década, registando o valor 12.0 de acordo com os censos de 2021.

TABELA 4. TAXA BRUTA DE MORTALIDADE

TAXA BRUTA DE MORTALIDADE					
TERRITÓRIO	ANOS				
	1960	1981	2001	2011	2021
Portugal	10,7	9,7 *	10,1	9,7	12,0
Ilha da Madeira	11,1	10,0 *	10,9	9,4	11,5
Ilha de Porto Santo	12,8	9,6 *	11,1	7,2	10,4 (Previsão)
Fonte: INE, PORDATA					
	* Estimativa				

Em relação à Madeira, os valores registados, ao longo do período de análise, são idênticos (com alterações muito ligeiras e pouco significativas), registando também um aumento de acordo com os censos de 2021 (11.5). Quanto ao Porto Santo também temos valores semelhantes, apesar de registar o valor mais baixo (7.2), em 2011, em relação a Portugal e Madeira, aumentando em 2021 (10.4) apesar do valor corresponder a uma previsão.

O aumento da esperança média de vida da população tem originado a uma redução do valor da taxa de mortalidade. Este aumento da longevidade poderá resultar do facto das entidades públicas e privadas na área da saúde prestarem o acompanhamento e os cuidados a este tipo de população mais idosa. Além disto, os grandes progressos na medicina, tem dado um importante contributo, para o aumento da esperança média de vida da população.

2.3.5 DENSIDADE POPULACIONAL

Através da análise da Tabela 5 é possível fazer a comparação entre Portugal, ilha da Madeira e Porto Santo, no que se refere à densidade populacional. No período temporal 2001-2021 a distribuição da população em relação ao território ocupado (hab/km²) em Portugal, verificamos que, ao longo dos 20 anos, os valores da densidade populacional, não tem alterações significativas e corresponde em termos médios a 113,0 hab/km².

TABELA 5. DENSIDADE POPULACIONAL

DENSIDADE POPULACIONAL			
TERRITÓRIO	ANOS		
	2001	2011	2021
Portugal	112,5	114,6	112,9
Ilha da Madeira	324,4	345,7	325,8
Ilha de Porto Santo	112,7	129,0	121,5
Fonte: INE, PORDATA			

Esta situação é completamente diferente na Madeira, em que a densidade populacional é muito superior a Portugal que, em termos médios corresponde a 331 hab/km².

Quanto ao Porto Santo, estamos perante uma situação muito diferente. Isto é, enquanto em 2001 o valor é idêntico a Portugal (112.7). Nos anos 20011 (129.0) e 2021 (121.5) verificamos que existe um aumento substancial. Esta alteração resulta dos fatores que a condicionam: natalidade, mortalidade, emigração e imigração. Isto é, o aumento de população e consequente distribuição no território, provocou o aumento da densidade populacional.

2.3.6 ESTRUTURA ETÁRIA

Através da Tabela 6, ao analisarmos comparativamente os dados da estrutura etária relativos a Portugal, ilha da Madeira e Porto Santo, verificamos que, relativamente a

Portugal, no período temporal 1981-2021, o indicador em análise, dividido nos quatro escalões etários (0-14; 15-64; 65 ou mais), a tendência em termos globais é de envelhecimento da população.

TABELA 6. POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL POR GRUPOS ETÁRIOS

TERRITÓRIO	POPULAÇÃO RESIDENTE - TOTAL POR GRUPOS ETÁRIOS											
	GRUPOS ETÁRIOS											
	1981			1991			2001			2011		
	0-14	15-64	65 ou +	0-14	15-64	65 ou +	0-14	15-64	65 ou +	0-14	15-64	65 ou +
Portugal	2508673	6198883	1125458	1972403	6552000	1342744	1679191	6978257	6604819	1588663	6976693	2000480
Ilha da Madeira	76555	145791	26122	60791	158883	29046	46722	161352	33490	44072	180214	37898
Ilha de Porto Santo	1321	2716	339	1211	3122	373	809	3245	464	853	3981	662

Fonte: INE, PORDATA

Os jovens diminuem significativamente, desde 1981 (2.508.673) até 2021 (1.365.940) o que corresponde a uma diminuição de cerca de 50% ao longo dos quarenta anos. Esta redução dos jovens, reflete-se no aumento substancial nos escalões seguintes, pelo que assistimos ao envelhecimento da população. Isto é o reflexo das baixas taxas de natalidade, mortalidade e elevada esperança média de vida.

Relativamente à Madeira, a situação é idêntica. Os jovens em 1981 (76.555) reduziram em mais de 50% e os idosos aumentaram quase 50%.

Quanto ao Porto Santo, encontramos também uma situação semelhante, em que os jovens em 1981 (1.321) reduziram cerca de 50% (3.620) e os idosos passaram de 339 em 1981, para 951 em 2021, o que corresponde a um aumento de 35%.

2.4. ANÁLISE SOCIOECONÓMICA

2.4.1 ATIVIDADES ECONÓMICAS

O dinamismo empresarial de um concelho e de uma região reflete-se na dinâmica em termos de desenvolvimento, na ocupação da população e também na oscilação das taxas de desemprego. Embora saibamos que podem existir crises nacionais e/ou internacionais que têm implicações nas oscilações das mesmas.

A atividade industrial tem-se diversificado com diferentes tipos de indústrias, viradas não só para o consumo local, mas também de caráter artesanal, viradas para o turismo. No entanto, neste momento, o grande motor de desenvolvimento económico é o turismo.

2.4.1.1 ESTRUTURA EMPRESARIAL

Pretendemos fazer a análise comparativa dos dados das empresas não financeiras por setor de atividade relativos a Portugal, ilha da Madeira e Porto Santo, espelhadas na Tabela 7.

Se considerarmos os dados globais, verificamos que, no caso de Portugal, o número total de empresas, entre 2009-2021, aumentou, contrariamente ao que se passou na Madeira e no Porto Santo. O crescimento em Portugal no período temporal referido, cresceu cerca de 10%. Em relação à Madeira o aumento do número de empresas ficou pelos cerca de 7.5%. No que diz respeito ao Porto Santo houve uma redução de cerca de 1%.

TABELA 7. EMPRESAS NÃO FINANCEIRAS POR SETOR DE ATIVIDADE

EMPRESAS NÃO FINANCEIRAS POR SETOR DE ATIVIDADE										
TERRITÓRIO	TOTAL		AGRICULTURA E PESCAS, PRODUÇÃO ANIMAL, CAÇA, FLORESTA		INDÚSTRIA EXTRATIVA		INDÚSTRIA TRANSFORMADORA		ELETRICIDADE, GÁS VAPOR, ÁGUA QUENTE E FRIA E AR FRIO	
	2009	2021	2009	2021	2009	2021	2009	2021	2009	2021
Portugal	1199843	1342116	55097	126000	1423	1004	77278	67317	714	4705
Ilha da Madeira	21955	29159	396	4145	11	13	921	710	11	78
Ilha de Porto Santo	595	555	15	29	4	1	15	16	0	1
Fonte: INE, PORDATA										
										1ª Parte

EMPRESAS NÃO FINANCEIRAS POR SETOR DE ATIVIDADE										
TERRITÓRIO	CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA		CONSTRUÇÃO		COMÉRCIO POR GROSSO E A RETALHO		TRANSPORTES E ARMAZENAGEM		ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES	
	2009	2021	2009	2021	2009	2021	2009	2021	2009	2021
Portugal	1107	1288	116686	97355	265645	215729	25095	36483	89913	111094
Ilha da Madeira	34	20	2001	1442	4337	3498	1016	1001	2166	3681
Ilha de Porto Santo	0	0	63	24	97	80	35	24	83	105
Fonte: INE, PORDATA										
										2ª Parte

EMPRESAS NÃO FINANCEIRAS POR SETOR DE ATIVIDADE										
TERRITÓRIO	ATIVIDADES DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO		ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS		ATIVIDADES DE CONSULTORIA CIENTÍFICAS E TÉCNICAS		ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E DOS SERVIÇOS DE APOIO		EDUCAÇÃO	
	2009	2021	2009	2021	2009	2021	2009	2021	2009	2021
Portugal	14968	24595	30010	56739	125364	141540	153346	186484	66673	58588
Ilha da Madeira	239	494	765	1150	2266	2725	2979	4278	1187	841
Ilha de Porto Santo	5	4	18	13	52	47	81	106	27	25
Fonte: INE, PORDATA										
										3ª Parte

EMPRESAS NÃO FINANCEIRAS POR SETOR DE ATIVIDADE						
TERRITÓRIO	ATIVIDADES DE SAÚDE HUMANA E APOIO SOCIAL		ATIVIDADES ARTÍSTICAS: ESPETÁCULOS, DESPORTIVAS E RECREATIVAS		OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS	
	2009	2021	2009	2021	2009	2021
Portugal	82028	109474	31007	38608	63489	65113
Ilha da Madeira	1502	2452	868	999	1243	1132
Ilha de Porto Santo	34	36	39	27	27	17
Fonte: INE, PORDATA						
4ª Parte						

No que se refere aos ramos de empresas, optámos por analisar somente a Madeira e o Porto Santo. Assim, verificamos que na Madeira houve um aumento expressivo do número de empresas, especialmente nos seguintes setores de atividade: agricultura; pescas; produção animal; caça e floresta; eletricidade; gás vapor; água quente e frio e ar frio; alojamento, restauração e similares; e atividades administrativas e dos serviços de apoio. A diminuição do número de empresas mais expressivo registou-se nas indústrias transformadoras de construção; comércio por grosso e educação.

Quanto ao Porto Santo, o aumento mais expressivo do número de empresas foi nos seguintes setores de atividade: agricultura; pescas; produção animal; caça e floresta; restauração e similares e atividades administrativas. A diminuição do número de empresas mais expressivo registou-se na construção; comércio por grosso e consultoria técnica e científica.

2.4.1.2 TURISMO

O analisarmos os indicadores relativos ao total de alojamentos turísticos, por tipo de alojamento entre 2009 e 2021, de acordo com a Tabela 8, verificamos que na Madeira subiram cerca de 109%, justificando a importância que esta atividade tem vindo a tornar-se o motor económico da ilha.

TABELA 8. ALOJAMENTOS TURÍSTICOS POR TIPO DE ALOJAMENTO

ALOJAMENTOS TURÍSTICOS POR TIPO DE ALOJAMENTO								
TERRITÓRIO	TOTAL				HOTÉIS			
	2009	2011	2021	2022	2009	2011	2021	2022
Região Autónoma	191	187	341	390	60	61	80	90
Ilha da Madeira	176	174	322	369	54	55	72	82
Ilha de Porto Santo	15	13	19	21	6	6	8	8
Fonte: INE, PORDATA								

De igual forma, o número de hotéis, neste período temporal, respondeu positivamente ao desenvolvimento turístico da ilha, tendo subido cerca de 50%. Relativamente ao Porto Santo, também o número total de alojamentos e os hotéis subiram cerca de 30%.

Em relação ao número de quartos nos alojamentos turísticos na Madeira, verificamos de acordo com a Tabela 9 que subiram cerca de 20%, enquanto no Porto Santo a subida foi de cerca de 60%.

TABELA 9. QUARTOS NOS ALOJAMENTOS TURÍSTICOS

QUARTOS NOS ALOJAMENTOS TURÍSTICOS								
TERRITÓRIO	TOTAL				HOTÉIS			
	2009	2011	2021	2022	2009	2011	2021	2022
Região Autónoma	14112	14031	14220	17349	7758	7696	9154	10521
Ilha da Madeira	13118	13068	12828	15748	6945	6878	8092	9451
Ilha de Porto Santo	994	963	1392	1601	813	818	1062	1070
Fonte: INE, PORDATA								

Também o número de quartos de hotéis neste período temporal respondeu positivamente ao desenvolvimento turístico da ilha, tendo subido cerca de 33%. Relativamente ao Porto Santo, também o número total de quartos, nos hotéis subiram cerca de 31%.

Em relação à capacidade dos alojamentos turísticos na Madeira, verificamos de acordo com a Tabela 10 que subiram cerca de 35%, enquanto no Porto Santo a subida foi de cerca de 100%.

TABELA 10. ALOJAMENTOS TURÍSTICOS - CAPACIDADE

ALOJAMENTOS TURÍSTICOS - CAPACIDADE								
TERRITÓRIO	TOTAL				HOTÉIS			
	2009	2011	2021	2022	2009	2011	2021	2022
Região Autónoma	29024	29099	31332	40847	15788	15744	19969	24960
Ilha da Madeira	26903	26921	28011	36583	14074	13903	17417	21933
Ilha de Porto Santo	2121	2178	3321	4264	1714	1841	2552	3027
Fonte: INE, PORDATA								

Quanto à capacidade dos alojamentos turísticos dos hotéis na Madeira neste período temporal respondeu positivamente ao desenvolvimento turístico da ilha, tendo subido cerca de 55%. Relativamente ao Porto Santo, também o número de alojamentos nos hotéis, subiram cerca de 76%.

2.4.2 EMPREGO

A análise comparativa dos dados totais da população ativa relativos a Portugal, ilha da Madeira e Porto Santo, espelhada na Tabela 11, permite-nos verificar que a população ativa no caso de Portugal, no período temporal 2001-2021 reduziu -3.5%.

TABELA 11. POPULAÇÃO ATIVA - TOTAL

POPULAÇÃO ATIVA - TOTAL			
TERRITÓRIO	TOTAL		
	2001	2011	2021
Portugal	4990208	5023367	4817978
Ilha da Madeira	108393	124568	111960
Ilha de Porto Santo	2212	2916	2492
Fonte: INE, PORDATA			

Relativamente à Madeira, verifica-se que a população ativa teve um aumento positivo de 3.2% (superior a Portugal). Quanto ao Porto Santo verifica-se que o valor é positivo e muito superior à principal ilha do arquipélago com 12%.

2.4.3 SAÚDE

Numa região com uma importância turística como é este caso, a resposta no que se refere à assistência médica é fundamental e que condiciona favoravelmente ou não os fluxos turísticos.

Passamos de seguida à análise comparativa dos dados dos hospitais por natureza institucional relativos a Portugal, ilha da Madeira e Porto Santo. Assim, com base nos indicadores da Tabela 12, verificamos que, enquanto que em Portugal existe assistência médica de natureza institucional, quer em termos públicos, quer em termos privados.

TABELA 12. HOSPITAIS POR NATUREZA INSTITUCIONAL

HOSPITAIS POR NATUREZA INSTITUCIONAL						
TERRITÓRIO	PÚBLICO			PRIVADO		
	2001	2011	2021	2001	2011	2021
Portugal	122	123	112 *	95	103	128
Ilha da Madeira	1	3	3 *	0	0	0
Ilha de Porto Santo	0	0	0 *	0	0	0
Fonte: INE, PORDATA						
* Estimativa						

Relativamente à assistência médica na Madeira, podemos constatar que ao nível hospitalar, a assistência médica é apenas de natureza pública, tendo aumentado de 1 para 3 hospitais de 2001 a 2021 e está neste momento em construção o novo hospital.

Quanto aos profissionais de saúde, a análise dos indicadores da Tabela 13, verificamos que relativamente a Portugal, no período temporal entre 2001 e 2021, o número de médicos 76%, o mesmo se passou com os restantes profissionais de saúde: dentistas 73%, enfermeiros 35% e farmacêuticos 111%.

TABELA 13. PROFISSIONAIS DE SAÚDE

PROFISSIONAIS DE SAÚDE												
TERRITÓRIO	MÉDICOS			DENTISTAS			ENFERMEIROS			FARMACÊUTICOS		
	2001	2011	2021	2009	2011	2021	2009	2011	2021	2001	2011	2021
Portugal	33233	42796	58735	6605	7366	11458	59601	64478	80238	7590	11887	16055
Ilha da Madeira	479	706	1271	153	163	229	1961	2112	2452	89	203	255
Ilha de Porto Santo	1	2	10	1	1	4	9	8	12	4	1	3
Fonte: INE, PORDATA												

Apesar destes aumentos significativos, continuam a existir carências e dificuldades em servir bem as populações, nomeadamente no que se refere ao serviço nacional de saúde.

Em relação à Madeira, no mesmo período temporal, o número de médicos 165%, o mesmo se passou com os restantes profissionais de saúde: dentistas 50%, enfermeiros 25% e farmacêuticos 186%.

No que se refere ao Porto Santo, no mesmo período temporal, o número de médicos aumentou 900%, o mesmo se passou com os restantes profissionais de saúde: dentistas 300%, enfermeiros 33% . No entanto, os farmacêuticos reduziu -25%.

2.4.4 ASPETOS SOCIAIS E SOCIOCULTURAIS

2.4.4.1 NÍVEL DE INSTRUÇÃO

O desenvolvimento de um país ou de uma região depende de fatores múltiplos e complexos, mas a educação dá um importante contributo, para que tal aconteça.

Optámos por analisar os indicadores relativos aos níveis de escolaridade da população residente entre 2001 e 2021. Assim, de acordo com os dados constantes na Tabela 14 vamos fazer a análise comparativa Portugal, ilha da Madeira e Porto Santo.

Em termos globais, considerando Portugal, Madeira e Porto Santo, verificamos que, neste período de tempo, existe uma diminuição nos níveis de escolaridade mais baixos (sem escolaridade, 1º e 2º ciclos), revelando a aposta feita no combate ao analfabetismo, aumento da escolaridade obrigatória e redução do abandono escolar.

TABELA 14. POPULAÇÃO RESIDENTE - NÍVEL DE ESCOLARIDADE

POPULAÇÃO RESIDENTE - NÍVEL DE ESCOLARIDADE												
TERRITÓRIO	SEM NÍVEL DE ESCOLARIDADE			1º CICLO			2º CICLO			3º CICLO		
	2001	2011	2021	2001	2011	2021	2001	2011	2021	2001	2011	2021
Portugal	1568250	934129 *	528088	2625865	2444206 *	2008075	1203798	1152362 *	864512	1417095	1714586 *	1604653
Ilha da Madeira	43452	27727 *	17335	58868	61618 *	52111	27665	32335 *	23945	30433	38420 *	34539
Ilha de Porto Santo	3679	4665 *	4567	1248	1240 *	1019	542	698 *	527	712	975 *	942
Fonte: INE, PORDATA												
	* Estimativa											1ª Parte

POPULAÇÃO RESIDENTE - NÍVEL DE ESCOLARIDADE									
TERRITÓRIO	SECUNDÁRIO			MÉDIO			SUPERIOR		
	2001	2011	2021	2001	2011	2021	2001	2011	2021
Portugal	1159830	1411801 *	2119842	66965	88023 *	103820	657712	1244742 *	1782888
Ilha da Madeira	22062	30721 *	48167	1026	2669 *	2624	224	737 *	1127
Ilha de Porto Santo	449	852 *	1165	12	58 *	59	153	443 *	578
Fonte: INE, PORDATA									
	* Estimativa								2ª Parte

Em relação ao 3º ciclo e secundário, observamos um aumento da escolaridade na população residente. Este aumento torna-se muito mais elevado no ensino médio e superior.

Quanto à Madeira e Porto Santo, existe um aumento de escolaridade nos níveis mais baixos, resultante das políticas educativas implementadas no combate ao absentismo, combate ao analfabetismo e à aposta no aumento da escolaridade obrigatória. Em relação ao ensino secundário, médio e superior, os valores relativos ao aumento da escolaridade são todos superiores a 100%, sendo de destacar o grande aumento do valor do ensino superior (403%), certamente resultante do papel da universidade no arquipélago.

Relativamente ao Porto Santo, os valores dos níveis mais baixos de escolaridade seguem a mesma tendência de redução, à semelhança de Portugal e Madeira, provavelmente pelas razões já referidas, de combate ao analfabetismo, aumento da escolaridade obrigatória e combate ao absentismo escolar. Quanto aos níveis de escolaridade seguintes, secundário, médio e superior, também registam um grande aumento na população residente.

2.4.4.2 ATORES LOCAIS

- Câmara Municipal
- Junta freguesia
- Associações culturais e desportivas
- Associação de desporto do Porto Santo

- Associação cultural e recreativa do Espírito Santo
- Basquete clube do Porto Santo
- Portosantense, Futebol, CPD-SAD
- SCPS- Sporting Clube Porto Santo
- Associação desportiva os profetas

2.5. OUTRAS CAPACIDADES INSTALADAS

- **AEROPORTO**, foi inaugurado em 1959, está localizado a 1 km da cidade de Vila Baleira. Tem uma pista de 3.000 metros de comprimento e o terminal moderno de passageiros permite todos os tipos de aeronaves. Este tipo de pista permite estabelecer, além das ligações diárias à Madeira, voos diretos com o continente (Lisboa e Porto), assim como de várias cidades europeias.
Esta infraestrutura, dá um importante contributo para a promoção turística da ilha que é o turismo.
- **PORTO MARÍTIMO DO PORTO SANTO**, foi inaugurado em 1984, um porto misto de mercadorias/passageiros, constituindo a grande porta de abastecimento da ilha. Os portos marítimos são extremamente importantes em especial ao nível de importações/exportações de mercadorias e transporte de passageiros.
É fundamental, neste momento, o seu desenvolvimento e modernização, dispor de plataformas logísticas competitivas e apostar na digitalização e descarbonização. Os portos devem adaptar-se às exigências dos mercados, transformando-se em plataformas que se articulem com os restantes meios de transporte e que se estendem ao longo de toda a cadeia logística. A dinâmica do porto deve ir ao encontro das necessidades do setor produtivo e das especificidades territoriais.
- **CENTRAL DESSANINIZADORA**, foi construída no final da década de 70, pelo Governo Regional da Região Autónoma da Madeira, e é a única origem de água

potável utilizada para o abastecimento público desta ilha, sendo esta produzida a partir da água do mar, por intermédio de unidades de dessalinização, por osmose inversa. A decisão de construção resultou da escassez de água que se registava nesta ilha e da previsão do aumento do fluxo turístico. Desde a sua construção sofreu várias intervenções para melhoria do funcionamento. Foi ampliada em 2018 com a instalação de mais uma unidade de dessalinização.

- VIVEIRO FLORESTAL DOS SALÕES, foi criado nos anos 60, para apoiar a reflorestação da ilha. Foi recentemente modernizado e aumentada a capacidade produtiva por forma que o Porto Santo tenha autonomia total de espécies florestais e não florestais. Este viveiro reproduz e mantém em fase de crescimento as espécies endémicas, visando posteriormente o seu transplante, de acordo com as necessidades da ilha e em particular a sua reflorestação.
- CABO DE FIBRA ÓTICA, instalado há cerca de 20 anos, o cabo de fibra ótica que une as ilhas de Madeira e Porto Santo, é uma importante infraestrutura que permite dar resposta às necessidades de tráfego de telecomunicações fixas, móveis, de banda larga e de televisão por cabo. Esta infraestrutura desempenha um papel fundamental a todos os níveis e em particular no domínio do turismo, bem como para o desenvolvimento empresarial.
- CENTRO HIPICO DO PORTO SANTO, está localizado na base do Pico Ana Ferreira, é especializado no ensino a pessoas sem experiência em equitação. Tem cavalos adaptados para crianças e oferece serviços de hipoterapia. Este espaço organiza passeios a cavalo com diferentes graus de dificuldade, possui um picadeiro e tem condições para dar aulas de equitação a principiantes.
- PRODUÇÃO DE ENERGIA A PARTIR DE RENOVÁVEIS, a ilha do Porto Santo, em cerca de 90%, tem condições para a produção de energia solar fotovoltaica, que é um recurso energético endógeno com grande interesse de exploração.

Pretende-se que Porto Santo venha a ser transformado, substituindo gradualmente a produção de energia elétrica da central térmica movida a gasóleo, optando pela produção de energias limpas (eólica e solar fotovoltaica). Para guardar a energia produzida em excesso durante o dia, evitando o seu desperdício, será armazenada em baterias elétricas, para ser usada durante a noite. No âmbito do projeto “Porto Santo sustentável”, está previsto o carregamento de viaturas elétricas de forma inteligente, que servirão também para armazenar energia temporariamente que poderão injetar na rede nos picos de maior consumo na ilha.

- CENTRO DE REPRODUÇÃO DE COELHOS, este investimento foi feito pelo Governo regional, com o objetivo de repor a população de coelhos bravos, nas áreas onde esta reduziu devido às doenças típicas (mixomatose e hemorrágica viral). O Porto Santo tem um património cinegético muito rico, quer nos coelhos bravos, quer nas perdizes, pelo que é muito importante a sua preservação. A caça é uma atividade importante na ilha, com reflexo na dinamização da economia local, não só na aquisição de produtos indispensáveis à prática da modalidade, mas também nas atividades de comercialização das peças de caça, com reflexos na gastronomia.
- PARQUE URBANO, foi instalado num terreno onde funcionou um parque de campismo durante quatro décadas. O espaço, na proximidade da vila, foi totalmente requalificado, transformando-se num parque urbano com várias espécies botânicas e vários equipamentos de lazer.
- Espera-se que seja feita a requalificação da frente dunar e plantação de uma vinha, utilizando apenas a casta “listrão” que é identitária da ilha.



2.6. ANÁLISE DOS FINANCIAMENTOS DO PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DA MADEIRA

2.6.1 O PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DA MADEIRA (MADEIRA 2030)

Este programa procurará dar resposta ao novo ciclo de programação da Política de Coesão no âmbito do Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 e foi aprovado a 14 de dezembro de 2022 pela Comissão Europeia. É um instrumento de divulgação e comunicação a todos os hipotéticos beneficiários e pretende dar resposta a todos os tipos de apoio existentes, bem como os beneficiários e destinatários do mesmo. Com o recurso ao respetivo site (www.madeira.portugal2030.pt) podem ser obtidas diversas informações, desde legislação regulamentar, consultar os avisos de concurso, do Programa Madeira 2030, entre outros aspetos. Existe ainda a possibilidade de obter informação sobre o Portugal 2030, assim como, informações sobre a forma de usar os apoios disponíveis no período de programação 2021-2027.

O Programa em causa pretende executar o Programa Regional da Madeira 2021-2027 e a sua programação vai ao encontro dos objetivos e metas da política de coesão e das principais estratégias e planos setoriais regionais, em articulação com o Pacto Ecológico Europeu, Pilar Europeu dos Direitos Sociais e o Novo Bauhaus Europeu.

O Programa Madeira 2030 tem uma dotação global de 760 milhões de euros de fundos europeus, dos quais cerca de 441 milhões de euros serão apoiados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e 319 milhões de euros serão apoiados pelo Fundo Social Europeu (FSE). Estes fundos serão implementados de acordo com as prioridades definidas e com as orientações estabelecidas no Acordo de Parceria Portugal 2030 e aplicados de acordo com todos os objetivos de política de coesão.



2.6.2. ÁREAS A APOIAR

O Madeira 2030 está estruturado com base nas prioridades estratégicas e alinhado com as orientações estabelecidas no Acordo de Parceria Portugal 2030, mobilizando todos os Objetivos de Política (OP) da Política de Coesão. A programação financeira está distribuída por objetivos da Política de Coesão.

2.6.2.1 UMA REGIÃO MAIS INTELIGENTE E COMPETITIVA

Com este objetivo, pretende-se ter uma região que valorize o conhecimento e a inovação, tendo em vista a diversificação do padrão produtivo para um crescimento sustentável.

Para atingir este objetivo, é determinante a Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI 2021-2027) da Região Autónoma da Madeira. Esta estratégia tem por base na avaliação que foi feita dos domínios prioritários da EREI 2014-2020, bem como no diagnóstico realizado sobre o Sistema Regional de Inovação. Os eixos prioritários definidos assentam na lógica da especialização inteligente e foram considerados os seguintes:

- Turismo;
- Recursos e Tecnologias do Mar;
- Tecnologias Digitais e Economia 4.0;
- Economia Circular, Transição Energética, Ação Climática e Biodiversidade;
- Agricultura, Alimentação e Bioeconomia;
- Saúde e Bem-Estar.



No que se refere à programação financeira deste objetivo, o mesmo tem 133 milhões de euros FEDER, acrescido de 61 milhões de euros de dotação específica RUP (Regiões Ultraperiféricas da UE), totalizando assim 194 milhões de euros.

2.6.2.2 UMA REGIÃO MAIS CONECTADA

Com este objetivo pretende-se que a região reforce as acessibilidades externas, tornando-as mais eficientes e resilientes às alterações climáticas. Por outro lado, há ainda a pretensão de melhorar as condições de mobilidade, em articulação com o Plano de Desenvolvimento Económico e Social (PDES). Este define a estratégia de desenvolvimento económico e social em articulação com as prioridades definidas pelo Governo Regional, no que se refere às linhas de atuação e programas de ação a desenvolver.

As condições de mobilidade também devem estar articuladas com o Plano Integrado e Estratégico dos Transportes da Região Autónoma da Madeira (PIE-TRAM), contribuindo para o aumento da conectividade, reforçando a mobilidade, e para a descarbonização de acordo com a estratégia da EU.

Este objetivo tem a programação financeira de 60 milhões de euros do FEDER.

2.6.2.3 UMA REGIÃO MAIS PRÓXIMA DOS CIDADÃOS

Este objetivo, pretende que a região promova a internacionalização e a competitividade da Madeira, com o suporte a estratégias de desenvolvimento socioeconómico local, qualificando os territórios urbanos e impulsionando a sua participação no desenvolvimento regional.

Este objetivo tem a programação financeira de 10 milhões de euros. Com o envolvimento de instrumentos territoriais integrados serão mobilizados 24 milhões de euros de outros objetivos políticos.



2.6.2.4 UMA REGIÃO MAIS VERDE

As alterações climáticas são uma realidade. Têm sido apresentadas várias soluções para a sua resolução. No entanto, as mesmas têm sido de difícil concretização, por razões, fundamentalmente, de natureza económica.

Assim, com este objetivo, pretende-se ter uma região rigorosa na adaptação às alterações climáticas, na preservação do ambiente e na transição energética, que vá ao encontro com os objetivos do Green Deal e do Pacote Objetivo 55.

O movimento *European Green Deal* apresenta um roteiro estratégico com metas definidas, colocando no centro da ação política a transição energética e verde, com os objetivos seguintes:

- Conseguir uma UE climaticamente neutra até 2050;
- Ajudar a garantir uma transição justa e integradora;
- Desenvolver energias limpas, confiáveis e acessíveis, e o desenvolvimento do financiamento da transição;
- Transformar a agricultura e as áreas rurais.

Quanto ao "Objetivo 55" refere-se à meta da UE de reduzir as emissões líquidas de gases com efeito de estufa em, pelo menos, 55% até 2030. O pacote Objetivo 55 corresponde a um conjunto de propostas destinadas a rever e atualizar a legislação da EU. Bem como a criar novas iniciativas com o objetivo de assegurar que as políticas da UE estejam de acordo com os objetivos climáticos acordados pelo Conselho e pelo Parlamento Europeu.

Este pacote proposto visa alinhar a legislação da UE pelo objetivo para 2030, tendo em vista a proporcionar um quadro coerente e equilibrado para alcançar os objetivos climáticos da EU. Pretende-se que o mesmo cumpra os seguintes objetivos:

- Assegure uma transição equitativa e socialmente justa;
- Mantenha e reforce a inovação e a competitividade da indústria da UE, garantindo simultaneamente condições de concorrência equitativas em relação a operadores económicos de países terceiros;
- Aposição de liderança da UE na luta mundial contra as alterações climáticas.

Este objetivo tem a programação financeira de 126 milhões de euros do FEDER.

2.6.2.5 UMA REGIÃO MAIS SOCIAL E INCLUSIVA

Com este objetivo pretende-se valorizar o conhecimento e a inovação na região, tendo em vista a diversificação do padrão produtivo para um crescimento sustentável. Pretende-se, assim, colocar as pessoas no centro das preocupações das políticas públicas, como forma de responder aos desafios da demografia e do envelhecimento, bem como, da qualificação e da necessidade do seu reforço para responder aos desafios da competitividade, do emprego e da inclusão e do combate à privação material. Através do mesmo procura-se cumprir:

- A Estratégia para a Igualdade de Género 2020-2025. Esta define as principais ações a realizar com o compromisso de assegurar que a perspetiva de género seja integrada em todos os domínios de intervenção da UE. Tem o propósito de desenvolver e implementar um conjunto de ações concretas nas empresas, na política e na sociedade. Desde logo, pretende por fim à violência e aos estereótipos baseados no género; assegurar a igualdade de participação e de oportunidades no mercado de trabalho, incluindo a igualdade salarial; e alcançar um equilíbrio de género nos órgãos de tomada de decisões e na política.
- Garantia Jovem 2020. Este programa corresponde a um compromisso assumido por todos os países da EU, tendo em vista a assegurar que todos os jovens com menos de 30 anos de idade beneficiem de uma oferta de emprego, formação,

educação ou estágio no prazo de quatro meses após terem terminado o seu percurso educativo ou de terem ficado desempregados.

- ALMA da EU. Esta iniciativa visa apoiar jovens com idade compreendida entre os 15 e os 29 anos, que não se encontram a trabalhar, nem a estudar, nem frequentam qualquer tipo de formação. Esta iniciativa de capacitação social visa ajudar estes jovens a integrarem-se na sociedade através do acesso ao trabalho ou à formação.

Esta iniciativa oferece aos participantes: formação adaptada; experiência profissional supervisionada, acompanhada de serviços de mentoria, por um período de tempo (2 a 6 meses) no país ou em mobilidade noutro país da EU; continuação do apoio através de orientação para obtenção de emprego ou prosseguimento de estudos.

Este objetivo tem a programação financeira de 51 milhões de euros do FEDER e 300 milhões de euros do FSE+.

3. PRIORIDADES E LINHAS DE INTERVENÇÃO

3.1. VISÃO, MISSÃO E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Perante este enquadramento geral, a consumação de um modelo de avaliação,



diagnóstico e definição de ações constituem o ponto de partida para a definição das principais linhas orientadoras do Plano de Ação de Base Territorial do Município do Porto Santo - Investimentos Territoriais Integrados, denominado “Quadro Comum de Investimentos do Porto Santo 2021-2027 - Estratégia de Desenvolvimento Territorial e Plano de Ação - PORTO SANTO 2030”. O presente Plano pretenderá valorizar as especificidades do território e dos recursos endógenos, bem como, delinear as

iniciativas dos diversos setores definidos como estratégicos e potenciadores do crescimento económico.

Com o objetivo de elaborar uma visão estratégica do Município, a Câmara Municipal do Porto Santo procurou recolher os contributos da sociedade civil e compilá-los num conjunto de dimensões de valorização e desenvolvimento construídas em consonância com os grandes pilares da estratégia da Europa 2020 e das agendas temáticas do Portugal 2030. Globalmente, terá como principais objetivos estratégicos:

- 1) Reforçar a resposta às alterações climáticas e promover a descarbonização do Porto Santo

À luz das grandes prioridades estratégicas aos níveis europeu e nacional, revela-se urgente a aposta num Plano de Ação direcionado para os novos desafios que se colocam aos territórios por via da emergência das alterações climáticas. Com base nestes pressupostos, o presente Plano definirá as principais medidas a adotar com vista a promover uma mobilidade sustentada; fomentar a mudança para uma economia circular de baixo custo, na gestão de resíduos e no ciclo urbano da água, sempre numa lógica de salvaguarda e valorização dos recursos endógenos; estimular a implementação de soluções verdes e de eficiência energética no território; aproveitar as potencialidades da economia do mar e potencializar a agricultura biológica.

- 2) Apostar na Inovação e qualificações como motores do desenvolvimento económico

Visará delinear um conjunto de ações e medidas com vista à criação de condições de fixação das atuais populações, sobretudo a população mais jovem, num contexto marcado por um forte envelhecimento populacional; formulação de medidas de atração de novos residentes e de recursos humanos qualificados; ao incentivo das

redes de cooperação entre os atores locais e regionais e fundamentalmente à integração dos agentes económicos com vista à criação de valor direcionada para o aproveitamento dos recursos endógenos; ao reforço da competitividade no sentido da diversificação da base económica do território; ao apoio da inovação empresarial e, por último, à promoção de uma cultura de transferência de conhecimento e inovação.

3) Assegurar o bem-estar a todos os cidadãos e eliminar os focos de exclusão social

Terá como objetivo estrutural a melhoria ao nível das acessibilidades e mobilidade sustentável no que concerne às suas ligações de transporte público rodoviário a toda a área envolvente da ilha; a apresentação de medidas de reforço da qualidade de equipamentos, infraestruturas e serviços de apoio à qualidade de vida das populações com vista à melhoria e eficiência dos serviços; a implementação de medidas de combate às desigualdades e às assimetrias de natureza socioeconómica.

4) Promover a transição para um crescimento baseado numa economia inteligente, circular e integradora de sistemas produtivos baseados em recursos endógenos.

Nesta vertente delineará um conjunto de ações que favoreçam o empreendedorismo no território, bem como, a introdução de soluções e ferramentas digitais nas áreas da formação, para mitigar as problemáticas relacionadas com a escassez de mão de obra qualificada que se verifica atualmente; promover e estimular a conectividade digital; implementar sistemas de gestão e monitorização inteligentes ao nível do ambiente urbano, transformando a ilha num território inteligente.

Estes objetivos funcionam de forma interdependente e complementar resultando, no seu conjunto, para a construção de um território inovador, inclusivo, sustentável e, em simultâneo, valorizador da sua forte expressão identitária e riqueza patrimonial.

3.2. ÁREAS DE ESPECIALIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

A EREI da RAM para o quadro comunitário 2021-2027 prevê um conjunto de domínios prioritários de especialização inteligente, e, dentro de cada um destes, um conjunto de atividades transformativas.

Em termos informais, pode-se dizer que os domínios prioritários de especialização inteligente correspondem a áreas de atividade económica, nas quais a região deve-se especializar de forma inteligente, por ter sido detetado, no território, um potencial de desenvolvimento e de crescimento, que deve ser explorado, para que a região possa ganhar visibilidade, notoriedade, competitividade, etc., comparativamente com outras regiões.

Por outro lado, quanto às atividades transformativas, no Anexo B da EREI da RAM para 2021-2027, refere-se que os projetos podem envolver assuntos muito diversos, pelo que, todos estes projetos diversificados constituem a atividade transformativa. “Uma atividade transformativa pode assim ser definida como um conjunto de capacidades relacionadas, projetos, atividades e pessoas que, reportadas a uma ou várias estruturas existentes, podem ser adicionadas de novas capacidades regionais orientadas para uma dada orientação de mudança.” (JRC, 2020, p.14 as cited in Caldeira (Coord), 2022, p.120). Por outro lado, Foray *et al.* (2018) estabelecem que uma Atividade Transformativa não se trata de um projeto isolado ou de um setor específico, mas sim de um conjunto de habilidades e ações inovadoras interligadas. Essas ações surgem das estruturas já existentes, podendo ser complementadas por habilidades externas à região, e são direcionadas para alcançar uma determinada mudança específica.

Entre os domínios prioritários de especialização inteligente, contam-se os seguintes:

- (1) Turismo;
- (2) Recursos e Tecnologias do Mar;
- (3) Tecnologias Digitais e Economia 4.0;
- (4) Economia Circular, Transição Energética, Ação Climática e Biodiversidade;



INSTITUTO DE
DESENVOLVIMEN
REGIONAL



Cofinanciado pela
União Europeia



PAT 2030
Programa
Assistência Técnica

Cofinanciado pela
União Europeia

(5) Agricultura, Alimentação e Bioeconomia;

(6) Saúde e Bem-Estar.

De seguida, realiza-se uma pequena introdução a cada domínio prioritário referido, resume-se o respetivo racional de especialização, assim como apresentam-se as atividades transformativas respeitantes a cada um.

3.2.1. TURISMO

O domínio prioritário de especialização inteligente (1) Turismo mantém a mesma designação que a atribuída no âmbito da EREI da RAM para o quadro comunitário referente ao período 2014-2020, o que por si só evidencia a sua importância na EREI corrente, mas também nesta região.

Relativamente ao seu Racional de Especialização, este domínio prioritário:

(1) Pretende o reforço da notoriedade da RAM enquanto destino turístico de referência, através da valorização do capital simbólico que lhe está associado, de uma promoção mais eficaz e sofisticada, captando e fidelizando turistas nacionais e internacionais, mas também através de uma oferta mais robusta, diversificada e qualificada.

(2) Tem também em vista uma maior aposta na oferta e prática de atividades turísticas, nomeadamente as ligadas ao Turismo de Natureza e ao Turismo Náutico, de forma a posicioná-los como produtos de excelência.

(3) Abrange a reabilitação das zonas turísticas principais, potenciando, deste modo, a prática de um Turismo Cultural diferenciado, mas também permitindo uma deslocação de fluxos turísticos para este segmento, com consequências na redução da sazonalidade e da concentração geográfica da prática de turismo no Funchal.

(4) Recai também sobre as Acessibilidades e a Mobilidade através de uma gestão inteligente do território Smart Cities, acompanhando as tendências europeias, pretendendo atingir a meta da União Europeia da neutralidade climática até 2050.



(5) Engloba ainda o reforço da ligação entre o Turismo e o Bem-Estar.

(6) Considera, também, a colaboração e a concertação entre os diversos agentes do setor, desde os representantes de empreendimentos turísticos até operadores, agentes e animadores turísticos, assim como agências e instituições públicas e privadas.

(7) Visa, também, a qualificação de recursos humanos neste setor.

(8) Pretende, deste modo, estruturar e qualificar a oferta turística, de modo a posicionar a RAM como destino de excelência.

(9) Deve conferir uma ênfase especial aos esforços de I&DT de obtenção e partilha de informação, de melhoria do modelo de promoção do território, da atratividade de investidores, de incremento da qualidade urbana, ambiental, paisagística e social.

Neste sentido, no que respeita às Atividades Transformativas relacionadas com este domínio prioritário, têm-se as seguintes:

- ⇒ AT 1 - Turismo 4.0.;
- ⇒ AT 2 - Diversificação e inovação da oferta turística;
- ⇒ AT 3 - Madeira como centro de excelência em competências para o turismo e a hotelaria.

Na tabela seguinte, apresenta-se a Descrição/Fundamentação de cada uma destas Atividades Transformativas, tal como está na EREI da RAM para o quadro comunitário 2021-2027:

TABELA 15. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES TRANSFORMATIVAS NA ÁREA DO TURISMO

Atividade Transformativa	Descrição/Fundamentação
AT 1 - Turismo 4.0.	A digitalização ao longo da cadeia de valor do Turismo revela-se crucial para a consolidação da RAM enquanto destino de excelência. A adoção de modelos inovadores de

	promoção do destino e a recolha e sistematização de informação sobre os ativos existentes e sobre o perfil dos turistas potenciam também esta transição, sob o pano de fundo da adoção de modelos de negócio inovadores ao longo de toda a cadeia de valor.
AT 2 - Diversificação e inovação da oferta turística	Aproveitamento do potencial de segmentos de oferta turística associados à valorização de ativos naturais e dos ativos artísticos e criativos, culturais e patrimoniais para ampliar e tornar ainda mais distintiva a base de oferta turística, tendo também em conta as novas preferências dos consumidores. À luz do novo perfil de turista e dos ativos que a RAM possui, mas que não estão explorados, existem condições para, por exemplo, potenciar o Turismo Experiencial e reforçar o Turismo de Natureza e Desportivo (Náutico, designadamente), o Turismo de Bem-Estar e, ainda, dinamizar o Turismo Cultural e Artístico através da promoção de eventos internacionais.
AT 3 - Madeira como centro de excelência em competências para o turismo e a hotelaria	A RAM tem condições para se afirmar como um centro de excelência em competências para o turismo e a hotelaria, referenciado a nível internacional, incluindo atividades de investigação e atividades de formação técnica, superior e avançada.

É de realçar o facto de, na EREI da RAM para o quadro comunitário 2021-2027, no âmbito deste domínio prioritário, estar destacada a Ilha do Porto Santo, por lhe ter sido atribuída, em 2020, a distinção de “Reserva da Biosfera”, pela UNESCO, contribuindo, não só ao nível desta ilha, mas também ao nível da RAM, para a diversidade de características naturais e patrimoniais singulares e diferenciadoras, oferecendo experiências inesquecíveis aos seus visitantes.

3.2.2. RECURSOS E TECNOLOGIAS DO MAR

O domínio prioritário de especialização inteligente (2) Recursos e Tecnologias do Mar também mantém a mesma designação que a atribuída no âmbito da EREI da RAM para o quadro comunitário 2014-2020, o que também evidencia a sua importância na EREI corrente, mas também nesta região.

Em termos do seu Racional de Especialização, a RAM pretende, com este domínio prioritário:

- (1) Reunir condições para consolidar e expandir a Cadeia de Valor da Economia Azul.
- (2) Apostar em políticas que contribuam para preservar a biodiversidade marinha, ou seja, garantir a sua exploração sustentável, e aumentar o valor acrescentado da pesca.
- (3) Apostar na diversificação da base económica, através do aumento da escala de produção de pescado em aquacultura, com impacto ambiental zero, através da inovação no setor de transformação e conservação do pescado e da exploração biotecnológica de organismos marinhos vivos não tradicionais, e através do desenvolvimento de produtos e serviços de elevado grau tecnológico para mercados setoriais diversos.
- (4) Apostar na modernização dos portos na perspetiva de smart ports e na requalificação da indústria naval.
- (5) Apostar na transformação da própria região num observatório de referência do estado ambiental do Oceano Atlântico e do mar profundo, assim como no mapeamento e caracterização dos recursos minerais marinhos.

Em linha, no que concerne às Atividades Transformativas relacionadas com este domínio prioritário, têm-se as seguintes:

- ⇒ AT 4 - Transição para uma aquacultura em escala com impacto ambiental zero;
- ⇒ AT 5 - Pesca seletiva;
- ⇒ AT 6 - Atividades Marítimo-Portuárias Inteligentes;
- ⇒ AT 7 - Biotecnologias Marinhas;
- ⇒ AT 8 - Criação de uma zona de Test Bed para Tecnologias Oceânicas.

Na tabela seguinte, apresenta-se a Descrição/Fundamentação de cada uma destas Atividades Transformativas, tal como está na EREI da RAM para o quadro comunitário 2021-2027.

TABELA 16. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES TRANSFORMATIVAS NA ÁREA DOS RECURSOS E TECNOLOGIAS DO MAR

Atividade Transformativa	Descrição/Fundamentação
AT 4 - Transição para uma aquacultura em escala com impacto ambiental zero	A fileira do pescado tenderá a crescer de forma a substituir a produção de proteína animal de origem terrestre por proteína animal de origem marinha. Ora, a RAM é dotada de conhecimento nas áreas da biologia e das engenharias e tecnologia disponível (biossensores, ciência de dados e modelação) em centros de I&DT e em empresas tecnológicas. Tal tem apoiado a evolução para produções automatizadas e controladas, mas às quais falta escala produtiva. Este <i>handicap</i> pode ser ultrapassado com o aumento da produção offshore aproveitando as condições favoráveis existentes na RAM.
AT 5 - Pesca seletiva	A promoção da Pesca Seletiva beneficia a sustentabilidade da Pesca. Incorporação, em redes de pesca, de tecnologia em fase de teste, constituída por emissores de sinal capazes de atrair ou afastar diferentes espécies. Essa incorporação gera impactos positivos no valor acrescentado, na preservação da biodiversidade e na qualidade dos ecossistemas marinhos. A capacitação dos tripulantes das embarcações com <i>know-how</i> para desenvolvimento de ferramentas adicionais para além daquelas que lhes permitem efetuar tarefas rotineiras a bordo, como por exemplo saberem fazer uma antena, conseguirem fazer um enrolamento de um motor elétrico, entre outras valências que lhes permitam evitar deslocações a terra que concorrem para um maior consumo de combustíveis e maior poluição.
AT 6 - Atividades Marítimo-Portuárias Inteligentes	O conceito de <i>smart port</i> apresenta uma enorme margem de progressão na RAM para melhorar a performance dos portos e das operações logísticas que lhes estão associadas. O acesso a dados, o seu tratamento e exploração é fundamental para os portos tomarem melhores decisões, nomeadamente em matéria de gestão de infraestruturas, gestão de fluxos de mercadorias e exploração de novos serviços. Também a ligação às respetivas comunidades

	marítimas é fundamental para o desenvolvimento de soluções e serviços que melhor sirvam a comunidade. Os diferentes setores de um porto podem usar as tecnologias inteligentes para reconfigurar as suas funções e melhorar as operações existentes sem grandes investimentos. Pode ainda criar-se um sistema logístico integrado de disponibilização de dados entre os intervenientes das várias áreas numa base cooperativista e de apoio, seja na salvaguarda da vida no mar, seja na limitação de avarias, poluição, ou outras consideradas relevantes. De salientar dentro destas atividades as seguintes dimensões: - Literacia dos oceanos e desenvolvimento de competências alinhadas com as necessidades do setor marítimo-portuário, promovendo ações de envolvimento do setor, nomeadamente de eficiência coletiva ligando os atores relevantes do setor. - Desenvolvimento de ações de atração de pessoas para o mar, nomeadamente de desmistificação do mar como elemento adverso e de enaltecimento do que de bom vem do mar. - Promoção da igualdade de género, valorizando o espírito de aventura e os pontos fortes do sexo feminino aplicados ao setor marítimo-portuário. - Desenvolvimento de ações relacionadas com o conceito de <i>Smart Ship</i> e <i>Industry 4.0</i> aplicada aos navios, visando a modernização em particular da frota pesqueira e, consequentemente, contribuindo para a sustentabilidade da pesca e redução dos seus impactos ambientais. - Desenvolvimento de ações de investigação aplicada ao setor Marítimo-Portuário visando a reformulação da forma de desenvolvimento das atividades e, subsequentemente, a melhoria da sustentabilidade do setor.
AT 7 – Biotecnologias Marinhas	O recurso à tecnologia no uso de recursos marinhos pode dar origem a novos produtos/soluções. Tal passa, por exemplo, pela produção de macro e microalgas com diferentes aplicações – alimentar, cosmética, nutracêutica, alimentos para animais, tintas para navios com propriedades anticorrosivas. A área das biotecnologias marinhas inclui também oportunidades de inovação como o caso dos resíduos sólidos (espinhas, escamas, entre outros) para pesquisa de substâncias e de micro-organismos com aplicação nas áreas da saúde e da cosmética. No caso de resíduos líquidos, tratamento por bio remediação, com possível aplicação na produção de algas.

AT 8 – Criação de uma zona de Test Bed para Tecnologias Oceânicas	Atividade transformativa de suporte à diversificação de atividades – energia renovável marinha, aquacultura, recifes artificiais, observação do oceano, monitorização do meio marinho, produção de algas para captação de CO2, entre outras.
--	--

3.2.3. TECNOLOGIAS DIGITAIS E ECONOMIA 4.0

O domínio prioritário de especialização inteligente (3) Tecnologias Digitais e Economia 4.0 teve por base o domínio prioritário de especialização inteligente Tecnologias de Informação e Comunicação, da EREI da RAM para o quadro comunitário 2014-2020, evidenciando a sua importância na EREI corrente e nesta região, mas é-lhe introduzido um maior grau de ambição, tentando alinhá-lo com tendências e desafios prementes.

Quanto ao seu Racional de Especialização, este domínio prioritário tem por visão uma estratégia de intervenção transversal a todos os restantes domínios, pretendendo reter na RAM uma parte significativa do impacto económico e social do processo de transformação digital em curso, nomeadamente através da criação de mais valor acrescentado, de mais emprego qualificado, mais capacidade de I&DT, de mais empresas de base tecnológica, para além de pretender reduzir a dependência tecnológica face ao exterior.

É de realçar que o contexto pandémico veio acelerar o processo de transformação digital, nomeadamente através do desenvolvimento de novos modelos de negócio, assentes na utilização combinada de tecnologias digitais, algumas já maduras, enquanto outras que estão a emergir em resultado de investimentos recentes em I&D.

Como áreas de desenvolvimento relevantes e que constituem oportunidades a aproveitar, têm-se:

- Plataformas para comércio ou negócio eletrónicos que implementem modelos híbridos, físico/online, e posicionamentos em vários segmentos de mercado, nomeadamente através da incorporação de tecnologias avançadas de interação com o consumidor/cliente (incluindo o pré e o pós-venda), de previsão de vendas;

- Plataformas e sistemas que implementem modelos de negócio assentes em estratégias de customização em massa, que exigem a convergência de um número significativo de tecnologias digitais, desde a modelização e simulação de produtos e processos, até à IA, passando pela robótica flexível, para além de alterações significativas em praticamente todos os processos das empresas;

- Plataformas e sistemas dedicados aos novos desafios da economia circular, desde a gestão do ciclo de vida dos produtos até ao reaproveitamento ou reciclagem de materiais e componentes. Neste caso, assumem uma importância crítica tecnologias como IoT, 5G e cibersegurança.

Em suma, este domínio prioritário pretende:

- (1) A aceleração da transformação digital nas empresas dos setores utilizadores, tornando-as mais competitivas e mais próximas dos seus fornecedores e clientes.
- (2) A adoção de KET digitais por parte das empresas fornecedoras de soluções tecnológicas, de modo a reforçarem e criarem novas ofertas.
- (3) A capacitação para a criação e desenvolvimento de uma fileira de tecnologias digitais.

Neste sentido, no que toca às Atividades Transformativas relacionadas com este domínio prioritário, têm-se as seguintes:

- ⇒ AT 9 - Plataformas digitais inteligentes para a implementação de novos modelos de negócio baseados em comércio e negócio eletrónicos;
- ⇒ AT 10 - Plataformas digitais inteligentes para a Economia Circular;
- ⇒ AT 11 - Adoção de plataformas e soluções digitais pelos setores utilizadores.

Na tabela seguinte, apresenta-se a Descrição/Fundamentação de cada uma destas Atividades Transformativas, tal como está na EREI da RAM para o quadro comunitário 2021-2027.

TABELA 17. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES TRANSFORMATIVAS NA ÁREA DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS E ECONOMIA 4.0

Atividade Transformativa	Descrição/Fundamentação
AT 9 - Plataformas digitais inteligentes para a implementação de novos modelos de negócio baseados em comércio e negócio eletrónicos	Desenvolvimento de plataformas e soluções digitais com vista à implementação de novos modelos e processos de comércio e negócio eletrónicos. Por exemplo, desenvolvimento de plataformas de comércio dirigidos a apoiar as indústrias que trabalham nichos altamente diferenciadores e sofisticados, o que exige valências nas áreas da visualização, manipulação, simulação, teste, suporte personalizado ao cliente, reverse logistics avançadas, com suporte de marcas próprias; e o desenvolvimento de plataformas virtuais de pré-venda, permitindo o matchmaking e a realização de eventos virtuais; desenvolvimento de soluções de comércio eletrónico híbridas físico/virtual; desenvolvimento de soluções colaborativas virtuais; soluções virtuais para pós-venda.
AT 10 - Plataformas digitais inteligentes para a Economia Circular	Desenvolvimento de soluções específicas para gestão do ciclo de vida dos produtos e plataformas para registo e gestão de fluxos de materiais reciclados.
AT 11 - Adoção de plataformas e soluções digitais pelos setores utilizadores	Estímulo à digitalização da RAM visando a massificação da adoção de soluções de Economia 4.0 por parte do tecido empresarial e institucional. Para o efeito, esta atividade passa por incluir, entre outras, iniciativas de sensibilização, divulgação e formação junto dos utilizadores finais.

3.2.4. ECONOMIA CIRCULAR, TRANSIÇÃO ENERGÉTICA, AÇÃO CLIMÁTICA E BIODIVERSIDADE

O domínio prioritário de especialização inteligente (4) Economia Circular, Transição Energética, Ação Climática e Biodiversidade é novo, captando diversas subdimensões que, anteriormente, na EREI da RAM para o quadro comunitário 2014-2020, encontravam-se autonomizadas ou dispersas, que correspondem aos seguintes domínios prioritários: Energia, Mobilidade e Alterações Climáticas; Sustentabilidade, Gestão e Manutenção de Infraestruturas; e Bio Sustentabilidade. Este facto realça a importância destes “antigos” domínios prioritários na EREI corrente, mas também nesta região.



No que se refere ao seu Racional de Especialização, este domínio prioritário visa a transição para um modelo mais sustentável, viável e equitativo em termos socioeconómicos, no qual a utilização dos recursos, naturais, técnicos e tecnológicos, energéticos e humanos, seja otimizada, e em que os ativos existentes e potenciais, como materiais, componentes, produtos, serviços, redes, sistemas e conhecimento, sejam geridos de modo a preservar o seu valor, utilidade, eficiência e segurança, pelo maior período de tempo possível, alinhando-se com o quadro de referência estratégico a nível nacional e europeu.

A concretização desta visão deverá assumir uma abordagem proactiva, visando a Transição Energética, as Alterações Climáticas e a Sustentabilidade, exigindo um conjunto de alterações no modelo de especialização produtiva que potencie condições adequadas para a circularidade, com incidência na boa gestão dos recursos naturais, na modernização e eficiência produtiva, na sustentabilidade dos materiais e do território e na eficiência e segurança energética.

Em linha, quanto às Atividades Transformativas relacionadas com este domínio prioritário, estas são as seguintes:

- ⇒ AT 12 - Valorização de recursos;
- ⇒ AT 13 - Modernização e eficiência produtiva;
- ⇒ AT 14 - Poupança energética;
- ⇒ AT 15 - Redes energéticas e de abastecimento de água inteligentes;
- ⇒ AT 16 - Gestão da biodiversidade;
- ⇒ AT 17 - Gestão de riscos naturais.

Na tabela seguinte, apresenta-se a Descrição/Fundamentação de cada uma destas Atividades Transformativas, tal como está na EREI da RAM para o quadro comunitário 2021-2027.

TABELA 18. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES TRANSFORMATIVAS NA ÁREA DA ECONOMIA CIRCULAR, TRANSIÇÃO ENERGÉTICA, AÇÃO CLIMÁTICA E BIODIVERSIDADE

Atividade Transformativa	Descrição/Fundamentação
AT 12 - Valorização de recursos	A natureza ultraperiférica da RAM impõe uma atenção especial nas questões associadas à economia circular no sentido de incentivar o uso eficiente dos recursos, gerando ganhos de produtividade económica e ambiental. Esse processo passa pelo redesenho de processos, produtos e novos modelos de negócio até à otimização da utilização de recursos, extraindo valor económico e utilidade dos materiais, equipamentos e bens pelo maior tempo possível, em ciclos energizados por fontes renováveis. Passa também pelo aumento da captação, separação, reutilização, reciclagem, valorização ou regeneração de recursos.
AT 13 - Modernização e eficiência produtiva	A introdução de melhorias e de ganhos de eficiência nos processos produtivos contribui para a utilização mais criteriosa de recursos. Esta atividade compreende diversas dimensões, nomeadamente: normalização, certificação e etiquetagem de circularidade de produtos e serviços; digitalização; captação, reparação, reutilização, acondicionamento, remanufatura ou reciclagem de

	materiais técnicos, tecnológicos e resíduos/subprodutos industriais; eficiência energética e material.
AT 14 - Poupança energética	Promoção do recurso a energias renováveis e desenvolvimento de soluções de armazenamento energético, atuando como um fator de equilíbrio entre a oferta e a procura, potenciando a fiabilidade e a penetração das energias renováveis e da transição energética e contribuindo para a estabilização e a segurança da rede e do abastecimento elétrico.
AT 15 - Redes energéticas e de abastecimento de água inteligentes	Promoção de sistemas e soluções que monitorizem os fluxos de energia e de água (e as potenciais relações entre ambos), e que automatizem a implementação de medidas para otimizar o equilíbrio permanente entre o consumo e a produção, garantindo padrões de qualidade, segurança, informação e apoio à decisão do consumidor em tempo real, e permitindo a penetração de energias renováveis na rede, a interligação entre sistemas, a articulação com processos de digitalização e o planeamento integrado de infraestruturas.
AT 16 - Gestão da biodiversidade	Dada a riqueza da biodiversidade na RAM e a sua vulnerabilidade a fenómenos naturais, é importante inventariar exaustivamente as espécies existentes, nomeadamente as endémicas, e definir iniciativas que combinem a adaptação às alterações climáticas, a prevenção de riscos e a resiliência às catástrofes, com a manutenção/restauração de ecossistemas naturais. Tal pode incluir, como referido no PDES Madeira 2030, medidas de conservação per se para as espécies e habitats mais vulneráveis; melhoria da conectividade entre habitats, para facilitar o carácter dinâmico introduzido pela variabilidade e alteração climática; monitorização e avaliação constante do estado e evolução da biodiversidade no arquipélago da Madeira; monitorização, deteção precoce de pragas e doenças e prevenção, controlo e erradicação de espécies invasoras; e aumento do conhecimento para espécies e habitats cuja incerteza na resposta às alterações climáticas seja elevada.
AT 17 - Gestão de riscos naturais	Dada a forte vulnerabilidade da RAM a catástrofes naturais como tempestades no oceano, cheias, aluviões, inundações, ou fogos, impõe-se a existência de um conjunto de iniciativas de prevenção e/ou gestão de riscos naturais. Em causa está, por exemplo, a estabilização preventiva de encostas e manutenção das modelações existentes, regularização de linhas de água em zonas de montanha, e mitigação de escoamentos intensos em pequenas linhas de água e em ravinas, através da bioengenharia.

Realce-se o facto de, já na EREI da RAM para o quadro comunitário 2014-2020, no âmbito do domínio prioritário Bio Sustentabilidade, mas, sobretudo, também na EREI da RAM para o quadro comunitário 2021-2027, no âmbito do presente domínio prioritário, estar destacada a Ilha do Porto Santo, pela sua Rede de Áreas Marinhas Protegidas, como autênticos santuários da vida selvagem terrestre e marinha, com enorme importância para a preservação de espécies únicas no mundo. Estas são áreas protegidas mistas, por serem, simultaneamente, terrestres e marinhas, e contribuem para a relevância da biodiversidade da RAM.

3.2.5. AGRICULTURA, ALIMENTAÇÃO E BIOECONOMIA

O domínio prioritário de especialização inteligente (5) Agricultura, Alimentação e Bioeconomia corresponde aos domínios prioritários Bio Sustentabilidade e Qualidade Agroalimentar da EREI da RAM para o quadro comunitário 2014-2020, tendo-se adotado apenas uma alteração do ponto de vista de denominação, o que por si só demonstra a pertinência dos “antigos” domínios prioritários na EREI corrente e nesta região.

Quanto ao seu Racional de Especialização, este domínio prioritário:

- (1) Pretende adaptar a agricultura e, a jusante, as indústrias agroalimentares, às alterações climáticas e às transformações decorrentes de uma procura cada vez mais exigente e ambientalmente consciente, assim como elevar a capacidade de I&D+i nesse âmbito.
- (2) Visa o desenvolvimento de áreas inovadoras de elevado valor acrescentado, com a bio economia sustentável e circular, tendo por base os recursos regionais;
- (3) Almeja atrair novos empreendedores, aumentar a qualificação dos ativos, atestar a qualidade distintiva das produções, melhorar as condições de acesso e de concorrência das mesmas nos mercados, assim como assegurar aos consumidores os maiores níveis de proteção e segurança alimentar, a par de produtos de excelência.

Neste sentido, no que concerne às Atividades Transformativas que fazem parte deste domínio prioritário, as mesmas são as seguintes:

- ⇒ AT 18 - Agricultura e Alimentação Sustentáveis;
- ⇒ AT 19 - Alimentos novos, saudáveis, seguros e nutrição personalizada;
- ⇒ AT 20 - Produtos regionais com elevado valor simbólico/complementar à oferta turística;
- ⇒ AT 21 - Agricultura 4.0.

Na tabela seguinte, apresenta-se a Descrição/Fundamentação de cada uma destas Atividades Transformativas, tal como está na EREI da RAM para o quadro comunitário 2021-2027:

TABELA 19. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES TRANSFORMATIVAS NA ÁREA DA AGRICULTURA, ALIMENTAÇÃO E BIOECONOMIA

Atividade Transformativa	Descrição/Fundamentação
AT 18 - Agricultura e Alimentação Sustentáveis	O novo perfil de consumidor, com uma consciência ambiental muito apurada, a par da necessidade de garantir o abastecimento de produtos alimentares, implica a utilização criteriosa dos agro-sistemas e recursos agrícolas e naturais e adoção de novas práticas nas atividades económicas que promovam a preservação do território e meio rural, planeta e o bem-estar das populações. Inclui, nomeadamente, a utilização de recursos endógenos e variedades locais, conservação e manutenção dos agro-sistemas e da produtividade dos solos, energias renováveis, modelos territoriais que promovam iniciativas com o conceito “do prado ao prato”, conservação da agro e biodiversidade, valorização dos recursos provenientes de atividade agrícola e da atividade agroalimentar, otimização dos processos de produção e de reaproveitamento de resíduos numa perspetiva de economia circular, dos ciclos curtos entre produtor e consumidor, com a promoção do consumo dos produtos locais, internalização de impactos ambientais no preço de mercado dos produtos, rotulagem de alimentos

	(incluindo aspetos climáticos, ambientais e sociais, para além dos nutricionais), redução do desperdício alimentar, entre outros. A agricultura e alimentação sustentáveis exigem a monitorização, o impacto das alterações climáticas sobre a agricultura e a adaptação dos agro-sistemas e as culturas tradicionais, através da implementação de técnicas da agroecologia e agricultura biológica e novas soluções biológicas para mitigação dos constrangimentos ambientais.
AT 19 - Alimentos novos, saudáveis, seguros e nutrição personalizada	A crescente preocupação dos consumidores relativamente à sua saúde e bem-estar e à prevenção de doenças tem vindo a impulsionar a procura por alimentos mais saudáveis e seguros. A satisfação das necessidades dos consumidores em alimentos mais saudáveis deverá ser satisfeita por produtos alimentares produzidos localmente em agro-sistemas saudáveis, envolvendo a utilização de recursos genéticos agrícolas endógenos, ou sub explorados, e a monitorização e otimização dos processos de produção, com o controlo da qualidade destes produtos alimentares, durante todas as etapas da cadeia de produção. Assim como, a utilização de bio recursos e matérias-primas não tradicionais na produção de alimentos funcionais. Acresce que os avanços na compreensão da relação entre alimentação e saúde têm orientado a inovação ao nível dos alimentos para fins medicinais específicos e alimentos funcionais e dos regimes alimentares personalizados, pelo que todos os produtos produzidos e/ou processados na região, novos ou já existentes, deverão ser objeto de valorização na vertente da saúde.
AT 20 - Produtos regionais com elevado valor simbólico/complementar à oferta turística	A RAM dispõe de condições agro ecológicas únicas para o desenvolvimento de uma variedade de produtos agrícolas e alimentares regionais, baseados em variedades regionais e recursos genéticos para agricultura e alimentação fortemente distintivos e cuja produção, deve ser orientada para aumento da sustentabilidade e segurança alimentar, diminuição da pegada ecológica das cadeias de abastecimento, ao ser alavancada, na resposta procura, significativa, de residentes e turistas que viajam até à região, devendo ser fortemente articulada com o sector

	turístico. Tal pode ocorrer, por exemplo, otimizando o cultivo, aprofundando a capacidade de transformação, alargando as cadeias de valor através da racionalização dos circuitos de comercialização, promovendo os produtos regionais como complementares entre si e como complementares à oferta turística. Nesta atividade deverá ser analisada a resposta aos produtos e processos que podem ser afetados pelas alterações climáticas e pela perceção global sobre os impactos na cadeia alimentar.
AT 21 - Agricultura 4.0.	A utilização de diferentes tecnologias associadas à Agricultura 4.0, devidamente adaptadas às condições específicas da agricultura de minifúndio e de montanha da Região permitirá a otimização dos recursos, da produção e da gestão agrícola, da monitorização das culturas e da qualidade da produção e das formas de trabalhar, refletindo-se em ganhos de produtividade assinaláveis e em tomadas de decisão mais assertivas. A Agricultura 4.0 acarreta a necessidade de formação dos agricultores e técnicos, a introdução e validação de tecnologias em diferentes níveis e com diferentes finalidades e inovações tecnológicas que trazem maior agilidade, autonomia, conectividade e integração aos processos produtivos e de gestão. Entre essas tecnologias estão, por exemplo, a internet das coisas, inteligência artificial, Big Data, entre outros. Entre os benefícios que decorrem do recurso a tecnologias da Agricultura 4.0, estão: - As aplicações a diferentes níveis de monitorização, fenotipagem e manejo inteligente dos recursos dos agro-sistemas e culturas, com a obtenção de dados fiáveis sobre o solo, as condições climáticas, os mapas fenológicos e a identificação de pragas de acordo com a localização que podem auxiliar na análise preditiva de um futuro próximo na agricultura; - Monitorização e controlo das culturas e da atividade agrícola à distância, através da utilização de sensores, drones e dispositivos de georreferenciação, o que exige o desenvolvimento de sensores e tecnologias adaptadas às condições e culturas locais;

	- Redução de custos e desperdícios, na medida em que os softwares integrados nos equipamentos agrícolas fornecem dados como o perímetro percorrido pelas máquinas, o que evita a duplicação de tarefas e de uso de matérias-primas.
--	---

3.2.6. SAÚDE E BEM-ESTAR

O domínio prioritário de especialização inteligente (6) Saúde e Bem-Estar, à semelhança do seu homónimo na EREI da RAM para o quadro comunitário 2014-2020, surge dada a relevância social do investimento no sistema regional de saúde e o impacto da ID&I nesta área. Daí a importância deste domínio prioritário na EREI corrente e nesta região.

No que toca ao seu Racional de Especialização, este domínio prioritário pretende, essencialmente, aumentar a eficácia e a eficiência com que o SESARAM presta os seus cuidados, e, ao mesmo tempo, estimular a produção e a oferta de bens e serviços (privados e públicos) relacionados com a cadeia de valor da saúde. Para isso, deve-se reforçar a ligação com o potencial científico que a Universidade da Madeira detém e dar-se origem à criação de empresas que funcionem como fornecedores especializados dos prestadores de cuidados de saúde e bem-estar, fortalecendo-se a lógica de clusterização.

Também se deve aproveitar a elevada especialização da economia da RAM na atividade turística para apostar afincadamente em nichos do Turismo de Saúde, nomeadamente na componente de Bem-Estar que lhe está associada, a qual sai valorizada, entre outras, pelas condições naturais do arquipélago.

A insularidade da RAM sugere, ainda, uma aposta firme na utilização generalizada e integrada de tecnologias digitais, fazendo emergir a Saúde Digital, que melhorará significativamente o acesso da população a cuidados de saúde, e que contribuirá para ganhos de eficiência na prestação desses cuidados, para além de se vir traduzir em aumento de comodidade por parte dos pacientes e dos seus eventuais cuidadores. Como exemplos, têm-se a teleassistência e a telemedicina, a digitalização dos cuidados e dos processos, a melhoria da interoperabilidade, a desmaterialização da referenciação

do utente aos cuidados de saúde, a otimização e partilha dos recursos, entre outros. Por estarem em causa soluções com benefícios transversais para a sociedade, são especialmente pertinentes para o diagnóstico e cuidado de doenças crónicas, assim como para a promoção do envelhecimento ativo, saudável e integrado na comunidade.

Em linha, relativamente às Atividades Transformativas relacionadas com este domínio prioritário, têm-se as seguintes:

- ⇒ AT 22 - Saúde 4.0.;
- ⇒ AT 23 - Envelhecimento ativo e saudável, na comunidade;
- ⇒ AT 24 - Turismo de saúde;
- ⇒ AT 25 - Medicina personalizada, farmacologia, medicamentos e terapias avançadas.

Na tabela seguinte, apresenta-se a Descrição/Fundamentação de cada uma destas Atividades Transformativas, tal como está na EREI da RAM para o quadro comunitário 2021-2027.

TABELA 20. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES TRANSFORMATIVAS NA ÁREA DA SAÚDE E BEM-ESTAR

Atividade Transformativa	Descrição/Fundamentação
AT 22 - Saúde 4.0.	Desenvolvimento de soluções inovadoras de saúde digital, disponíveis para toda a população, nomeadamente para doentes crónicos e pessoas de grupos etários mais avançados. A análise de dados, a sensorização, a telemonitorização, por exemplo, potenciam avanços muito relevantes nos cuidados integrados, nos autocuidados e em estender a ação do hospital para casa, ao mesmo tempo que geram ganhos de eficiência no sistema regional de saúde, o que, por sua vez, liberta recursos para uma maior cobertura destes cuidados. O envelhecimento da população e o aumento da prevalência de doenças crónicas têm vindo a impulsionar a procura por estas soluções, projetando-se um considerável crescimento do mercado global nos anos vindouros.

AT 23 - Envelhecimento ativo e saudável, na comunidade	Mobilização da investigação nas Ciências Médicas e nas Ciências Sociais a fim de desenvolver modelos inovadores de cuidados de saúde para idosos, promovendo a sua qualidade de vida e a diminuição dos processos de institucionalização na velhice e, ao mesmo tempo, estimulando uma nova oferta de prestação de serviços privados descentralizados, em parceria com o sistema regional de saúde.
AT 24 - Turismo de saúde	Expandir a oferta de serviços de bem-estar associados ao Turismo (operadores hoteleiros e turísticos), mas, também, equacionar as oportunidades de uma oferta de serviços médicos a não residentes, identificando áreas/especialidades/atos médicos que possam ser viáveis e atrativos. Para isso, é necessário mobilizar a oferta privada de qualidade, sendo no entanto a retaguarda de segurança das unidades hospitalares públicas uma condição necessária.
AT 25 - Medicina personalizada, farmacologia, medicamentos e terapias avançadas	Com o objetivo de melhorar o diagnóstico, a monitorização, o prognóstico e a decisão terapêutica relacionadas com as doenças prevalentes, emergentes e as associadas ao envelhecimento, urge desenvolver abordagens inovadoras, incluindo as de natureza transversal, como as que resultam do cruzamento das Ciências da Saúde com a Biotecnologia e a Nanotecnologia. Neste âmbito, com vista à sua introdução na clínica, interessa explorar o conhecimento já existente na região nas áreas do desenvolvimento e isolamento de novas moléculas com propriedades terapêuticas, da nanomedicina, da identificação de novos bio marcadores, da análise genética e das terapias celulares.

É de realçar o facto de, na EREI da RAM para o quadro comunitário 2021-2027, no âmbito deste domínio prioritário, estar destacada a Ilha do Porto Santo, pela sua praia com areia com propriedades minerais que potenciam possibilidades terapêuticas ao nível do tratamento de doenças do foro reumático, e pelo Centro de Talassoterapia que presta serviços de saúde complementar nas vertentes preventiva e curativa.

3.3. DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO

3.3.1. AS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS NO QUADRO EUROPEU

A União Europeia tem definido um conjunto de objetivos estratégicos com o intuito de orientar o seu desenvolvimento e abraçar os desafios do século XXI. Esses mesmos objetivos foram estabelecidos com o intuito de delinear a visão a longo prazo da União Europeia para promover um crescimento sustentável e inclusivo. Assim, os cinco grandes objetivos estratégicos da União Europeia são os seguintes: uma Europa mais inteligente; mais verde; mais conectada; mais social e mais próxima dos cidadãos.

Uma **Europa mais inteligente** visa promover o crescimento económico baseado no conhecimento, estimulando a inovação, a educação e a investigação. Tem a intenção de investir em tecnologias avançadas, promover a investigação e o desenvolvimento, bem como melhorar a educação e as competências laborais.

Uma **Europa mais verde** visa a sustentabilidade ambiental. Este é um objetivo fundamental na agenda da União Europeia. Pretende promover a transição para uma economia com baixas emissões de carbono e reduzir a dependência dos combustíveis fósseis. Para o efeito foram estabelecidas metas bastante ambiciosas para reduzir as emissões de gases de efeito de estufa, através da promoção de energias renováveis e a melhoria da eficiência energética.

Uma **Europa mais conectada** através do desenvolvimento de infraestruturas de transporte, telecomunicações e energia, bem como a promoção da conectividade digital. Estes fatores são fundamentais para a competitividade e a coesão da União Europeia. Há um objetivo claro de eliminar barreiras geográficas, mas também digitais, com vista a melhorar a acessibilidade e a eficiência dos mercados europeus.

Uma **Europa mais social** de forma a garantir que todos os cidadãos europeus tenham acesso a oportunidades de educação, emprego e cuidados de saúde, independentemente do local onde vivam. A União Europeia pretende promover a inclusão social, a igualdade de género e o combate à pobreza e à exclusão social. Pois, a coesão social é um princípio fundamental da União Europeia.



INSTITUTO DE
DESENVOLVIMEN
REGIONAL



Cofinanciado pela
União Europeia

PAT 2030
Programa
Assistência Técnica



Cofinanciado pela
União Europeia

Por fim, uma **Europa mais próxima dos cidadãos**, envolvendo-os ativamente na tomada de decisões e promovendo a transparência. Aqui a União Europeia procura aproximar os cidadãos.

Estes objetivos estratégicos representam um grande compromisso com o desenvolvimento sustentável, a inovação, a coesão social, a proteção do meio ambiente e uma governação mais inclusiva. Os mesmos são orientadores estratégicos para as políticas e programas da União Europeia e pretendem reforçar a Europa e torná-la mais competitiva e resiliente, num mundo em constante transformação e evolução.

Portugal tem sido um defensor da coesão económica e social dentro da União Europeia. Tem apoiado políticas e fundos da União Europeia que visam reduzir as disparidades económicas e sociais. Tem ainda coordenado as suas políticas económicas, bem como a promoção de reformas estruturais que vão ao encontro das diretrizes da União Europeia, como forma de garantir a estabilidade e o reforço do euro como moeda única. Portugal está comprometido com a transição para uma economia de baixo carbono, investindo na transição energética e sustentável, através do investimento nas energias renováveis, na eficiência energética e na redução das emissões de carbono. Mas também tem pautado a sua ação em manter e aperfeiçoar a política de coesão da União Europeia, que é fundamental para o desenvolvimento económico e social do país. Tem ainda procurado promover a inovação e o investimento na pesquisa e desenvolvimento, apoiando iniciativas que impulsionem a competitividade e o desenvolvimento tecnológico.

O Portugal 2030 tem como pedra basilar todas estas orientações estratégicas. Este foi criado para colocar em prática o Acordo de Parceria entre Portugal e a Comissão Europeia, na aplicabilidade dos Fundos Europeus no desenvolvimento da economia portuguesa, entre 2021 e 2027. Este programa tem o objetivo de apoiar as pessoas, as empresas e outras organizações do setor público de forma a tornar o país mais coeso a nível interno, e por outro lado aumentar a competitividade a nível externo. A sua intenção major visa contribuir para atingir os cinco objetivos estratégicos definidos pela União Europeia e que foram transpostos para Portugal: Portugal mais inteligente;





INSTITUTO DE
DESENVOLVIMEN
REGIONAL



Cofinanciado pela
União Europeia

PAT 2030
Programa
Assistência Técnica



Cofinanciado pela
União Europeia

Portugal mais verde; Portugal mais conectado; Portugal mais social e um Portugal mais próximo dos cidadãos. E um objetivo específico, Portugal com uma transição mais justa.

Um **Portugal mais inteligente** pretende transformar Portugal num país mais avançado e inovador. Pretende-se um maior investimento na investigação e inovação, bem como nas tecnologias digitais, por forma a tornar as empresas mais competitivas e melhorar as suas habilidades para se destacarem em setores estratégicos, apoiando a transição digital e promovendo o empreendedorismo.

Portugal está comprometido em abraçar a sustentabilidade e as ações em prol do meio ambiente, o denominado **Portugal mais verde**. Ou seja, há um comprometimento na redução de emissões de carbono, melhorar o uso eficiente de energia e promover fontes de energia renováveis. Ou seja, Portugal pretende adotar uma abordagem mais ecológica e sustentável, alinhada com os desafios da mudança climática.

Com o **Portugal mais conectado** pretende-se criar um país em que haja uma maior e melhor interligação por meio de redes de transporte estratégicas. Com isso pretende-se melhorar a mobilidade das pessoas e mercadorias, enquanto eleva a qualidade e a atratividade das diferentes regiões do país, tornando-as mais competitivas e conectadas aos mercados, tanto a nível nacional quanto internacional. Dessa forma aumenta a acessibilidade e a competitividade das suas regiões.

Com o **Portugal mais social** há a intenção de promover uma sociedade mais inclusiva e igualitária, com o foco na melhoria das competências da população, garantindo acesso equitativo aos diferentes serviços, promovendo o emprego de qualidade e priorizando a inclusão social, em consonância com as diretrizes estabelecidas no Pilar Europeu dos Direitos Sociais. Com este objetivo pretende-se tornar Portugal uma sociedade mais justa, onde todos tenham acesso a oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional.

O **Portugal mais próximo dos cidadãos** pretende estabelecer uma conexão mais próxima com os seus cidadãos, apoiando estratégias de desenvolvimento a nível local que promovam a coesão social e territorial. Além disso, busca fomentar o



desenvolvimento urbano sustentável, com base no princípio de criar redes interligadas que atendam às necessidades das pessoas. Ou seja, pretende-se com este objetivo estar mais acessível e atento às necessidades das comunidades locais, promovendo o desenvolvimento sustentável em áreas urbanas e rurais.

É ainda objetivo um **Portugal** com uma **transição mais justa**. Ou seja, assegurar que a transição para uma economia sustentável e neutra em carbono se processa de forma justa.

Em suma, é objetivo alcançar um equilíbrio demográfico mais justo, promovendo a inclusão e reduzindo as desigualdades. A inovação, a digitalização e o aprimoramento das habilidades desempenham um papel central no desenvolvimento. A transição para uma economia sustentável e a preservação dos recursos naturais são elementos cruciais neste contexto. Na sua essência, pretende-se um desenvolvimento mais equitativo e sustentável, impulsionado pela inovação e pela transição para uma economia amiga do ambiente.

Os fundos do Portugal 2030 referem-se aos fundos estruturais e de investimento da União Europeia que estão disponíveis para Portugal durante o período de programação. Os mesmos são distribuídos através de diferentes programas e instrumentos que visam apoiar o desenvolvimento económico, social e regional de Portugal, alinhando-se com as prioridades estratégicas estabelecidas. Estes são distribuídos através de programas organizados por temas e por regiões.

Os programas temáticos apoiam programas de acordo com a área de intervenção em que se inserem. Existem quatro grandes programas temáticos.

O Programa demografia, qualificações e inclusão é financiado pelo FSE+ e dirige-se às regiões menos desenvolvidas do continente. Envolve ações nas áreas de políticas ativas de emprego, educação, formação profissional e superior, redução da pobreza, inclusão social e promoção de igualdade de oportunidades, com intervenções que também contribuem para enfrentar o desafio demográfico.



O Programa dedicado à Inovação e Transição Digital é financiado pelo FEDER e FSE+, e está direcionado para as regiões menos desenvolvidas do continente, bem como para as Regiões Autónomas, com o intuito de apoiar a inovação e competitividade, a transição energética e as competências para a competitividade, quer no âmbito da digitalização, da investigação e inovação, bem como no crescimento e competitividade das PME. Apoia ainda projetos de descarbonização e de apoio às energias renováveis.

O Programa dedicado à Ação Climática e Sustentabilidade é financiado pelo Fundo de Coesão e será de âmbito nacional, com o intuito de responder aos desafios da sustentabilidade e transição climática. A descarbonização dos diversos setores da economia é um dos seus grandes enfoques.

O Programa Mar 2030 é financiado pelo FEAMPA. Está destinado a todo o território nacional, com o objetivo de apoiar investimentos de sustentabilidade das pescas, da eficiência energética e descarbonização, bem como da biodiversidade.

Ao integrar todos estes programas e abordagens, o objetivo é criar um país que seja avançado em termos de conhecimento, sustentabilidade, conectividade, justiça social e participação, atendendo às necessidades do presente e do futuro. Pretende-se assim, com junção de todos os programas, atingir um país mais inteligente, mais verde, mais conectado, mais social e mais próximo dos cidadãos.

3.3.2. ALINHAMENTO REGIONAL

Os programas regionais são desenvolvidos e implementados de forma a atender às necessidades e características de cada região geográfica de Portugal. Pois, reconhece-se que as diferentes regiões enfrentam desafios únicos, necessitam de recursos distintos e oportunidades específicas. Desse modo requerem abordagens personalizadas no seu investimento, com vista ao seu desenvolvimento. Dessa forma foi criado o programa regional Madeira 2030, que visa dar resposta às necessidades específicas da Região Autónoma da Madeira.



A Região Autónoma da Madeira tem as suas próprias prioridades de desenvolvimento, tendo em consideração os seus recursos naturais, a mão-de-obra disponível e as necessidades específicas da sua população. É ainda considerada a sua cultura e identidade regional. Há o reconhecimento da sua diversidade e pretende garantir políticas e investimentos que sejam eficazes, adequados e relevantes para responder às necessidades específicas do território, como forma de promover um desenvolvimento equitativo e sustentável.

O Programa Madeira 2030 é financiado pelo FEDER e FSE+, está direcionado e focado nas políticas do território e contribui para a generalidade dos objetivos estratégicos, especialmente para os objetivos de atingir um Portugal mais próximo, mais verde e mais competitivo. Assim, o programa regional Madeira 2030, representa uma estratégia de desenvolvimento para a região, através de um conjunto de prioridades.

O programa Madeira 2030 tem como prioridade atingir uma Madeira mais inteligente e competitiva, promovendo a inteligência e a competitividade por meio do investimento em conhecimento e inovação.

Tem ainda como prioridade uma Madeira mais verde, na ação climática e na transição energética. A região, tal como o restante país, tem como prioridade enfrentar os desafios das mudanças climáticas, promovendo ações climáticas e uma transição para fontes de energia mais sustentáveis, reduzindo a emissão de carbono e promovendo práticas e tecnologias amigas do ambiente.

Há ainda a aposta na mobilidade urbana sustentável, como forma de reduzir a poluição e melhorar a qualidade de vida da região. Isso envolve o desenvolvimento de sistemas de transporte público eficientes e amigos do ambiente. Uma região mais conectada, tanto em termos de mobilidade como de infraestruturas, através do reforço das acessibilidades.

Uma região mais social e inclusiva, com vista a promover justiça social e inclusão garantindo que todos os cidadãos tenham acesso a serviços de qualidade, cuidados de saúde e educação, bem como a promoção de igualdade de oportunidades. Tem ainda

como prioridade, a aposta na empregabilidade dos jovens. O programa tem uma atenção especial para a empregabilidade dos jovens, procurando criar oportunidades de trabalho e desenvolvimento de carreiras na nova geração. Uma Madeira mais próxima, através do desenvolvimento sustentável dos territórios. E são ainda prioridades do programa Madeira 2030 as regiões ultraperiféricas e o combate à privação material.

Em resumo, o programa regional Madeira 2030 é uma estratégia ambiciosa para o desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira, abrangendo uma variedade de áreas, desde inovação e sustentabilidade ambiental até inclusão social e empregabilidade, criando um futuro mais próspero e sustentável.

O Porto Santo enfrenta vários desafios muito semelhantes ao de muitas outras ilhas e regiões mais remotas. Desde logo a dependência do turismo. Este é a principal indústria do Porto Santo, e a economia da ilha é muito dependente do setor. Isso torna a economia vulnerável a flutuações sazonais e a eventos imprevisíveis, como crises económicas e como pandemias, tal como aconteceu com a COVID-19. Diversificar a economia é fundamental para reduzir esta dependência. Incentivar o investimento em setores económicos diversos, como agricultura, pesca, tecnologia, energias renováveis e outros, pode ajudar a diversificar a economia e reduzir a dependência do turismo.

Por outro a localização do Porto Santo que é geograficamente mais remota pode trazer desafios acrescidos no acesso a mercados e atração de investimentos. Por esse motivo, melhorar a conectividade por meio de transporte aéreo e marítimo é importante para estimular o crescimento económico e atrair mais visitantes e investidores. Para promover um desenvolvimento económico sustentável, há ainda a necessidade de investir em infraestruturas e telecomunicações.

A aposta na educação e na qualificação da mão de obra deve merecer especial atenção. Pois, garantir que a população local continua a ter acesso a uma educação de qualidade e a oportunidades de desenvolvimento de competências torna-se fundamental para promover o crescimento económico, especialmente em setores que requerem habilidades específicas, como o turismo, a tecnologia e serviços.

Importa referir que o Porto Santo tem uma beleza natural única. É por isso importante equilibrar o crescimento económico com a preservação do meio ambiente. Desenvolver o turismo sustentável e promover práticas comerciais ecologicamente responsáveis são cruciais.

Trabalhar em parceria com a região da Madeira e outros parceiros pode ainda proporcionar oportunidades de desenvolvimento económico e partilha recíproca de boas práticas.

O diagnóstico efetuado e a sua articulação com as orientações estratégicas europeias, nacionais e regionais permitem-nos identificar um conjunto específico de desafios para o Município do Porto Santo, por área temática de políticas públicas. O Plano de Ação para Desenvolvimento da Estratégia Territorial 2021-2027 deverá refletir estas preocupações e materializar os mecanismos que melhor se articulem com os desafios aqui apresentados, quer na identificação dos seus pressupostos estratégicos, quer na definição e enquadramento das metas.

Assim, em termos de **Crescimento Económico** identificam-se os seguintes desafios:

- a) Incentivos direcionados para as áreas de especialização do território;
- b) Estratégias de I&D, educação e formação, em particular vocacionadas para aproveitar o perfil de especialização do território;
- c) Apoio à internacionalização do tecido empresarial, de modo a potenciar ainda mais a capacidade exportadora do território;
- d) Certificação de produtos endógenos com potencial económico;
- e) Estudo das fileiras na área alimentar, da habitação e do mar para valorização do seu potencial económico;
- f) Desenvolvimento de estratégias de sustentabilidade turística para o território;
- g) Necessidade de reorientar os investimentos numa ótica de retorno económico, perante a tendência para a concentração nas entidades públicas.

A ilha do Porto Santo enfrenta diversos desafios relacionados com o meio ambiente e sua sustentabilidade, que são caraterísticos de regiões insulares. Exigem atenção e ação com vista a preservar a beleza natural e garantir o bem-estar das gerações futuras.

O aumento das temperaturas globais, o aumento do nível do mar e a frequência de eventos climáticos extremos representam uma ameaça significativa. Há por isso necessidade de adotar medidas de adaptação e mitigação para lidar com estes fenómenos. O ecossistema único do Porto Santo deve ser protegido. Isso envolve a preservação da flora e fauna locais, bem como o combate à introdução de espécies invasoras que possam prejudicar a biodiversidade nativa. Por outro lado, a gestão sustentável dos recursos hídricos, a conservação da água e a promoção de práticas de uso eficiente são essenciais. O tratamento adequado de resíduos e a redução da poluição, nomeadamente do setor do turismo, são importantes para manter a qualidade ambiental da ilha. Investir em energias renováveis, como solar, eólica e marinha, pode ajudar a reduzir a dependência de combustíveis fósseis e tornar a ilha mais sustentável. A promoção de práticas agrícolas sustentáveis, como a agricultura orgânica e o cultivo de produtos locais, pode ajudar a preservar os solos e a água.

O turismo é uma parte importante da economia do Porto Santo, mas deve ser desenvolvido de maneira sustentável. Isso inclui a promoção do turismo responsável, o respeito pelo ambiente e pelas culturas locais, bem como a gestão do seu crescimento. A sensibilização da comunidade e dos visitantes para a importância da sustentabilidade ambiental é fundamental. Programas de educação ambiental e campanhas de consciencialização podem desempenhar um papel importante nesse sentido.

Nesse sentido, quanto ao **Ambiente e Sustentabilidade** identificam-se os seguintes desafios:

- a) Promoção de projetos de tecnologias verdes, nomeadamente ligando fileira da habitação às exigências acrescidas no desempenho energético na construção;
- b) Promoção de comportamentos ambientalmente responsáveis;

- c) Articulação da agenda para a sustentabilidade com todas as áreas de políticas públicas, nomeadamente em termos de eficiência energética e hídrica;
- d) Exploração dos valores paisagísticos e ecológicos, nomeadamente ligados à identidade da ilha e ilhéus;

São vários os desafios relacionados com a inclusão e o bem-estar social das comunidades. Desde logo a disponibilidade de empregos e oportunidades económicas pode ser mais limitada, especialmente em áreas fora do setor do turismo. A qualidade da educação, o acesso a oportunidades educacionais e a retenção de talentos são uma preocupação. Garantir que a educação seja de alta qualidade e acessível é fundamental para o desenvolvimento das comunidades. Os cuidados de saúde são outra temática a ter em consideração. A prestação de cuidados de saúde adequados, incluindo o acesso a serviços médicos é essencial para a saúde e bem-estar das comunidades locais. A habitação acessível e de qualidade é ainda outro grande desafio, à semelhança do que acontece em todo o país. A conectividade e o transporte entre ilhas e para o continente podem ser melhorado, como forma de garantir a inclusão e o acesso a oportunidades. Mas há grupos que não podem ser esquecidos. Desde logo o apoio às pessoas com deficiência. Garantir que estas tenham acesso a serviços, a instalações e oportunidades é essencial para promover a inclusão. O mesmo acontece com os idosos. O desafio do envelhecimento da população, requer a implementação de serviços e apoios para idosos, bem como estratégias para incentivar a permanência de jovens e famílias na ilha. Mas também há necessidade de continuar a promover a integração social e o fortalecimento das comunidades locais para combater o isolamento social e a exclusão.

Assim, relativamente às **Comunidades e à Inclusão** identificam-se os seguintes desafios:

- a) Análise dos setores do território para perceber as necessidades de qualificação;
- b) Ligação formação-mercado de trabalho, nomeadamente estreitando os laços entre as associações empresariais e empresas, promovendo a formação ao longo da vida;
- c) Requalificação profissional, face ao crescimento acelerado do desemprego qualificado;

- d) Estímulo a projetos de Inovação Social que possibilitem novas respostas aos desafios da coesão social;
- e) Adequação e qualificação da oferta, especialmente no domínio das políticas sociais e de saúde ao comportamento demográfico do território;
- f) Fomento de integração de políticas de saúde/desporto/cultura

O Porto Santo enfrenta alguns desafios relacionados com o seu território e atratividade. Desde logo, sendo uma ilha tem por mãos os desafios logísticos relacionados com a sua posição geográfica. Por vezes, o fornecimento de bens e serviços ficam afetados e refletem-se num aumento de custos associados. Por outro lado, a preservação do ambiente natural para a atratividade a longo prazo é crucial. O turismo, embora beneficie a economia, pode ter impactos ambientais. Motivo pelo qual encontrar um equilíbrio entre o desenvolvimento e a preservação é um desafio constante. A diversificação económica é também um desafio. Dependendo excessivamente do turismo pode tornar a economia vulnerável a flutuações sazonais ou eventos imprevisíveis. Diversificar a base económica é um desafio para garantir a estabilidade a longo prazo. A infraestrutura de transporte e conectividade, nomeadamente a nível aéreo e marítimo, influencia diretamente a acessibilidade. Melhorias nestes aspetos podem facilitar o fluxo de turistas e estimular o desenvolvimento. Contudo, há necessidade de garantir que o crescimento da ilha seja sustentável, atendendo às necessidades da população local sem comprometer os recursos naturais. Um outro desafio importante está no investimento na educação e desenvolvimento de competências diversificadas por forma a garantir que a mão-de-obra esteja preparada para as necessidades da economia local. A promoção da identidade da ilha do Porto Santo de forma responsável e que preserve os seus recursos naturais são fundamentais. Enfrentar estes desafios requer uma abordagem integrada e colaborativa que envolva tanto as autoridades locais como a comunidade, com vista a um desenvolvimento equilibrado e sustentável.

Assim, no que diz respeito ao **Território e Atratividade**, salientam-se os seguintes desafios:

- a) Promoção da regeneração e revitalização urbana;
- b) Ordenamento urbano, agrícola e florestal de forma a combater a ocupação dispersa do território;
- c) Valorização do potencial turístico do território;
- d) Valorização do potencial ecológico e ambiental do território;
- e) Promoção da identidade da ilha do Porto Santo, valorizando-a economicamente.

A governança e os serviços públicos desempenham um papel vital no desenvolvimento e bem-estar de qualquer comunidade. Assim, alguns dos desafios que estão relacionados com a governança e serviços públicos passam por garantir a participação ativa da comunidade nas decisões locais. É importante envolver os residentes na elaboração de políticas e projetos que afetam diretamente a ilha. Manter altos padrões de transparência nas atividades e garantir a prestação de contas são fundamentais para continuar a merecer a confiança da população nos órgãos governamentais. Por outro lado, a capacidade das instituições locais em gerir os serviços públicos e implementar políticas eficazes é crucial. Assim como, a integração de tecnologias inovadoras nos serviços públicos pode melhorar a eficiência e a qualidade. A resiliência a desastres naturais é também um aspeto a ter em consideração. Pois, dada a localização geográfica da ilha, esta pode enfrentar desafios relacionados com desastres naturais. Assim, é crucial garantir planos de emergência eficazes e sistemas de alerta precoce.

Uma governança eficaz deve estar alinhada com estratégias que promovam um desenvolvimento económico equilibrado, considerando tanto os interesses locais quanto a sustentabilidade a longo prazo. Abraçar estes desafios requer uma abordagem colaborativa entre as autoridades locais, a população e outras partes interessadas, com vista ao desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida no Porto Santo.

Assim, sobre os desafios relacionados com a **Governança e Serviços Públicos**, importa assinalar:

- a) Integração de políticas municipais, de acordo com as exigências para uma maior concertação;
- b) Articulação dos serviços prestados pelo setor público e setor privado;
- c) Valorização da inovação como marca territorial, constituindo-a como ilha sustentável e ambientalmente exemplar;
- d) Assumir a subsidiariedade como central na gestão dos fundos

3.3.4. UM TERRITÓRIO VIRTUOSO

Porto Santo demonstra qualidades muito positivas e virtuosas em diversos aspetos, quer seja a nível social, económico, ambiental e também cultural. O Porto Santo possui várias características que contribuem para ser considerado um território virtuoso.

Desde logo a adoção de práticas e políticas que visam o desenvolvimento sustentável, através da promoção de um turismo sustentável, a preservação ambiental e a gestão consciente de recursos naturais. A adoção de medidas que protegem o meio ambiente e que promovem a conservação da biodiversidade.

Este também é um território que promove a coesão social, pratica a inclusão e a igualdade de oportunidades. Por outro lado, tem um conjunto de iniciativas que visam o bem-estar social, quer seja através de programas educacionais, ou mesmo o acesso a serviços de saúde e apoio à comunidade local.

É ainda característica do Porto Santo a preservação e valorização do património cultural, através do respeito e divulgação da história local, a promoção de eventos culturais e o apoio a práticas tradicionais.

Possui uma praia singular, com qualidades excecionais, cujas areias apresentam





propriedades terapêuticas, contribuindo positivamente para o território. Desde logo pela atração de turistas interessados nas propriedades terapêuticas da areia, impulsiona o turismo de saúde e bem-estar, e de natureza. Por outro lado, diversifica assim produtos e serviços a ela associados. Possui uma praia tranquila, água clara e cristalina e paisagens serenas.

Por sua vez, Porto Santo é um considerado e reconhecido como um destino seguro e tranquilo. Este é um fator crucial para impulsionar o turismo e promover o desenvolvimento económico sustentável da ilha. A sensação de segurança, associada a uma baixa taxa de criminalidade cria confiança entre os residentes e os visitantes. Por outro lado, possui ainda uma comunidade local acolhedora e hospitaleira que contribui para a sensação de tranquilidade. A presença de respostas de saúde e serviços de emergência é também um fator tranquilizador. Por outro lado, é um território que não enfrenta ameaças naturais significativas, como frequência de furacões e terremotos. Este clima ameno, com baixa amplitude térmica, proporciona condições naturais favoráveis ao desenvolvimento de diversificadas atividades, em meio terrestre e marítimo, durante todo o ano.

E por fim, e não menos importante, a própria dimensão da ilha permite, com maior facilidade, diversas vantagens na gestão e conservação dos seus recursos, contribuindo para um ambiente mais sustentável e uma comunidade mais resiliente. Há uma visão mais direta e imediata aos desafios, facilitando assim a implementação de estratégias adequadas. Esta característica permite ainda uma disseminação mais direta e personalizada das boas práticas, tornando a comunicação mais eficaz, com a comunidade. Ou seja, a dimensão do Porto Santo não apenas contribui para uma gestão mais eficiente dos seus recursos, como tem possibilidade de criar um ambiente propício para a preservação ambiental, para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida dos seus residentes. O desafio passa por garantir que o equilíbrio seja mantido e que as práticas sustentáveis sejam continuamente promovidas.



3.3.5. ATIVOS ESTRATÉGICOS DO CONCELHO DO PORTO SANTO

Os ativos estratégicos de um território dizem respeito a recursos, características ou vantagens que podem ser utilizados para impulsionar o desenvolvimento e a competitividade de um determinado território. Esses ativos desempenham um papel crucial na atração de investimentos, no crescimento económico e na melhoria da qualidade de vida da população.

Os territórios que possuem recursos naturais abundantes como a biodiversidade, têm a oportunidade de desenvolver outros setores. A localização geográfica, pode também ser um impulsionador de atividades. Por outro lado, a presença de infraestruturas, facilita o transporte de mercadorias e pessoas, promovendo o seu desenvolvimento económico e conectividade. O capital humano qualificado e diversificado atrai investimentos em setores de tecnologia, investigação e desenvolvimento, impulsionando a inovação e a competitividade. A presença de instituições educativas de qualidade e centros de investigação impulsionam a inovação, atraem talento e apoiam o desenvolvimento de setores baseados no conhecimento. Um clima favorável e um ambiente natural atraente pode promover o turismo, a agricultura e a qualidade de vida, tornando o território mais atrativo para residentes e visitantes.

Todos estes ativos, quando identificados e explorados de forma eficiente, podem contribuir significativamente para o sucesso e a resiliência de um território. A resposta a estes desafios exige uma focagem estratégica ambiciosa, em linha com a exigência de gerar um círculo virtuoso que associe as dinâmicas de interação com o exterior à valorização efetiva de recursos-ativos do território, superando algumas das dificuldades existentes no território.

Assim, entre os ativos que a estratégia deve valorizar estão os seguintes:

- Entidades tecnológicas, como a central dessalinizadora do Porto Santo, pode constituir o motor de transição para a economia inteligente na região e de difusão nacional.

- Apesar que ainda não existir um pólo universitário, existe a expectativa de a curto prazo ser criado um direcionado para a área geológica.
- Algumas estruturas-projetos, presentes ou emergentes, geradoras de fluxos a uma escala alargada, que podem ter efeitos de dinamização social e económica e atração - fixação de pessoas em todo o território (Reserva da Biosfera UNESCO da Ilha do Porto Santo, Nova Unidade Local de Saúde do Porto Santo, o Aeroporto do Porto Santo e o porto subsidiário, bem como a presença 24h/dia de uma equipa da Força Área para o transporte urgente de doentes entre ilhas).
- O sistema biológico e sustentável, multifuncional, elemento distintivo da paisagem, promotor da biodiversidade é elemento-chave no combate e mitigação de efeitos da mudança climática (incluindo na regeneração dos solos e no uso racional da água).
- O património natural e cultural e a paisagem (a ilha e ilhéus, edificado, as manifestações imateriais) com potencial de geração de valor económico, designadamente no quadro do complexo turismo-lazer, base da identidade local e elementos de coesão no processo de transição para o futuro.
- O Mar, como fator estratégico para a economia, constitui um pilar fundamental para o desenvolvimento do território. Num setor que reúne áreas como a exploração sustentável dos recursos pesqueiros (pesca sustentável), aquacultura, turismo costeiro e marinho (mergulho, observação de crustáceos, passeios de barco e desportos aquáticos), o recurso a energias renováveis (energia das ondas e das correntes marítimas e outras), investigação marinha, transporte marítimo e logística, preservação ambiental, o turismo, a energia, o ambiente e a economia circular, fatores como a inovação, a competitividade e a preservação dos recursos são a chave para uma nova onda na Economia Azul.
- A praia é o ativo estratégico mais importante no Porto Santo, sendo uma das principais atrações da ilha. Pois, o seu extenso areal dourado para além de tornar um destino turístico atraente para aqueles que procuram relaxar à beira-mar, desfrutar de um clima ameno e praticar atividades aquáticas, também pode ser um cenário para eventos culturais, festivais, atividades desportivas e outras

iniciativas que diversificam a oferta turística. A sua identidade ímpar deslumbrante contribui para a construção da imagem de marca da ilha, posicionando-a como um destino de qualidade e beleza natural.

- A oferta diversificada de amenidades locais, como o campo de golfe que atrai um segmento específico de turistas; a presença de caminhos pedestres; a oferta de desportos náuticos como o mergulho durante todo o período do ano; a presença de espaços culturais que destacam a herança histórica da ilha, por forma a promover o turismo cultural e educacional; a oferta de restaurantes que se destacam pela sua gastronomia; e as infraestruturas de saúde e bem-estar relacionadas com os benefícios dos minerais na saúde humana.

4. ESTRATÉGIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL PORTO SANTO 2030

4.1. UMA VISÃO ORIENTADORA PARA A PRÓXIMA DÉCADA

O turismo é uma actividade económica capaz de auxiliar no desenvolvimento das localidades onde ele ocorre, gerando emprego e rendimento para as comunidades receptoras e divisas para os municípios.

A identificação de um conjunto de desafios e ativos do território, como vimos na secção anterior, não é suficiente para fundamentar uma estratégia sustentável – é necessário que esta seja focada, sob pena de não haver condições para um exercício de seletividade na sua operacionalização, dispersando recursos sem verdadeiramente valorizar os efeitos sinérgicos necessários.

A combinatória de desafios-ativos pode sugerir muitas hipóteses de futuro, mas só alguns são viáveis e só alguns serão relevantes, como verificamos de seguida.

Ativos Estratégicos:

- Reserva Biosfera da rede Unesco;
- O Mar e turismo náutico;
- Destino turístico único e exclusivo;
- Praia – qualidade excecional, cujas as areias apresentam propriedades terapêuticas;
- Infraestruturas portuárias e aeroportuárias;
- História, património histórico e cultural, gastronomia e vinho (hospitalidade genuína das pessoas);
- Natureza, turismo ativo e desportivo;
- Lifestyle, Trendiness;
- Clima ameno ao longo de todo o ano;
- Variedade de atividades de mar e montanha;
- Destino Seguro;
- Elevada taxa de cobertura das infraestruturas e serviços públicos básicos (acessibilidades internas, eletricidade, água e saneamento);
- Escala adequada para o desenvolvimento de projetos piloto inovadores.

O Porto Santo é uma ilha de origem vulcânica, com um relevo menos acidentado do que a Madeira e onde predominam o calcário e o basalto. É conhecido por ser um destino de praia. É um território com características e curiosidades muito específicas e únicas. Uma parte da ilha caracteriza-se por ser montanhosa, com picos que atingem alturas desde os 437m até aos 537 metros. Tem um valioso património natural, paisagístico



e cultural. São várias as curiosidades que despertam atenção e interesse dos turistas. Peculiaridades diversificadas como o facto de ser uma ilha que apesar de ter ficado um

período de quase de 20 anos sem chuva, atualmente possui um magnífico campo de golfe. Uma ilha onde vemos as videiras a crescerem em dunas da praia. Ou até mesmo saber a razão pela qual as enormes dunas de areia encontrarem-se na costa norte da ilha, quando a praia situa-se na costa sul.

A Ilha do Porto Santo, ou Ilha Dourada, como é apelidada de forma gentil pelas suas gentes e seus visitantes, deve esta designação ao seu estupendo areal dourado, com uma extensão de 9km. O que faz este areal ser tão falado e apreciado é o facto de a praia do Porto Santo ter sido eleita uma das 7 Maravilhas de Portugal, na categoria de praias e dunas, recebendo todos os anos a distinção de praia com Bandeira Azul. A areia é também muito conhecida pelas suas características terapêuticas e medicinais. Durante anos, as gentes do Porto Santo aclamavam que a areia da praia era terapêutica usada para tratamentos do foro cutâneo e subcutâneo, bem como, para problemas ortopédicos e reumáticos. Mas estas características não dizem apenas respeito à areia da praia. As argilas do Porto Santo, as águas minerais e até a água do mar também contêm propriedades benéficas.

Devido à singularidade do seu extenso e macio areal de areia fina e à qualidade excepcional da água do mar, que apresenta um tom azul turquesa deslumbrante, a ilha possui um centro especializado em terapia marinha e tratamentos de saúde baseados na areia (geomedicina). Além disso, a ilha é reconhecida como uma das sete maravilhas de Portugal, e a sua variedade de atrações turísticas, combinada com a simpatia, simplicidade e hospitalidade do povo local, bem como, a sua reputação de segurança e serenidade, junto com seu rico património histórico, clima agradável, beleza natural e de certo modo selvagem, o Porto Santo reúne todas as características para atrair visitantes de todo o mundo, sendo até apelidada de "Caribe da Europa".

Todavia apresenta um conjunto de desafios para 2030 que importa abraçar. Tais como:

- Sustentabilidade - O turismo é a atividade económica central do Porto Santo pelo que o seu desempenho é fundamental para a sustentabilidade do território;
- Aumentar a dinâmica turística de forma sustentada, inclusiva e qualificada;

- Demográfica – de acordo com os últimos censos, a ilha perdeu habitantes e está com uma população envelhecida aliada a uma baixa taxa de natalidade. Apesar de, em contrapartida, na última década, o total de alojamentos ter aumentado 2% na ilha: de 4.497 em 2011 para os actuais 4.556;
- Alterações Climáticas – adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos;
- Habitação - devido ao crescimento do turismo, existe uma elevada procura de habitação, que provoca um acentuado acréscimo nos preços, dificultando o acesso aos seus habitantes. De salientar que a autarquia dará brevemente início a implementação da Estratégia Local de Habitação;
- A afirmação do território - desenvolver-se como território e destino turístico sustentáveis, onde os valores naturais e culturais se apresentam de forma harmoniosa;
- A conjugação da tradição com a inovação nas dinâmicas económicas;
- Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho para todos;
- Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos;
- Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
- Promover a descarbonização da economia e adaptação às alterações climáticas;
- Salvaguardar, valorizar e otimizar os recursos naturais, agrícolas e culturais existentes;
- Aumentar as receitas provenientes da dinamização da economia local;
- Peso do turismo na economia – O turismo tem uma preponderância bastante importante na dinâmica económica regional, pelo que o acontecimento de situações “anormais” (ex: pandemias, fenómenos naturais) poderão impactar significativamente;
- Dependência de fontes externas de energia – A ilha tem uma elevada dependência externa dos combustíveis fósseis, que expõe a região às atuais

flutuações dos preços, além dos impactos ambientais negativos associados ao seu uso.

- Reduzida taxa de preparação para reutilização e reciclagem dos resíduos urbanos, sendo necessário sensibilizar e capacitar o destino para melhorar este desempenho.
- Reduzir a sazonalidade das atividades económicas, sociais e culturais.

No entanto, importa ainda referir que tem também com ela associado um conjunto diversificado de fatores que importa relevar. Tais como:

- Localização (espaço insular) e dimensão demográfica;
- Equipamentos estruturantes ao nível da saúde, do ensino e da administração (serviços regionais da Administração Central);
- Sistema Científico e Tecnológico e promoção e transferência de I&DT;
- Empresas e estruturas associativas relevantes em diversos domínios (empresarial, cultural, e de desenvolvimento local);
- Foco dinâmico gerado pelo desenvolvimento de iniciativas estruturantes;
- Infraestruturas portuárias e aeroportuárias. Hoje o Porto Santo dispõe de transportes aéreos e marítimos. O aeroporto do Porto Santo apresenta atualmente uma capacidade adequada às necessidades presentes e futuras, tendo em consideração as necessidades da população residente e as perspetivas de crescimento da atividade turística a médio e longo prazo. Diariamente, o ferry-boat Lobo Marinho, assegura ligações entre as duas ilhas, num transporte confortável, com a duração aproximada de 2h30.

Assim, o Porto Santo apresenta várias áreas de potencial económico que serão desenvolvidas nos pontos seguintes.

4.1.1. DINÂMICAS DO TURISMO DO PORTO SANTO

Nesta rubrica vamos aqui perceber as tendências do turismo do Porto Santo.



INSTITUTO DE
DESENVOLVIMEN
REGIONAL



Cofinanciado pela
União Europeia

PAT 2030
Programa
Assistência Técnica



Cofinanciado pela
União Europeia

O Porto Santo é denominado “Ilha Dourada”, banhada por um mar de águas azul turquesa, deliciosamente calmo, límpido, onde reina a mais absoluta tranquilidade e sempre acompanhada pela simpatia do povo hospitaleiro.

Localizada a apenas 40 Km a nordeste da ilha da Madeira, no oceano Atlântico, a ilha do Porto Santo, possui características únicas que a fazem diferir particularmente da ilha vizinha. Delimitada a sul por uma longa praia de fina areia dourada que se estende por 9 Km de costa, o seu verdadeiro ex-libris, é banhada por um mar deliciosamente calmo, límpido e com tonalidades múltiplas entre o azul e o verde. A sua maravilhosa praia de areia fina, é considerada por muitos uma das praias mais bonitas de Portugal e mesmo da Europa.

O Porto Santo, localizado no arquipélago da Madeira, é conhecido pelas suas praias de areia dourada e clima ameno durante todo o ano. O turismo na ilha tem sido historicamente impulsionado, principalmente, pela sua beleza natural e pelas águas amenas e cristalinas.

As dinâmicas do turismo no Porto Santo têm sido moldadas por diversificados elementos. Desde logo as praias e o turismo balnear. A principal atração da ilha é a sua extensa praia de areia dourada, conhecida por ter propriedades terapêuticas. Muitos visitantes procuram o Porto Santo especificamente pelas suas praias e águas tranquilas, tornando o turismo balnear uma das principais dinâmicas turísticas da região. O turismo de saúde e bem-estar são outras duas dimensões também bastante valorizadas. As areias das praias do Porto Santo são consideradas benéficas para problemas de saúde, especialmente reumatismo e problemas de pele. Como resultado, o turismo de saúde e bem-estar tem uma presença significativa na ilha, com visitantes que vêm em busca de tratamentos termais e de relaxamento.

Por outro lado, o turismo sustentável e a natureza têm ganho bastante destaque. A preservação da natureza e a promoção do turismo sustentável tornaram-se áreas de foco para impulsionar a economia local. A preservação das paisagens naturais, trilhos para caminhadas e a promoção de atividades ao ar livre estão entre os esforços para



atrair visitantes que valorizam a natureza intocada. A ilha possui também um rico património histórico e cultural, incluindo locais como o Museu Cardina e a Casa-Museu Cristóvão Colombo, que atraem turistas interessados na história e na cultura da região.

Nos últimos anos, tem havido investimentos na melhoria da infraestrutura turística na ilha, com o objetivo de oferecer melhores serviços e acomodações para os visitantes, além de ampliar a capacidade de receber turistas durante todo o ano. A promoção de eventos especiais, tem sido uma estratégia para diversificar a oferta turística ao longo do ano e atrair diferentes tipos de visitantes.

No entanto, é importante notar que o turismo na ilha do Porto Santo é mais sazonal em comparação com a ilha da Madeira, com picos de visitas durante os meses de verão, quando as condições climáticas são mais favoráveis para as atividades ao ar livre e para desfrutar das praias. Contudo, estão a ser feitos esforços para promover o turismo fora da época alta, com o intuito de ter turistas ao longo do ano e reduzir a sazonalidade.

Segundo o Turismo da Madeira, o Porto Santo caracteriza-se pelas suas praias paradisíacas ao legado histórico e à incrível diversidade geológica. Somos assim desafiados a explorar este tesouro escondido no meio do oceano. Conhecer o Porto Santo é desvendar os encantos de uma ilha banhada pelo sol, conhecida especialmente pela sua extensa praia. Localizada como a menor ilha habitada do Arquipélago da Madeira, esta joia está a apenas uma hora e meia de voo de Lisboa, situada no extremo sudoeste da Europa, a 500 km da costa africana e a 1000 km do continente europeu.

O Porto Santo, situado no nordeste da ilha da Madeira, é um lugar bastante árido e conhecido pela sua tranquilidade, pela sua extensa praia de areia e águas cristalinas e temperadas. Essas características transformam a ilha num verdadeiro paraíso logo às portas da Europa. O Porto Santo tem potencial para se tornar um destino de sonho. Embora seja mais procurado durante os meses de Verão, especialmente em Julho e Agosto, pelos turistas nacionais, houve um notável aumento no transporte marítimo, especialmente durante essa temporada, indicando um crescente interesse na ilha. Isso reflete-se também no aumento do número de hóspedes e pernoites. Diversos

stakeholders, especialmente o Governo Regional da Madeira, têm feito esforços para desenvolver a ilha, evidenciado pelas recentes inaugurações de infraestruturas com o intuito de aprimorar a qualidade dos serviços turísticos, transformando o destino em algo atrativo durante todo o ano, procurando assim reduzir a dependência da temporada turística. Esta estratégia inclui a criação de novos produtos turísticos para diversificar a oferta, apostando em segmentos como o turismo de natureza, o ecoturismo e o turismo de saúde, apresentando possibilidades alternativas para o crescimento e desenvolvimento contínuo do turismo (Neves, 2005).

É importante notar que a recente inclusão do Porto Santo na seleta lista da Rede Mundial de Reservas da Biosfera da UNESCO despertou um novo interesse e acrescentou uma responsabilidade significativa à tranquila ilha do Atlântico. Com sua origem vulcânica e uma biodiversidade singular, tanto no mar quanto em terra, o foco agora é tornar-se um destino turístico e território sustentável, onde os valores naturais e culturais se integram de maneira equilibrada. Com a colaboração ativa da comunidade local, já existem planos em curso para os próximos anos.

4.1.1.1. NOVAS TENDÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO NAS DINÂMICAS DO TURISMO DO PORTO SANTO

A ilha do Porto Santo é conhecida pela sua deslumbrante praia de areia dourada, que se prevê ser o cenário central de um plano a médio prazo voltado para aprimorar o bem-estar físico, mental e emocional dos turistas, alinhado com as tendências dos estilos de vida contemporâneos. É crucial construir, a curto prazo, bases sólidas de sustentabilidade nos âmbitos econômico, ambiental e social.

Alguns movimentos emergentes no turismo estão a moldar o desenvolvimento na ilha. Há uma crescente consciencialização sobre a importância da sustentabilidade no setor do turismo. O Porto Santo já está a adotar práticas mais sustentáveis, abordando a gestão de resíduos, o uso de energia renovável, a preservação ambiental e a apostar na educação dos turistas sobre a relevância da conservação ambiental.

Além disso, o investimento em infraestruturas e promoção de atividades ao ar livre, como trilhas, desportos aquáticos e aventuras ecológicas, visa atrair turistas interessados em experiências mais ativas e em contacto direto com a natureza. A implementação de tecnologias inovadoras para aprimorar a experiência dos visitantes também é um aspecto relevante a considerar.

A atenção à saúde e ao bem-estar continua a ser uma tendência significativa. Com as propriedades terapêuticas das suas águas e areias peculiares, o Porto Santo pode expandir os seus serviços, oferecendo mais opções de spas, tratamentos termais e programas de bem-estar.

O Porto Santo tem potencial para crescer como um destino turístico atrativo durante todo o ano. Estudos demonstram uma tendência sazonal, com uma grande afluência de visitantes nos meses de verão, especialmente em agosto, principalmente por turistas nacionais. Contudo, outros mercados mostram um interesse crescente na ilha, tornando possível promovê-la como um destino de alta qualidade, aproveitando não apenas as suas praias, que desempenham um papel crucial na imagem e divulgação do local, mas também explorando outras atividades e produtos.

Para criar uma estratégia promocional eficaz, é importante fomentar uma variedade de atividades que aproveitem as infraestruturas existentes e os recursos disponíveis durante os períodos de menor demanda turística. Promover e expandir atividades que ofereçam aos turistas experiências além de simplesmente passar o dia na praia é crucial. Neste contexto, o turismo de natureza poderia revelar o lado menos conhecido do Porto Santo, enquanto o ecoturismo, com mergulhos e passeios de barco, e o turismo de saúde, aproveitando as propriedades terapêuticas da água e da areia da ilha, são opções a serem exploradas. Além disso, outros tipos de turismo podem ser considerados para diversificar a oferta turística do destino.

O Porto Santo tem sido visto como um complemento ao produto turístico da Madeira, mas seria benéfico desenvolver um plano específico para esta ilha. Isso permitiria que o

destino implementasse estratégias direcionadas aos mercados emissores e produtos alinhados com os segmentos de turistas desejados.

Atualmente, há uma crescente valorização de experiências autênticas e imersivas no turismo. Destinos que proporcionam oportunidades para os visitantes mergulharem na cultura local, experimentarem a gastronomia tradicional, interagirem com as comunidades locais e adquirirem habilidades típicas têm atraído um público interessado em vivências genuínas.



É essencial destacar que o êxito na adoção dessas tendências depende da colaboração entre os setores público e privado. Além disso, requer um compromisso sólido com a preservação da identidade e dos recursos naturais da ilha.

4.1.1.2. NOVAS TENDÊNCIAS DE INVESTIMENTO PARA AS DINÂMICAS DO TURISMO DO PORTO SANTO

Para impulsionar o turismo na ilha do Porto Santo através de investimentos estratégicos, é viável considerar diversas áreas alinhadas com as tendências emergentes e o desenvolvimento sustentável do setor.

Investimentos em infraestrutura desempenham um papel crucial para atrair e atender a um maior número de turistas. Isso engloba melhorias no aeroporto e porto, ampliação da oferta de transportes públicos e a modernização/expansão de opções de hospedagem, como hotéis, resorts e outras formas de alojamento. Paralelamente, investir em práticas sustentáveis representa uma estratégia promissora. Isso implica a adoção de energias renováveis, a implementação de sistemas eficientes de gestão de

resíduos, a promoção de iniciativas de preservação ambiental e programas educativos direcionados a turistas e residentes locais sobre práticas sustentáveis.

Investir em novas atrações e atividades é uma maneira eficaz de atrair uma variedade de turistas com diferentes interesses. Isso pode englobar a criação de parques temáticos, pontos culturais de interesse, centros de diversão, trilhos ecológicos, desportos aquáticos, entre outras opções. Dar foco e reforçar a infraestrutura e os serviços voltados para o turismo de saúde e bem-estar pode ser uma área prioritária de investimento. Isso implica melhorar a qualidade dos spas, centros termais e programas de bem-estar, oferecendo tratamentos que beneficiem tanto a saúde física quanto a mental.

Por outro lado, investir em tecnologias pode aprimorar a experiência dos turistas, desde soluções de reserva online até aplicações móveis que oferecem orientação e informações aos visitantes. Além disso, sistemas inteligentes de gestão para hotéis e atrações turísticas são considerados tendências de investimento para melhorar a dinâmica do turismo.

É essencial investir em estratégias de marketing e promoção para atrair mais turistas. Isso inclui campanhas publicitárias impactantes, uma presença online forte, parcerias com influenciadores digitais, participação em feiras e eventos turísticos, entre outras iniciativas. Por outro lado, oferecer experiências autênticas que permitam aos turistas explorar a cultura local, gastronomia, artesanato e tradições pode atrair um público interessado em vivências genuínas e enriquecedoras.

Sendo a ilha de origem vulcânica e repleta de uma biodiversidade única e peculiar, tanto no mar como em terra, terá agora de desenvolver-se como território e destino turístico sustentáveis, onde os valores naturais e culturais se apresentam de forma harmoniosa, naturalmente com a colaboração e empenho das suas gentes.

O progresso planeado precisa integrar tecnologia, eficiência energética e sustentabilidade. Transformar o Porto Santo num lugar mais sustentável é fundamental para garantir uma qualidade de vida superior aos seus habitantes, bem como para as

futuras gerações. Isso impulsionará a economia local, abrirá portas para mais e melhores oportunidades de emprego para os residentes, reduzirá a dependência externa e otimizará os recursos naturais disponíveis.

A busca pela redução da poluição e pela melhoria da qualidade ambiental não apenas contribuirá para criar valor adicional, mas também diminuirá os custos para as famílias, empresas e a administração local. É crucial fortalecer e promover o Porto Santo como um destino turístico sustentável por meio dessas ações.

A sazonalidade é um ponto crítico, já que a maioria dos turistas visita a ilha durante o verão, o que pode causar saturação da mesma. Isso resulta na escassez de mão-de-obra qualificada durante esses períodos, tornando essencial o investimento na formação de profissionais locais, pois são eles que terão o primeiro contato com os turistas. Existem já esforços para corrigir esta situação no sentido de atenuar a disparidade existente entre a época alta e a época baixa. Uma boa e ajustada promoção da ilha do Porto Santo é o caminho a seguir, no sentido de aumentar a procura por parte dos turistas.

A recente classificação da ilha do Porto Santo como Reserva da Biosfera da Unesco, também vai permitir criar mais valias para a comunidade local a nível do desenvolvimento social e económico, com base na valorização do património natural e cultural, material e imaterial. Assim, no plano prático e de entre os vários projetos, estão a ser promovidas ações de sensibilização e capacitação dos agentes que intervêm na Reserva, através de programas formativos, dotando-os de conhecimento e ferramentas para se alinharem com os objetivos da Reserva. Deverão também ser promovidas ações de mitigação e de adaptação às alterações climáticas com impacto significativo no território. Haverá ainda a intenção de promover o desenvolvimento da economia local, através da criação e promoção de produtos locais e serviços turísticos com oferta ao longo de todo o ano. Sem esquecer de conciliar a conservação dos valores naturais, agrícolas e histórico-culturais com as atividades económicas, potenciando a melhoria do bem-estar da população e o desenvolvimento sustentável do território.

Com estas ações, pretende-se consolidar a imagem de Reserva da Biosfera da Ilha do Porto Santo, facilitando a sua perceção dentro e fora da ilha dourada, em pleno Atlântico. Acresce que Portugal está a apostar no turismo sustentável. A Estratégia Turismo 2027 e, mais recentemente, o plano Turismo + Sustentável 2023 querem posicionar Portugal como um dos destinos turísticos mais competitivos e sustentáveis do mundo. E, assim, os planos para Porto Santo é que seja um ativo importante nesta oferta.

O Porto Santo tem o potencial de enriquecer a oferta turística de Portugal como um destino de excelência e sustentabilidade. A sua beleza natural simples, combinada com um ambiente seguro e uma biodiversidade e geodiversidade ricas, agora ganhou uma notoriedade significativa. As características únicas da identidade cultural o Porto Santo também mostram um grande potencial para impulsionar o turismo, ajudando a fortalecer a economia local por meio de uma oferta turística distinta e disponível durante todas as estações do ano.

Todos estes investimentos devem ser pensados de forma estratégica e em linha com a preservação do ambiente natural e cultural da ilha do Porto Santo, visando um desenvolvimento sustentável, que beneficie tanto os visitantes quanto a comunidade local.

4.1.1.3. NECESSIDADES NAS DINÂMICAS DO TURISMO DO PORTO SANTO

As necessidades no setor do turismo na ilha do Porto Santo podem variar e evoluir com o tempo, mas algumas áreas importantes podem ser identificadas.

Não podemos esquecer que, os territórios insulares pequenos, ainda envoltos pelo mito da ilha paradisíaca, o ambiente natural diverso e preservado, revelam particular aptidão para o desenvolvimento do turismo. Contudo, a fragilidade inerente a estes territórios, a superfície e os recursos limitados, o isolamento e a frequente especialização económica, comprometem a capacidade de resposta às dinâmicas específicas ao turismo.

No caso do Porto Santo, o turismo revelou-se uma força económica com grande vocação para a transformação do território. Desde logo tratado com os instrumentos típicos do planeamento urbano, a complexidade dos processos de turistificação criaram a necessidade de adequação de instrumentos no ordenamento de tecidos tão específicos quanto os turísticos.

A implementação dessas novas diretrizes de crescimento deve ser impulsionada pelos principais pontos positivos que diferenciam o turismo na Região. Isso inclui o alto reconhecimento e níveis de satisfação dos turistas que visitam o Porto Santo, a sensação de segurança na ilha, a sua localização estratégica em relação aos principais mercados emissores e rotas de cruzeiros da Madeira, bem como a hospitalidade inata da população que proporciona uma experiência autêntica com a comunidade local.

A fusão entre montanhas e o mar, criando uma biodiversidade singular e uma beleza natural marcante, junto com um clima ameno na maior parte do ano, deve impulsionar os circuitos turísticos. Destacam-se os turismos cultural e paisagístico, o ecoturismo e atividades relacionadas ao sol e ao mar no Porto Santo. Além disso, há potencial para promover o turismo de negócios e de cruzeiros para diminuir a sazonalidade, ampliando a oferta com produtos relacionados à saúde e ao bem-estar, resorts, turismo residencial e eventos.

Ampliar a variedade na oferta turística é essencial para diminuir a dependência exclusiva das praias como a principal atração. Investir em novas experiências, ecoturismo, desportos e aventuras ao ar livre pode atrair diferentes tipos de turistas.

Melhorar as infraestruturas é fundamental para atender ao crescente número de visitantes. Isso abrange investimentos no aeroporto, porto, transporte público e serviços de comunicação para garantir uma experiência agradável e satisfatória para os turistas.

A promoção de práticas sustentáveis é crucial para preservar os recursos naturais da ilha. Isso inclui uma gestão adequada de resíduos, utilização de energias renováveis, conservação do ambiente e medidas de proteção à flora e fauna local.



Investir na capacitação e formação da mão de obra local é essencial para oferecer serviços de alta qualidade aos turistas.

Investir em estratégias de marketing eficazes é crucial para promover o Porto Santo como um destino turístico encantador. Isso pode envolver campanhas publicitárias, uma presença online forte, parcerias com agências de viagens e participação em eventos do setor.

Oferecer uma ampla gama de serviços e comodidades, como diferentes opções de hospedagem, restaurantes, lojas, atividades de lazer e entretenimento, pode enriquecer a experiência dos turistas e tornar o destino mais atrativo

De valorizar que o Porto Santo, agrega um conjunto de Produtos e Atrativos estratégicos para o seu desenvolvimento, nomeadamente:

- a) Turismo de Natureza;
- b) Saúde e Bem Estar - Talassoterapia;
- c) Desportos Náuticos e Aventura;
- d) Touring Cultural e Paisagístico – Festas e Tradições;
- e) Sol e Mar;
- f) Náutica e Desportos;
- g) Turismo Científico;
- h) Gastronomia e Vinhos;
- i) Golf;
- j) Resort;
- k) Residencial.

O Porto Santo é um pequeno paraíso no meio do Oceano Atlântico, abrigando ecossistemas bem preservados e espécies de grande interesse para a biodiversidade. A sua notável riqueza geológica, as suas águas balneares reconhecidas (o que lhe rendeu o apelido de Ilha Dourada) e uma identidade cultural única, forjada ao longo dos 600 anos de povoamento, refletem-se na história, tradições e valores culturais dos seus





habitantes. Esses foram argumentos poderosos para a recente distinção da ilha como Reserva da Biosfera.

Esta recente classificação como Reserva da Biosfera foi a maior honra já concedida por uma organização de renome mundial, o que conferirá uma visibilidade internacional significativa ao Porto Santo como um Destino Turístico Sustentável. Baseando-se no princípio MaB da UNESCO, esta classificação permitirá a implementação de esforços e parcerias para melhorar a qualidade de vida da população, valorizar a história, tradições e cultura locais, ao mesmo tempo em que assegura a sustentabilidade ambiental deste território.

Investir no desenvolvimento de experiências que permitam aos turistas mergulhar na cultura local, explorar tradições, saborear a gastronomia típica e interagir de forma autêntica com a comunidade pode enriquecer a visita e criar lembranças memoráveis.

Priorizar essas necessidades pode desempenhar um papel fundamental no crescimento sustentável do turismo no Porto Santo, elevando a satisfação dos visitantes e gerando benefícios económicos para a comunidade local.

4.1.1.4. QUAIS AS APOSTAS DO SETOR PÚBLICO NAS DINÂMICAS DO TURISMO DO PORTO SANTO

Existem muitos problemas que afetam o Porto Santo, e é importante falar sobre eles. As políticas governamentais até agora tentaram diminuir esses problemas, mas não conseguiram resolvê-los, apesar dos diversos investimentos. Esses problemas não são independentes, estão todos relacionados e precisam ser tratados considerando o seu quadro geral.

Um desses problemas é recessão demográfica. E isto prejudica a região. A economia, os serviços sociais e a qualidade de vida são afetadas negativamente. É crucial implementar políticas e programas que encorajem os jovens a voltarem para a região. Isso pode envolver apoio para criar empregos e melhorar as infraestruturas. É importante também



educar e formar os jovens para que tenham as habilidades necessárias para encontrar trabalho na ilha. O apoio ao setor empresarial é importante para torná-lo mais competitivo.

Ao considerar o desenvolvimento do turismo é importante que o setor público leve em conta a vulnerabilidade do território no que se refere às mudanças climáticas. Isso inclui proteger o património natural e gerir os recursos hídricos de maneira eficaz. Ações direcionadas são fundamentais para o sucesso do turismo. Outro aspeto relevante é a promoção e certificação de práticas alimentares sustentáveis, ligando a agricultura ao turismo.

Há também outros constrangimentos que precisam de um impulso político público para o seu desenvolvimento. Desde logo as debilidades de conectividade e algumas insuficiências de cobertura e disponibilidade territorial das redes e pontos de acesso, a par da insuficiente qualificação digital da população. Num contexto de envelhecimento populacional estes fatores acabam também por afetar o turismo em meio rural.

A Ilha do Porto Santo possui um potencial imenso para se tornar um destino turístico de destaque, oferecendo aos visitantes uma ampla gama de experiências inovadoras, diversas e autênticas, baseadas no talento local, nos valores essenciais e nas tradições locais. Este desenvolvimento visa impulsionar o crescimento económico, ambiental e social do município de Porto Santo, ao mesmo tempo em que enfrenta o desafio de aprimorar o destino e atrair talentos.

Nos últimos anos, este município emergiu como um destino turístico em ascensão, aproveitando o potencial turístico, o clima favorável e os recursos existentes que permitem uma procura ao longo de todo o ano. Atualmente, a maior parte do turismo no Porto Santo é proveniente do mercado nacional, especialmente da Madeira, sendo já um local tradicionalmente escolhido para férias pelos madeirenses.

Assim, e de acordo com a estratégia futura e o novo posicionamento da RAM, devem orientar o destino turístico nas seguintes vertentes:

1. Confiança: nas suas gentes, na sua capacidade de ultrapassar dificuldades, na sua história e no nosso futuro;
2. Cooperação: entre os porto santenses, com os seus turistas, com os seus parceiros e com as populações;
3. Ambição: para serem os primeiros a entender as tendências, anteciparem as necessidades dos turistas e alcançarem as metas a que se propõe;
4. Autenticidade: serem o que são, com as suas tradições genuínas, acompanhando a evolução dos tempos;
5. Entusiasmo: para partilhar com todas as pessoas a paixão e a emoção que é fazer parte desta Região e para proporcionar ao turista o que melhor sabem fazer – receber.

Ser um destino conhecido pelas diversas formas de contacto com a natureza complementada por momentos de descontração em ambiente autêntico, que proporcione aos visitantes experiências sempre positivas.

A Região Autónoma da Madeira, que inclui naturalmente o Porto Santo, estabeleceu seis princípios orientadores para sua estratégia no setor do Turismo: fortalecer a gestão do destino através do aprimoramento do conhecimento e monitorização do desempenho turístico; apostar na diversidade, diferenciação e estruturação da oferta turística; investir na ampliação da visibilidade do Porto Santo; atrair, qualificar e valorizar os recursos humanos no setor do Turismo; promover o investimento no setor e garantir a sustentabilidade do destino nos aspectos ambiental, económico e social. É crucial que a visão, diretrizes estratégicas e objetivos para o setor turístico da ilha estejam alinhados com as políticas e orientações nacionais delineadas pelo Turismo da Madeira e pelo Turismo de Portugal. A Região, entendendo sua própria realidade, deve estabelecer os mecanismos necessários para gerir, promover e comercializar sua oferta turística de maneira eficaz. Uma abordagem mais coordenada entre diferentes entidades permite a obtenção de economias de escala e sinergias, aumentando a capacidade da Região para atrair apoios e melhorar sua posição na captação de recursos.

A estratégia futura e posicionamento para a Ilha do Porto Santo visam criar um modelo de bem-estar complementado pela experiência de praia. Este modelo está direcionado para o segmento de bem-estar, destacando-se pela integração de práticas ambientais e sociais, juntamente com serviços especializados neste setor.

A Região Autónoma da Madeira (RAM) delineou um cenário estratégico para o desenvolvimento futuro:

- ⇒ Foco no produto de praia com ênfase na introdução de práticas ambientais e sociais abrangentes em todas as áreas do destino.
- ⇒ Destino de elevada sazonalidade (especialmente durante o verão), onde devem ser introduzidos mecanismos específicos para a sua gestão, tais como flexibilidade nas condições de trabalho, programas de capacitação e iniciativas para estimular o mercado de proximidade.
- ⇒ Preocupações ambientais e sociais consideráveis como parte integrante do destino.
- ⇒ Direcionamento para segmentos que buscam melhorias no bem-estar físico, mental e emocional, seguindo as tendências dos estilos de vida modernos, complementando com a oferta de uma praia de areia dourada.
- ⇒ Ênfase na prestação de serviços de bem-estar através de um modelo de serviços especializados compartilhados, capitalizando as características únicas da ilha, como as propriedades terapêuticas da areia e as qualidades dos produtos agrícolas locais.

Com esta evolução são esperados os seguintes impactos positivos:

1. Valorização e diferenciação do produto praia, suportado em fortes preocupações ambientais e sociais, já no curto prazo;
2. Preservação do destino no longo prazo;
3. Diminuição da sazonalidade;
4. Aumento do gasto turístico como gostariam que fosse um dia do turista na Ilha do Porto Santo?

É de suma importância enfrentar a sazonalidade neste território, pois representa um dos desafios cruciais para o desenvolvimento local. Será crucial implementar estratégias para superá-la, as quais devem focar na valorização dos produtos locais, no património cultural e natural. Essas estratégias visam criar oportunidades empreendedoras, aproveitando e otimizando os recursos locais, fomentando o comércio local e criando empregos de longa duração. Investir e promover iniciativas de economia verde, combinadas com práticas agrícolas, são essenciais para preservar os recursos naturais e conservar a natureza. Tais estratégias contribuirão para um crescimento económico inclusivo e sustentável.

Em suma, a Organização Mundial do Turismo delineou diversos desafios para o período pós-pandemia que podem guiar as direções do turismo. Uma das prioridades é fomentar projetos que gerem empregos, impulsionem a participação de mulheres e jovens no mercado e criem oportunidades para grupos mais vulneráveis. Investir em iniciativas voltadas para a preservação dos recursos naturais, especialmente na mitigação do impacto do turismo nas mudanças climáticas, além de gerir eficazmente resíduos e a utilização de recursos, é também fundamental. Apostar em startups que ofereçam soluções inovadoras por meio de modelos de negócios novos, assim como instrumentos que facilitem o acesso a financiamento, mercados e estratégias de marketing no turismo, também se apresenta como uma aposta relevante. Estimular o uso e desenvolvimento de tecnologia é outra meta essencial para impulsionar o setor.

Por outro lado, é crucial que o setor público invista em infraestruturas, sistemas de transporte público e tecnologias de comunicação para aprimorar a acessibilidade e a conectividade no turismo.

4.1.1.5. ANÁLISE SWOT ÀS DINÂMICAS DO TURISMO DO PORTO SANTO OPORTUNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁREA

O grupo identificou um conjunto de oportunidades que a seguir se enumeram:

- Agricultura biológica adaptada às características geográficas/edafoclimáticas;
- Economia do mar;
- Turismo de saúde, bem-estar e desporto;
- Oportunidade de desenvolvimento sustentável;
- Reserva da biosfera da UNESCO (turismo paisagístico, ambiental; oferta de atividades lúdicas relacionadas com a natureza; I&D);
- Pontos de interesse geológico;
- Rede de monumentos naturais;
- Fundos comunitários;
- Instabilidade geopolítica = disponibilização de fundos;
- Potenciação e atração de investimentos privados;
- Ordenamento do território (visão de longo prazo “democratização do acesso à praia”);
- Desenvolvimento da mobilidade elétrica (ampliação da rede pelo território);
- Aposta nas energias renováveis;
- Digitalização, ampliação e reforço das redes eletrónicas (internet e 5G);
- Ampliar a rede de acessos /passadiços/percursos pedestres acessíveis.

FATORES INIBIDORES PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁREA

O grupo identificou um conjunto de fraquezas no setor que a seguir se enumeram:

- Problemas ambientais: erosão no território e correção torrencial;
- Problemas de mobilidade: inexistência de transportes públicos locais (baixa frequência) e aéreos em época baixa com oferta limitada;
- Baixa formação profissional e falta de mão de obra qualificada na área do turismo;
- Escassez de alojamento temporário para trabalhadores externos;

- Preço elevado da habitação;
- Inexistência de uma loja;
- Inexistência de um Mercado Municipal;
- Fraco sistema de saúde (cuidados de saúde primários);
- Inexistência de um parque de sucata municipal;
- Preço elevado de mercadorias (inter-ilhas);
- Precariedade laboral no setor do turismo (predominância dos contratos a termo e recibos verdes) e dificuldade em reter a mão de obra;
- Inexistência de parque de campismo;
- Elevada dependência por falta de trabalho;
- Dupla insularidade.

AMEAÇAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁREA

O grupo identificou um conjunto de ameaças no setor que a seguir se enumeram:

- Alterações climáticas;
- Turismo de massas;
- Oferta limitada de ligações aéreas e marítimas no inverno;
- Mercados concorrentes a preços mais apelativos;
- Não clareza da existência da diferenciação do território da Madeira e do Porto Santo = Marketing promocional “Visit Madeira”;
- Melhor definição/delimitação de caminhos municipais;
- Falta de rigidez nos critérios de qualidade, categorização e classificação da oferta hoteleira;
- Elevada dependência económica do turismo.

FORÇAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁREA

O grupo identificou um conjunto de forças no setor que a seguir se enumeram

- Praia, areal e clima ameno;
- Gastronomia local e regional;



Cofinanciado pela
União Europeia



Cofinanciado pela
União Europeia

- Resiliência;
- Segurança e tranquilidade;
- Proximidade interna (dimensão da ilha);
- Afetividade, hospitalidade e bom acolhimento;
- Mar;
- Diversidade geológica;
- Localização geográfica (proximidade da europa);
- Riqueza histórica e património cultural;
- Património natural, material e imaterial;
- Interesse educativo e científico;
- Praia /saúde;
- Qualidade ambiental (ar e água);
- Forte identidade local e cultural;
- Acordo com as forças armadas (para transporte de doentes em situação de emergência);
- Equipa permanente de EMIR;



4.1.2. NOVAS FORMAS ORGANIZACIONAIS AJUSTADAS A UMA ECONOMIA VERDE E CIRCULAR



Esta rubrica debruça-se sobre as novas formas organizacionais ajustadas a uma economia verde circular.

A economia verde é um conceito que propõe a criação de um modelo económico sustentável, capaz de promover o desenvolvimento económico e social sem comprometer o meio ambiente. Baseia-se em práticas e tecnologias que reduzem o uso de recursos naturais, diminui o impacto ambiental proporcionado pela atividade humana e visa, inclusive, promover a

responsabilidade social.

Por outro lado, a economia circular é um conceito que procura a mudança de paradigma na forma como produzimos e consumimos os bens e serviços. Procura valorizar os materiais e os recursos através da utilização de processos produtivos que maximizem a sua eficiência e assegurem a sua durabilidade e reutilização. A economia circular pretende ainda a eliminação do desperdício e a diminuição da poluição, quer através da redução da extração de matérias-primas, quer mesmo da utilização de materiais renováveis e biodegradáveis.

A transição para uma economia verde e circular demanda novas estruturas organizacionais para produzir, distribuir e consumir bens e serviços de maneira sustentável. Algumas formas organizacionais incluem: empresas cooperativas e autogeridas; economia compartilhada; redes de produção e distribuição locais e B-

Corporations. Estes modelos organizacionais visam a sustentabilidade ambiental e social, promovendo novas formas de fazer negócios.

São muitos os desafios. É importante sabermos usar corretamente os meios e recursos que estão ao nosso alcance. Há necessidade de adaptar a economia aos limites de funcionamento do planeta. Atualmente, percebemos melhor, em comparação com qualquer outra geração, que o planeta tem limites de funcionamento. Falta, contudo, uma capacidade de apoio técnico e de criação de consciência dentro de uma economia mais liberalizada.

4.1.2.1. NOVAS TENDÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO NA ECONOMIA VERDE E CIRCULAR

Para impulsionar práticas sustentáveis e uma transição para uma economia mais amiga do ambiente e circular, são necessárias diversas ações essenciais, que a seguir se enumeram:

- Implementar práticas que envolvam o uso de energia renovável, técnicas agrícolas sustentáveis, reciclagem e reutilização de recursos naturais, promoção do turismo ecológico e avanço de tecnologias verdes.
- A colaboração entre governo, empresas e sociedade civil é crucial para estabelecer e aplicar práticas sustentáveis e alcançar a transição desejada.
- Tendências emergentes incluem a economia circular digital, que emprega tecnologias digitais para otimizar o uso de recursos, e a mudança da economia de produtos para serviços, focando nas necessidades das pessoas.
- A bioeconomia, que utiliza recursos biológicos para produzir energia, alimentos, medicamentos e materiais renováveis, é uma área em crescimento dentro da economia verde e circular.
- Novos modelos de negócio, como a economia compartilhada, colaborativa e circular, têm como objetivo maximizar o uso de recursos por meio do compartilhamento.

- Uma economia baseada em serviços ecossistémicos valoriza e utiliza os serviços fornecidos pelos ecossistemas naturais para a sociedade, reconhecendo a sua importância para a sobrevivência humana e a economia global.

É crucial considerar o valor dos serviços ecossistémicos ao tomar decisões de investimento e desenvolvimento, visando a preservação dos ecossistemas, à proteção do emprego, dos recursos naturais e da biodiversidade

4.1.2.2. NOVAS TENDÊNCIAS DE INVESTIMENTO NA ECONOMIA VERDE E CIRCULAR

São várias as tendências de investimento na economia verde e circular que podem ser aplicadas em diferentes contextos. A economia verde e circular é um modelo económico que pretende a criação de sistemas mais sustentáveis, que maximizem o uso eficiente dos recursos naturais e minimize os impactos ambientais e sociais negativos. Tem como objetivo alcançar um desenvolvimento económico compatível com os limites do planeta e a necessidade de preservar os recursos para as futuras gerações.

Os investimentos necessários devem ser direcionados para várias áreas-chave. Desde logo as energias renováveis, como solar e eólica, são essenciais para reduzir a dependência de combustíveis fósseis e as emissões de gases do efeito estufa. A eficiência energética, utilizando tecnologias como iluminação LED, gestão de energia e isolamento térmico, também é crucial.

Por outro lado, a agricultura ecológica está a crescer devido à preocupação dos consumidores com a origem dos alimentos e os impactos ambientais da agricultura convencional. Ela baseia-se na produção de alimentos sem pesticidas ou produtos químicos.

A gestão de resíduos é um problema global, e investimentos em tecnologias avançadas de tratamento e reciclagem são fundamentais para uma economia circular que minimize o desperdício e maximize o reaproveitamento de recursos.

Apesar de o Porto Santo não ter problemas de urbanização como outras áreas, o investimento em transportes sustentáveis, como carros elétricos, bicicletas e transporte público eficiente, é importante para reduzir emissões poluentes.

Em resumo, a transição para uma economia mais sustentável requer investimentos em tecnologia, infraestrutura, desenvolvimento de capacidades e políticas públicas que priorizem o meio ambiente e o bem-estar social sobre o lucro imediato.

4.1.2.3. NECESSIDADES NA ECONOMIA VERDE E CIRCULAR

O Porto Santo, assim como muitas outras regiões, enfrenta desafios e oportunidades específicas para desenvolver uma economia verde e circular. Algumas necessidades que poderiam impulsionar esse tipo de economia na ilha incluiu investimento em fontes de energia renovável, como a energia solar e eólica, para reduzir a dependência de combustíveis fósseis. Estratégias para conservar e gerir de forma eficiente os recursos hídricos, especialmente numa ilha onde a água pode ser um recurso escasso. Desenvolvimento de práticas turísticas que respeitem o ambiente, promovendo o uso responsável dos recursos naturais e culturais da ilha. Incentivo a práticas agrícolas que reduzam a utilização de produtos químicos, promovam a agricultura orgânica e a diversificação de culturas. Implementação de sistemas eficazes de reciclagem e redução de resíduos, incentivando a reutilização e reciclagem de materiais. Promoção de meios de transporte mais limpos e eficientes, como veículos elétricos ou outras alternativas de baixo impacto ambiental. Informar e envolver a comunidade local, turistas e empresários sobre práticas sustentáveis, com o intuito de proporcionar mudanças de comportamento com foco numa economia mais verde.

Estas são algumas áreas chave que podem impulsionar a transição para uma economia verde e circular na ilha do Porto Santo. É importante que haja cooperação entre o governo local, empresas, residentes e outros intervenientes para implementar estratégias sustentáveis que levem em conta as características específicas da ilha.

4.1.2.4. APOSTAS DO SETOR PÚBLICO NA ECONOMIA VERDE E CIRCULAR

O setor público desempenha um papel fundamental na promoção da economia verde e circular no Porto Santo. Algumas áreas chave onde o setor público pode concentrar seus esforços incluem incentivos e apoio financeiro para empresas e empreendedores que adotem práticas sustentáveis. Isso pode incluir apoio para a instalação de energias renováveis, a implementação de tecnologias limpas e a adoção de métodos de produção mais sustentáveis.

Por outro lado, é igualmente importante estabelecer regulamentações claras e políticas ambientais que promovam a transição para uma economia verde. Isso pode incluir metas de energia renovável, padrões de eficiência energética, regulamentações sobre gestão de resíduos e incentivos para práticas agrícolas sustentáveis.

Desenvolver programas educacionais para consciencializar a população sobre a importância da economia verde e circular. Isso pode incluir campanhas de sensibilização, programas educacionais nas escolas e workshops para empresários e trabalhadores locais.

Investir em infraestrutura que apoie a transição para uma economia verde, como redes de transporte público eficientes, pontos de reciclagem acessíveis, e incentivo à construção de edifícios sustentáveis.

Colaborar com o setor privado e instituições locais para desenvolver estratégias conjuntas e projetos que impulsionem a economia verde e circular na ilha é também importante.

Mas não pode ser esquecido a promoção de práticas de turismo responsável através de campanhas de marketing, certificações e incentivos para empresas de turismo que adotem práticas sustentáveis. Ao mesmo tempo que é estabelecido sistemas de monitorização para avaliar o progresso em direção a uma economia verde e circular, permitindo ajustes e melhorias contínuas nas políticas e estratégias implementadas.

Essas são ações que podem ajudar o setor público a liderar a transição para uma economia mais sustentável, incentivando a adoção de práticas e comportamentos que beneficiem o meio ambiente e a comunidade local.

4.1.2.5 ANÁLISE SWOT ÀS NOVAS FORMAS ORGANIZACIONAIS AJUSTADAS A UMA ECONOMIA VERDE E CIRCULAR

OPORTUNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO NA ÁREA

O grupo identificou um conjunto de oportunidades que a seguir se enumeram:

- A própria biocompostagem como uma área a desenvolver no território;
- O aproveitamento da energia, nomeadamente produção de energia fotovoltaica, para autoconsumo ou outro, eólica, entre outras;
- Desenvolvimento de serviços na área da recuperação e reutilização de equipamentos;
- Desenvolvimento de projetos de sustentabilidade ambiental e agrícola através do turismo;
- Existência de financiamentos bastante significativos para estas áreas através dos fundos comunitários;
- Mobilidade elétrica;
- Setores do turismo amigos do ambiente – turismo da saúde, turismo desportivo, turismo da natureza, etc.;
- Transformação digital;
- Transição climática e digital

FATORES INIBIDORES PARA O DESENVOLVIMENTO NA ÁREA

O grupo identificou um conjunto de fraquezas no setor que a seguir se enumeram:

- Falta de escala;

- A questão das sucatas, em termos globais, na perspetiva da reutilização, uma vez que não existe um parque apropriado;
- Falta de mão-de-obra especializada para a recuperação, reutilização de equipamentos e de resíduos;
- Falta de formação específica;
- Falta de oferta formativa específica;
- Escassez da água no território.

AMEAÇAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁREA

O grupo identificou um conjunto de ameaças no setor que a seguir se enumeram:

- Alterações climáticas;
- Falta de respostas empresariais para um conjunto de áreas identificadas na economia circular;
- Forte dependência de aquisições externas.

FORÇAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁREA

O grupo identificou um conjunto de forças no setor que a seguir se enumeram

- Identidade do território – ilha da Biosfera, reconhecida pela UNESCO, sustentável;
- Tipo de agricultura praticada no território (tradicional, etc.);
- Capacidade instalada e a instalar em termos de equipamentos hoteleiros;
- A própria biocompostagem como uma área a desenvolver no território;
- A área da construção civil e o tratamento e reutilização dos resíduos obtidos;
- Dimensão do território facilita a reutilização dos resíduos entre o setor social e civil

4.1.3. AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Segue-se um capítulo sobre a agricultura e desenvolvimento rural no território do Porto Santo.



A agricultura é responsável por fornecer os alimentos que sustentam a população e pode ser praticada de diferentes formas, desde a agricultura de subsistência até à agricultura em grande escala.

Um desenvolvimento rural bem-sucedido pode trazer benefícios significativos para a economia e a sociedade. Contribui para a redução da pobreza, para a melhoria da qualidade de vida, para a preservação do meio ambiente, assim como pode contribuir para a promoção da segurança alimentar.

4.1.3.1. NOVAS TENDÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO NA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Algumas tendências emergentes de desenvolvimento na agricultura e no desenvolvimento rural na Ilha do Porto Santo incluem a agricultura sustentável. A crescente adoção de práticas agrícolas sustentáveis, como a agricultura orgânica e métodos de cultivo que minimizam o uso de produtos químicos e maximizam a eficiência de recursos. Por outro lado, o incentivo à diversificação de culturas agrícolas para aumentar a resiliência, melhorar a segurança alimentar e explorar produtos agrícolas alternativos adaptados às condições locais da ilha.

Uma outra tendência emergente de desenvolvimento diz respeito à gestão da água. Ou seja, estratégias de gestão eficiente da água para a agricultura, especialmente considerando a escassez de recursos hídricos na ilha. Isso pode incluir sistemas de irrigação mais eficientes e o uso de tecnologias de conservação de água. A incorporação crescente de tecnologias modernas na agricultura, como sensores, drones e sistemas de monitoramento remoto para otimizar a produção e reduzir os impactos ambientais, devem ser outros aspetos a considerar.

O turismo rural e agroturismo. Ou seja, o desenvolvimento de atividades de turismo rural e agroturismo, permitindo aos visitantes experimentarem a vida rural, participarem de atividades agrícolas e apoiarem a economia local. O estímulo à produção local de alimentos, promovendo a venda de produtos frescos e orgânicos diretamente aos consumidores e cadeias de abastecimento mais curtas. Investimento em programas de formação para agricultores locais sobre práticas sustentáveis, novas tecnologias e métodos inovadores de cultivo.

4.1.3.2. NOVAS TENDÊNCIAS DE INVESTIMENTO NA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

A agricultura está a mudar através do recurso a novas tecnologias e práticas amigas do ambiente. Isso gera interesse dos investidores em áreas como agricultura de precisão, drones, inteligência artificial e automatização dos processos agrícolas. Há também um aumento nos investimentos em novas empresas relacionadas ao setor, focadas em soluções para toda a cadeia de produção de alimentos, desde o cultivo até a distribuição.

No desenvolvimento rural, há um movimento para valorizar os recursos naturais e a biodiversidade. Isso impulsiona iniciativas que promovem a agroecologia e a produção orgânica. E isso leva a novas formas de colaboração e cooperação entre agricultores, como redes de produtores e sistemas de comércio justo.



Além disso, as políticas públicas desempenham um papel cada vez mais importante no estímulo ao desenvolvimento rural. Criam oportunidades de financiamento e oferecem capacitação para agricultores e empreendedores rurais.

4.1.3.3. NECESSIDADES NA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

As necessidades na agricultura e desenvolvimento rural variam conforme as características de cada região. No entanto, algumas demandas estão relacionadas com a necessidade de investimento em tecnologia e inovação para aprimorar a produtividade agrícola e eficiência. Avanços tecnológicos são essenciais para aumentar a eficiência e produtividade na produção agrícola. É crucial possuir infraestruturas adequadas para facilitar o transporte de produtos agrícolas e garantir acesso às áreas rurais.

A disponibilidade de recursos financeiros é vital. A agricultura tem investimentos consideráveis em terras, equipamentos e insumos. Oferecer acesso a crédito facilitado para pequenos agricultores investirem em seus negócios é importante. Assim como a criação de incentivos e subsídios pode estimular a adoção de práticas sustentáveis na produção agrícola.

Outra necessidade importante é a formação técnica e capacitação para agricultores e profissionais do setor. Isso é fundamental para melhorar as técnicas de produção e explorar novos mercados.

Políticas públicas e legislações favoráveis são essenciais na agricultura e desenvolvimento rural. Elas devem incentivar o investimento nestas áreas e estimular a produção. É importante que essas políticas promovam um ambiente de negócios propício ao desenvolvimento rural, favorecendo práticas sustentáveis que preservem o meio ambiente e os recursos naturais, garantindo a continuidade da produção agrícola e do desenvolvimento rural.



Por fim, a promoção da criação e desenvolvimento de cadeias produtivas, desde a produção até a distribuição e comercialização dos produtos agrícolas, é outra necessidade neste contexto.

4.1.3.4. QUAIS AS APOSTAS DO SETOR DO PÚBLICO NA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

O foco do setor público deve ser diversificado para abranger diversas áreas. É importante investir em infraestruturas para aprimorar a ligação dos agricultores com os mercados e reduzir o desperdício de alimentos.

O desenvolvimento de cadeias de valor integradas, desde a produção até ao mercado final, é outra área crucial para aumentar o rendimento dos agricultores e impulsionar o crescimento económico local.

Considerando as mudanças climáticas, é fundamental investir em práticas agrícolas sustentáveis para reduzir as emissões de gases do efeito estufa e aumentar a resiliência dos agricultores. Priorizar a melhoria das condições de vida e produtividade dos pequenos produtores é crucial, seja por meio de programas de crédito rural subsidiado, seguros agrícolas, acesso a mercados e serviços de apoio, ou até mesmo o acesso a fundos comunitários.

Em resumo, o setor público deve concentrar seus esforços na melhoria da produtividade agrícola e na promoção da inclusão social e económica dos agricultores e das suas comunidades.

4.1.3.5. ANÁLISE SWOT SOBRE A AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL NO TERRITÓRIO DA ILHA DO PORTO SANTO

OPORTUNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁREA

O grupo identificou um conjunto de oportunidades que a seguir se enumeram:

- Produtos com características valorizáveis no âmbito da saúde e bem-estar;
- Existência de mercados fortes e nichos de mercado (elevado grau de especialização e diferenciação ex: viticultura);
- Possibilidade de aproveitamento da elevada riqueza histórica e cultural = forte expressão identitária;
- Redução dos custos de transporte dos produtos agrícolas;
- Potenciar a marca “Porto Santo” e associar à marca Madeira;
- Certificação da marca da Bioesfera;
- Maior setor económico da ilha muito interessado em consumir produtos locais (turismo);
- Associar a paisagem, ordenamento do território, património histórico-cultural, ambiente numa única identidade;
- Aproveitamento do Forte e da Fábrica das águas;
- Utilização da digitalização e tecnologias na micro agricultura;
- Criação e desenvolvimento de mecanismo de captação, aproveitamento e transporte das levadas;
- Providenciar experiências e atividades agrícolas aos turistas (ex: viticultura);
- Aumento da população;
- Utilização da economia circular na agricultura (ex: fomento da biocompostagem no setor privado e público = substituição da importação da matéria orgânica);
- Desenvolver a recuperação biofísica (ex: barreiras de florestação para evitar erosão dos solos).

FATORES INIBIDORES PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁREA

O grupo identificou um conjunto de fraquezas no setor que a seguir se enumeram:

- Dificuldade de retenção da água;
- Garantia da qualidade da água;
- Acesso à água nomeadamente através de linhas diretas à atividade agrícola (ex: zona da linha costeira);
- Falta de apoio técnico variado e especializado para apoio aos agricultores;
- Elevados custos de transporte nos produtos transformados e na importação de produtos subsidiados utilizados para a produção (“tripla insularidade”);
- Falta de escala em algumas áreas de produção;
- Baixa percentagem de produtores coletados.

AMEAÇAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁREA

O grupo identificou um conjunto de ameaças no setor que a seguir se enumeram:

- Alterações climáticas;
- Degradação da qualidade da água e escassez;
- Falta de capacitação/motivação dos agricultores para dar continuidade à atividade;
- Espécies exóticas invasoras enquanto ameaça nas explorações agrícolas (ex: caracol; coelho; vespas etc.);
- Poluição luminosa.

FORÇAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁREA

O grupo identificou um conjunto de forças no setor que a seguir se enumeram:

- Território com historial agrícola (ex: cereais);
- Características do solo, amenidade das temperaturas (exposição solar, amplitude térmica como garante da produtividade dos produtos agrícolas);

- Identidade cultural distinta em torno dos produtos agrícolas ao nível da população e do “know-how”.

4.1.4. INOVAÇÃO SOCIAL

Segue-se um capítulo sobre a inovação social.

A inovação social refere-se ao processo de criar e aplicar novas ideias, produtos, serviços ou modelos para resolver desafios ou atender às necessidades sociais. Esse processo envolve a colaboração entre setores público, privado e organizações do terceiro setor, visando melhorar o bem-estar de indivíduos, comunidades e da sociedade como um



todo. Geralmente, inclui a cooperação entre cidadãos, organizações e o governo, procurando criar impactos positivos em questões sociais complexas, como pobreza e desigualdades.

A inovação social assume diferentes formas, como novos modelos de negócio, tecnologias ou formas de cooperação e parceria. Em resumo, esta procura encontrar soluções criativas e eficazes para desafios sociais complexos, como saúde, educação, meio ambiente, pobreza e exclusão social. Isso envolve abordagens criativas e colaborativas para resolver problemas, muitas vezes com participação ativa da própria comunidade afetada.

A inovação social possibilita uma abordagem mais eficiente e adaptável para lidar com problemas sociais, respondendo às necessidades específicas das comunidades. Pode ser aplicada em vários contextos, desde a criação de organizações sem fins lucrativos até a adoção de tecnologias que promovam inclusão e bem-estar social

4.1.4.1. NOVAS TENDÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO NA INOVAÇÃO SOCIAL

A inovação social está em constante evolução e com ela surgem novas tendências e abordagens de desenvolvimento. Isso inclui a colaboração interdisciplinar entre



diferentes áreas de conhecimento e setores da sociedade, permitindo soluções mais eficazes para os complexos desafios sociais.

Uma tendência crescente é o uso de tecnologia e digitalização no setor social. Isso abrange desde plataformas de *crowdfunding* e partilha de recursos

até o uso de aplicações móveis e redes sociais.

Há uma mudança para ações mais centradas nas pessoas, com maior participação da comunidade afetada na criação de soluções para os seus próprios problemas. Isso proporciona uma compreensão mais profunda das necessidades e desafios, resultando em soluções mais adaptadas à realidade local.

Além disso, novos modelos de negócios sociais têm ganho destaque, com o intuito de criar valor social e ambiental. Isso inclui empresas sociais, cooperativas, investimento de impacto e empreendedorismo social, utilizando princípios de negócios para resolver problemas sociais.

Essas tendências estão a moldar o futuro da inovação social, contribuindo para soluções mais eficazes para fazer face aos desafios sociais complexos.

4.1.4.2. NOVAS TENDÊNCIAS DE INVESTIMENTO NA INOVAÇÃO SOCIAL

Algumas das novas formas de investimento na inovação social incluem práticas como o investimento de impacto, onde o objetivo é investir em negócios ou projetos que geram

impacto positivo tanto social quanto ambiental, enquanto proporcionam retorno financeiro.

Outra prática é a filantropia, que embora não seja uma novidade, ainda desempenha um papel significativo no financiamento de soluções sociais. Consiste em doações para causas beneméritas.

A responsabilidade social corporativa também está a ganhar relevância, à medida que mais empresas reconhecem a importância de melhorar o seu impacto social e ambiental.

Por outro lado, o *crowdfunding* tornou-se uma prática popular para empreendedores e organizações sociais obterem financiamento para os seus projetos. Isso envolve arrecadação de fundos de um grande número de pessoas, geralmente online, sendo uma alternativa para obter financiamento por meio de outras fontes.

Em resumo, estas são algumas tendências de investimento que estão a contribuir para financiar e apoiar a inovação social, criando oportunidades para indivíduos e organizações causarem impacto social positivo.

4.1.4.3. NECESSIDADES PARA A INOVAÇÃO SOCIAL

A inovação social enfrenta diversas necessidades urgentes, concentrando-se inicialmente em solucionar a desigualdade social, um dos principais focos. É crucial encontrar abordagens inovadoras para combater a pobreza, a exclusão social e a carência de serviços essenciais, como saúde e educação.

Além disso, deve direcionar esforços para lidar com os desafios das mudanças climáticas e da sustentabilidade, procurando soluções sustentáveis que promovam a economia circular, a preservação ambiental e a redução das emissões de gases com efeito estufa.

A atenção à saúde e ao bem-estar é imprescindível. A inovação social deve focar-se em melhorar a qualidade de vida. Na saúde, isso envolve a criação de novas tecnologias e

soluções de telemedicina, bem como o aprimoramento do acesso a medicamentos e tratamentos. No âmbito educacional, é crucial garantir acesso e elevar a qualidade do ensino, melhorar as condições de aprendizagem e promover a inclusão de grupos marginalizados.

Estas são algumas das necessidades urgentes da inovação social, mas é essencial o investimento para desenvolver e implementar soluções para diferentes desafios sociais.

A colaboração entre diferentes partes interessadas é fundamental para reunir diversas perspectivas e conhecimentos, procurando soluções eficazes e sustentáveis. A capacitação é vital, exigindo o desenvolvimento de habilidades necessárias para implementar soluções sociais efetivas.

É igualmente importante criar um ambiente propício à inovação social, por meio de políticas de apoio e da disponibilidade de dados mensuráveis.

De modo geral, a inovação social visa proporcionar impacto social positivo. Investir em financiamento, colaboração, capacitação, políticas favoráveis pode promover o desenvolvimento de soluções novas e eficazes para problemas sociais complexos

4.1.4.4. APOSTAS DO SETOR PÚBLICO NA INOVAÇÃO SOCIAL

O envolvimento do setor público desempenha um papel importante na promoção da inovação social e na criação de um ambiente propício para o desenvolvimento de soluções que respondam às necessidades da comunidade. Uma das principais estratégias passa pelo fomento de parcerias entre o setor público e privado. Este tipo de colaborações permite que seja utilizada a experiência e os recursos do setor privado para desenvolver soluções inovadoras que atendam às necessidades sociais. Além disso, são criados programas de financiamento e alguns incentivos fiscais destinados a empresas sociais e projetos que geram impacto social positivo.

Verifica-se ainda uma aposta significativa no recurso a incubadoras e aceleradoras de inovação social, que oferecem suporte técnico e recursos para transformar ideias

inovadoras em soluções práticas. Essas entidades desempenham um papel fundamental no apoio ao desenvolvimento de empresas sociais e projetos com impacto social.

Outra iniciativa importante é a promoção de iniciativas de dados abertos, disponibilizando informação à comunidade para ser utilizada no desenvolvimento de novas soluções para os desafios sociais. Os dados abertos facilitam a inovação e a colaboração, fornecendo uma base comum para que diferentes partes interessadas trabalhem juntas.

De modo geral, estas estratégias refletem um compromisso em encontrar soluções para desafios sociais complexos. Ao incentivar a inovação e ao estabelecer parcerias entre diferentes setores, há o impulso para uma mudança social positiva, proporcionando um futuro mais justo e sustentável.

4.1.4.5. ANÁLISE SWOT À INOVAÇÃO SOCIAL NO TERRITÓRIO DA ILHA DO PORTO SANTO

OPORTUNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁREA

O grupo identificou um conjunto de oportunidades que a seguir se enumeram:

- Apoios sociais (apoios e incentivos à natalidade; apoios aos estudantes; idosos);
- Possibilidade de fixar profissionais especializados através de incentivos;
- Promoção do envelhecimento ativo = oportunidade para partilha de saberes intergeracionais;
- Turismo sénior;
- Laboratórios/mais atividades de mergulho;
- Areias terapêuticas (Turismo de saúde)
- Oferta gastronómica
- Retiros
- Universidade sénior (envelhecimento ativo e aprendizagem ao longo da vida)
- Maior dinamização das associações locais

- Plano de atividades diversificado para ajuda
- Oportunidades para criação artística
- Plataforma Uber
- Fundos comunitários (para além dos apoios locais)

FATORES INIBIDORES PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁREA

O grupo identificou um conjunto de fraquezas no setor que a seguir se enumeram:

- Porto de abrigo com capacidade limitada;
- Condições para os profissionais que vêm do exterior reduzidas;
- Falta de habitação;
- Falta de creche no mês de agosto;
- Falta de atividades de tempos livres (principalmente em agosto, dos 0-6 anos);
- Baixa natalidade;
- Falta de mão-de-obra especializada e não só;
- Capacidade do lar insuficiente;
- Rendas das habitações elevadas;
- Dificuldade de arrendamento no período do verão (há preferência para férias);
- Vagas insuficientes no infantário;
- Fixação de jovens;
- Falta de acesso às mesmas promoções nos supermercados em comparação com o continente;
- Recursos hídricos naturais;
- Falta de interação intergeracional;
- Dupla insularidade;
- Limitações ao nível do acesso à saúde (privado);
- Falta de formação profissional;
- Falta de entidades promotoras de formação profissional;

- Falta de transportes públicos eficientes, acessíveis e ambientalmente sustentáveis;
- Baixa responsabilidade social por parte dos taxistas;
- Acompanhamento dos doentes ao nível da saúde mental para a reintegração social – Doentes mentais, alcoólicos, toxicodependentes.

AMEAÇAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁREA

O grupo identificou um conjunto de ameaças no setor que a seguir se enumeram:

- Dupla insularidade;
- Remunerações baixas;
- Habitação fraca;
- Aposta na formação online;
- Persistente envelhecimento da população;
- Crise económica;
- Limitações da mobilidade entre as ilhas e para o continente, quer marítima, quer aérea;
- Falta de incentivos para os jovens regressar;
- Alterações climáticas;
- Acomodar-se às fraquezas;
- Envelhecimento da população;
- Perder o foco do verdadeiramente importante, descurando o urgente;
- Êxodo da população jovem qualificada;
- Fraco incentivo por parte dos pais para os filhos irem para cursos profissionais.

FORÇAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁREA

O grupo identificou um conjunto de forças no setor que a seguir se enumeram:

- Qualidade de vida;
- Proximidade entre locais e instituições;
- Concentração de serviços;

- Hospitalidade das pessoas residentes;
- Clima ameno, amplitude térmica baixa;
- Território atrativo – características específicas do território;
- Programas sociais, e ambientais;
- Resiliência – capacidade de superação de dificuldades;
- Apoio do governo local;
- EMIR e Força Aérea;
- Iniciativas para envelhecimento ativo;
- Medidas acessíveis para mobilidade reduzida (exemplo: acesso e uso da praia, percursos, património, ensino, etc.);
- Segurança;
- Faixa etária jovem significativamente elevada;
- Acesso à DAN em termos de dificuldades no mergulho;
- Associações religiosas/confrarias (panóplia de instituições sociais);
- Capacidade de atrair residentes seniores para uma ilha com estas características;
- O facto de ser uma ilha pequena;
- Criação da rede de intervenção na violência doméstica;
- Casa de emergência social.

4.1.5. DINÂMICAS DA ECONOMIA DO MAR

A economia do mar refere-se à utilização económica e ao aproveitamento dos recursos marinhos e costeiros para diversos fins comerciais, industriais, ambientais e sociais. Abrange todas as atividades relacionadas com os oceanos, mares, zonas costeiras e recursos marinhos, incluindo a exploração e uso sustentável de recursos como peixes, minerais marinhos, energia renovável (como a eólica e energia das marés), turismo costeiro, transporte marítimo, biotecnologia marinha, entre outros.

Esta abordagem económica não se limita apenas à exploração comercial dos recursos, mas também considera a preservação dos ecossistemas marinhos, a conservação da

biodiversidade, a gestão sustentável dos recursos pesqueiros e a minimização dos impactos ambientais das atividades humanas nos oceanos.

A economia do mar é um campo multifacetado que envolve setores diversos e inter-relacionados, que abrange desde a exploração de recursos naturais até a pesquisa científica, a conservação ambiental, o desenvolvimento de tecnologias marítimas e o comércio internacional. A economia do mar desempenha um papel importante no desenvolvimento económico e social de muitos países costeiros, como é o caso de Portugal, e desempenha um papel importante na segurança alimentar global, na criação de empregos e na inovação tecnológica.

4.1.5.1. NOVAS TENDÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO NAS DINÂMICAS DA ECONOMIA DO MAR

São variadas as tendências de desenvolvimento na economia do mar na ilha do Porto Santo. Algumas tendências e áreas de desenvolvimento potenciais incluem o turismo sustentável. Há um foco em promover um turismo mais sustentável, explorando o potencial dos recursos marinhos para atividades como mergulho, observação de fauna marinha e turismo costeiro. São feitos vários esforços para preservar os ecossistemas marinhos e costeiros, atraindo visitantes interessados na natureza e na sua conservação.

Considerando o potencial dos recursos naturais, a ilha pode explorar energias renováveis marinhas, como a energia das ondas e das marés, bem como a energia eólica. Investimentos neste tipo de energia podem diversificar a matriz energética da ilha e torná-la mais sustentável. A pesquisa científica marinha e o investimento em biotecnologia marinha para explorar os recursos naturais de maneira sustentável e a procura por aplicações inovadoras para produtos e serviços baseados no mar, pode também ser novas tendências de desenvolvimento.

Investimentos em infraestrutura portuária e logística poderiam ser uma área de foco para melhorar o transporte marítimo, facilitar o comércio e impulsionar a economia local.

Ações de conservação marinha e programas educacionais pode também ser um recurso de desenvolvimento como forma de consciencializar a população local e os turistas sobre a importância da preservação dos ecossistemas marinhos e costeiros.

Essas são algumas das áreas potenciais na economia do mar para o desenvolvimento da ilha do Porto Santo, focadas em aproveitar os recursos marinhos de forma sustentável para impulsionar o crescimento econômico e preservar o ambiente marinho.

4.1.5.2. NOVAS TENDÊNCIAS DE INVESTIMENTO PARA AS DINÂMICAS DA ECONOMIA DO MAR

Os oceanos (ou o Oceano, como alguns autores o consideram), cobrem a maioria da superfície terrestre (71%) e da sua biosfera (90%), contendo 97% da água existente no planeta terra.



O continente europeu, é uma “grande península” rodeada de água por todos os lados menos por um (por 2 oceanos, o Ártico e o Atlântico, e por 5 mares, o Mediterrâneo, o Adriático, o Báltico, o do Norte e o Negro). A Europa tem a maior ZEE (Zona Económica Exclusiva) do mundo, uma linha de costa com cerca de 70 mil km e está rodeada de ilhas. Quer a Geografia, quer a História da Europa estão estreitamente ligadas ao mar em todas as suas dimensões. Poderemos mesmo afirmar que a identidade europeia é, em grande parte, uma identidade marítima.

No entanto, como é comum ouvirmos na atualidade, conhecemos ainda muito pouco sobre o fundo dos oceanos e o potencial do mar, e tendo em conta a situação do planeta e da evolução da humanidade, possivelmente será aí que iremos encontrar os recursos necessários, quer para a alimentação, quer para obter energia, quer para obter as matérias primas que necessitamos para que a espécie humana consiga sobreviver e continuar a evoluir.

Numa análise sumária da economia do mar em termos globais é pertinente rever o relatório da OCDE *“The Ocean Economy in 2030”* (OCDE, 2016) e reter as ideias principais. Neste relatório é realizada uma avaliação prospetiva do que poderá ser a Economia do Mar no futuro, focando a sua atenção, quer nos setores estabelecidos, quer nos setores emergentes, associados ao mar. Dá especial atenção às implicações que poderão ocorrer, quer em termos ambientais, quer em termos de governação dos oceanos. O relatório teve como objetivo fazer uma análise prospetiva do crescimento da Economia do Mar como um todo. Em 2010, a Economia do Mar contribuía diretamente com 2,5% para o VAB mundial e segundo o referido relatório, representava cerca de 5-6% da economia real. Contribuía, ainda, com 31 milhões de empregos diretos. O quadro seguinte mostra as perspetivas de crescimento dos vários setores associados ao mar. Desta análise, resulta uma perspetiva de duplicação do VAB da Economia do Mar até 2030.

TABELA 21 - PERSPETIVAS DE CRESCIMENTO DA ECONOMIA DO MAR

Perspetivas de crescimento moderado	Perspetivas de alto crescimento a longo prazo	Potencial a longo prazo mas sem escala comercial ainda
• pescas • extração offshore de petróleo e gás em águas profundas	• navegação • construção naval • eólica offshore • aquacultura marítima • turismo • proteção e segurança	• energias renováveis • biotecnologia marinha • mineração no fundo do oceano • captura e armazenamento de carbono

Adaptado de *The Ocean Economy in 2030* (OCDE, 2016)

No **contexto da União Europeia**, A RAM, é uma das nove regiões Ultraperiféricas. “As regiões ultraperiféricas da União Europeia (UE) são ilhas, arquipélagos e um território continental europeus, que estão geograficamente afastados do continente europeu e que gozam de um estatuto específico de Direito da União Europeia, ao abrigo do disposto no art. 349.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE). São

nove as regiões ultraperiféricas: Guiana Francesa, Guadalupe, Martinica, Maiote, Reunião e São Martinho (França), os Açores e a Madeira (Portugal) e as ilhas Canárias (Espanha). No seu conjunto, estas regiões acolhem 4,8 milhões de cidadãos da União Europeia. As regiões ultraperiféricas beneficiam de medidas específicas de apoio e de financiamento adicional, para compensar as suas situações sociais e económicas estruturais específicas e as limitações resultantes dos fatores referidos no artigo 349.º do TFUE. As regiões ultraperiféricas têm um potencial e ativos únicos de que a UE no seu conjunto pode beneficiar. Representam a presença europeia em zonas estratégicas do globo e dispõem de características excecionais que fazem delas excelentes laboratórios para a investigação e a inovação nas áreas da biodiversidade, dos ecossistemas terrestres e marinhos, das energias renováveis, da farmacologia e das ciências espaciais”. O Porto Santo deverá tentar aproveitar os apoios específicos que existem para estes territórios, alicerçando parcerias com outras regiões e candidatando a projetos de cooperação territorial Europeia, nomeadamente no âmbito da economia azul, aproveitando por exemplo o facto de ter uma reserva natural da biosfera.

Em relação à **Região Autónoma da Madeira (RAM)**, tivemos em conta os dados da **Conta Satélite do Mar** (esta conta foi criada em Portugal como instrumento de medição e aferição da Economia do Mar, resultado de uma parceria celebrada em 2013, por protocolo entre o Instituto Nacional de Estatística e a Direção Geral da Política do Mar). A primeira publicação foi realizada em 2020 e apresenta os resultados da Conta Satélite do Mar referente ao triénio de 2016-2018 em que foi possível aferir que a economia do mar nacional corresponde a 4,0% do valor acrescentado bruto, 4,1% do emprego, 5,0% das exportações e 6,2% do consumo das famílias, colocando Portugal na 7ª posição ao nível da União Europeia.

No **contexto da RAM**, a economia do mar Regional produz cerca de 453M€ e criou 11.135 postos de trabalho. O setor do recreio, desporto, cultura e turismo, à semelhança do contexto nacional, é considerado a locomotiva da economia do mar Regional, representando 77,5% do valor acrescentado bruto e 75,4% do emprego.

A economia do mar à semelhança do que acontece com a RAM na sua globalidade, é fundamental para a ilha do **Porto Santo**. O mar e as atividades a ele associadas, direta ou indiretamente fazem parte do “ADN” da ilha, da sua população, da sua cultura, da sua história e das atividades que aí se desenvolvem. Em todos os Diagnósticos e Planos de Desenvolvimento regional o Mar e as atividades a ele associadas tem um papel de relevo. No âmbito da **Estratégia de Especialização Inteligente da RAM** para o período 2021-2027, os Recursos e Tecnologias do Mar são um dos domínios prioritários que vem do período anterior (2014-2020) e que se mantém, dada a sua importância estratégica para o desenvolvimento da região.

As novas tendências de investimento na economia do mar na ilha do Porto Santo podem estar alinhadas com o desenvolvimento de setores específicos e oportunidades emergentes. Algumas áreas potenciais de investimento podem incluir:

- Energias Renováveis Marinhas: investimentos em tecnologias relacionadas à energia das ondas, energia das marés e energia eólica.
- Aquacultura Sustentável: investimentos em aquacultura sustentável para aumentar a produção de frutos do mar de forma ambientalmente responsável.
- Turismo Marítimo Sustentável: investimentos em infraestrutura turística costeira e marítima para promover o turismo sustentável, incluindo passeios de barco, mergulho, observação da vida marinha e outras atividades relacionadas com o mar.
- Pesquisa Científica e Desenvolvimento Tecnológico: investimentos em instituições de pesquisa marinha e empresas de biotecnologia para explorar novas descobertas, inovações tecnológicas e aplicações comerciais de recursos marinhos.
- Desenvolvimento Portuário e Logística Marítima: investimento na modernização e expansão da infraestrutura portuária para melhorar a eficiência do transporte marítimo, a capacidade de carga e descarga, facilitando o comércio e as atividades marítimas.

- Conservação e Monitorização Ambiental: investimentos em programas de conservação marinha, vigilância ambiental e monitorização para garantir a sustentabilidade dos ecossistemas marinhos.
- Educação e Consciencialização: investimentos em programas educacionais e de consciencialização ambiental para promover a compreensão da importância da conservação dos recursos marinhos e costeiros entre a população local e os turistas.

Estas tendências representam áreas potenciais para investimento na economia do mar no Porto Santo, procurando tanto o desenvolvimento económico como a sustentabilidade dos recursos marinhos da ilha.

4.1.5.3. NECESSIDADES NAS DINÂMICAS DA ECONOMIA DO MAR

As necessidades sentidas na ilha do Porto Santo relacionadas com a economia do mar refletem desafios específicos da comunidade local. Alguns desses desafios incluem a necessidade de diversificação económica. As atividades económicas da ilha podem ser mais diversificadas e podem explorar mais oportunidades relacionadas com a economia do mar. Infraestrutura portuária é um outro aspeto a ter em consideração. Melhorar a infraestrutura portuária por forma a aprimorar a capacidade de lidar com as atividades marítimas, como o transporte, a pesca e o turismo, garantindo portos seguros e bem equipados. Mas também os investimentos em tecnologia e inovação.

É importante continuar a investir na preservação ambiental, como a proteção dos ecossistemas marinhos e costeiros, garantindo a sustentabilidade das atividades relacionadas ao mar, minimizando a poluição e preservando a biodiversidade marinha. Iniciativas de formação profissional e educação para capacitar a população local com competências necessárias para trabalhar nos setores marítimos, promovendo a consciencialização sobre a importância da conservação marinha, são igualmente importantes. Deve ser dada um enfoque ao turismo marítimo sustentável, mas que

preservem os recursos naturais, evitem a superexploração e promovam práticas turísticas responsáveis.

O apoio financeiro para empreendedores e empresas locais que desejem investir em iniciativas relacionadas com a economia do mar, facilitando acesso a créditos ou programas de financiamento específicos para essas atividades, pode também ser uma aposta.

4.1.5.4. QUAIS AS APOSTAS DO SETOR PÚBLICO NAS DINÂMICAS DA ECONOMIA DO MAR

O setor público pode desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento da economia do mar na ilha do Porto Santo, focando em diversas áreas para impulsionar esta vertente económica.

Desde logo desenvolver e implementar políticas claras voltadas para o desenvolvimento sustentável da economia do mar na ilha, com diretrizes específicas para a preservação ambiental, promoção da inovação, investimento em infraestrutura portuária e apoio à diversificação económica. Mas também a promoção e incentivo à investigação e desenvolvimento de tecnologias inovadoras aplicadas ao ambiente marinho, incentivando projetos de pesquisa, parcerias com universidades e o setor empresarial, bem como, a promoção de startups voltadas para soluções marinhas. A educação e a formação especializada na economia do mar, pode também ser uma aposta do setor público. Garantir que as atividades turísticas preservam os recursos naturais e culturais, enquanto proporcionam benefícios económicos para a comunidade local deve ser o foco orientador de todas as ações.

APOSTAS NA ECONOMIA DO MAR NO PORTO SANTO:

Pesca:

- Melhorar as condições de vida da comunidade piscatória;
- Investir na transformação/melhoria da sustentabilidade na atividade da pesca, aumentando as mais valias da mesma;

- Apostar na economia circular na atividade da pesca, criando incentivos, disseminando conhecimento, com atividades demonstrativas, benchmarking, (utilização de subprodutos da pesca; recolha de lixo marinho; etc.);
- Melhorar as embarcações e equipamentos associados à pesca (mais eficientes e mais sustentáveis, mais seguros e confortáveis)
- Formação profissional na área das pescas (inicial e contínua);
- Medidas de promoção da atividade para captação de jovens e mulheres;
- Criar ligações com a indústria de transformação do pescado na RAM.

Aquacultura:

- Avaliar se existem condições para que possa vir a implementar-se. Fazer contatos com Secretaria Regional de Economia, Mar e Pescas, com a Universidade da Madeira e com o Observatório Oceânico da Madeira;
- Contatar Jerónimo Martins e outras empresas que operem no ramo na RAM.
- Estudar e avaliar o potencial para criação de florestas de macroalgas para captura de carbono e/ou produção de algas para outros fins (remédios, cosmética, alimentação de animais, etc.), procurar o estabelecimento de parcerias com regiões pioneiras e desenvolvidas nesta matéria (Canárias, Noruega, etc.).

Portos e Marinas:

- Melhorar as condições para as embarcações;
- Apostar na digitalização do porto e marina – *smartport*;
- Apostar nas energias renováveis / eficiência energética;
- Promover serviços de apoio no porto/marina na perspetiva de atração de navegadores – incentivar o empreendedorismo nesta área.

Turismo náutico e atividades desportivas no Mar:

- Incentivar as associações, escolas e empresas no setor;
- Desenvolver o trabalho das escolas náuticas (se necessário associadas à Madeira e/ou continente, com cursos para obtenção dos vários níveis das cartas

marítimas, outros cursos de interesse para desenvolver a atividade de turismo náutico na ilha);

- Promoção da sustentabilidade nas atividades desenvolvidas;
- Organização e promoção de eventos desportivos associados ao Mar, especialmente em época baixa;
- Promover o turismo subaquático: o facto de ser uma reserva da biosfera é desde logo um atrativo para atrair praticantes de mergulho subaquático. No entanto, foram criadas condições para diversificar de desenvolver a atividade subaquática como é o caso da criação de “recifes artificiais” com o afundamento de navios:

- A 21 de outubro de 2000 foi afundado o Madeirense, um navio de transporte de carga e mercadorias. Este encontra-se afundado na costa Sul da ilha do Porto Santo, na atual Rede de Áreas Marinhas Protegidas do Porto Santo (RAMPPS), sendo considerado pelos aficionados de mergulho com escafandro autónomo como um verdadeiro santuário de biodiversidade marinha na RAM).

“A 13 de julho de 2016 foi afundado um navio da Armada Portuguesa, a corveta Pereira d’Eça, inserindo-se na estratégia de diversificação do turismo na ilha do Porto Santo. A corveta foi afundada na RAMPPS e encontra-se a 30 metros de profundidade. O programa de monitorização efetuado neste recife artificial demonstrou os efeitos benéficos que estas estruturas podem gerar, nomeadamente na simulação da diversidade existente nos recifes naturais adjacentes.”

- Apoiar atividades relacionadas com estes recifes artificiais (ex: Centro de interpretação em terra recorrendo a realidade aumentada; melhoria das condições subaquáticas para visitantes, entre outros.)
- Turismo de Natureza no Mar – criar produto exclusivo associado à *Reserva da Biosfera* (fazer *benchmarking*, envolver Observatório Oceânico da Madeira e/ou outros centros de investigação;
- Património histórico-cultural associado ao Mar. Apostar na criação de conteúdos, apostar na criação de produto turístico associado, etc.);

- Apoiar iniciativas como a publicação de estudos e livros sobre o património histórico-cultural e natural da ilha do Porto Santo. Ex: o livro 'Porto Santo Debaixo de Água';
- Promover a Literacia dos Oceanos dirigida a públicos diversos, população em geral, jovens e crianças e turistas (Ex: continuar o apoio à Escola Azul e outras iniciativas que contribuam para o conhecimento e valorização do oceano e em particular da envolvente da Ilha do Porto Santo).

Investigação & Desenvolvimento:

- Cativar o OOM para instalação de um espaço/delegação no Porto Santo;
- Criar condições de alojamento/receção/acolhimento de investigadores e espaços de trabalho (pequenos laboratórios e armazenamento de amostras...);
- Promover temas e áreas de investigação associadas aos ativos/património existentes no âmbito da economia do Mar no Porto Santo (exemplo divulgar ideias junto das universidades, criar um prémio de investigação, etc.);
- Promover o Empreendedorismo e Inovação associados à economia do Mar, estimulando a transferência de conhecimento e tecnologia da academia para as empresas (Ex: criar uma extensão da SartUp Madeira no Porto Santo, e lançar iniciativas e concursos específicos para o Porto Santo no âmbito do HUB Azul da Madeira em parceria com o Fórum Oceano (Cluster do Mar nacional);
- Envolver investigadores, professores e alunos universitários na promoção do conhecimento, da cultura e da literacia dos Oceanos (Ex: visitas de campo, workshops, concursos, etc.).

4.1.5.5. ANÁLISE SWOT ÀS DINÂMICAS DA ECONOMIA DO MAR

OPORTUNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁREA

O grupo identificou um conjunto de oportunidades que a seguir se enumeram:

- Criação de polo de investigação em articulação com a Universidade da Madeira;
- Alterações climáticas permitem uma diversificação da biodiversidade;

- Eventos e atividades lúdicas – vela, windsurf, etc., por permitirem ver o espelho de água;
- Existência de veleiros que podem atrair turistas;
- Oportunidade comercial;
- Potencial enorme para ilha sustentável e ecológica.

FATORES INIBIDORES PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁREA

O grupo identificou um conjunto de fraquezas no setor que a seguir se enumeram:

- Procura de cruzeiros, pois não têm condições suficientes de desembarque – e a Marina também;
- A reserva não está a ser protegida suficientemente – falta de fiscalização;
- Poucas pessoas com carta marítima, assim como muito poucas pessoas interessadas;
- Falta de gestão na APRAM;
- Inexistência de lugares para operadores que comprem motas de água, etc.;
- Falta de lota;
- Inexistência de plataforma continental;
- Insuficiência de recifes artificiais;
- Insuficiente proteção da biodiversidade marinha;
- Falta de voos diretos;
- Falta de divulgação;
- Falta da vertente de criação de cursos;
- Falta de apoio na formação;

AMEAÇAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁREA

O grupo identificou um conjunto de ameaças no setor que a seguir se enumeram:

- Alterações climáticas;
- Poluição no mar;
- Falta de campanha de sensibilização para as boas práticas como a pesca e o mar;

- A aposta em jovens que acabam por não ficar na ilha;
- Sazonalidade;
- Aumento da população contribui para a diminuição da qualidade da água do mar por causa da poluição, o que é necessário controlo do lixo.

FORÇAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁREA

O grupo identificou um conjunto de forças no setor que a seguir se enumeram:

- Boas condições para a prática de atividades marítimas na ilha – mergulho, passeios de barco, etc.;
- Boas condições climatéricas que permitem a prática de atividades marítimas na ilha;
- Boa capacidade hoteleira para dar resposta a grupos turísticos;
- Procura de cruzeiros;
- Preocupação com a segurança por parte das pessoas que trabalham no mar com o que faz;
- Segurança;
- Rede de áreas marítimas protegidas;
- Elevado valor do património natural para a investigação científica;
- Eventos marinhos no mar;
- Existência de helicóptero que faz segurança marítima;
- Existência de câmara hiperbárica;
- Existência da DAN por parte da FAP;
- História ligada ao mar – descobrimentos, piratas, etc.;
- Geologia subaquática;
- Proteção das espécies;
- Resiliência por parte dos operadores turísticos;
- Dessalinizadora (foram pioneiros).



INSTITUTO DE
DESENVOLVIMEN
REGIONAL



4.2. DA VISÃO À AÇÃO

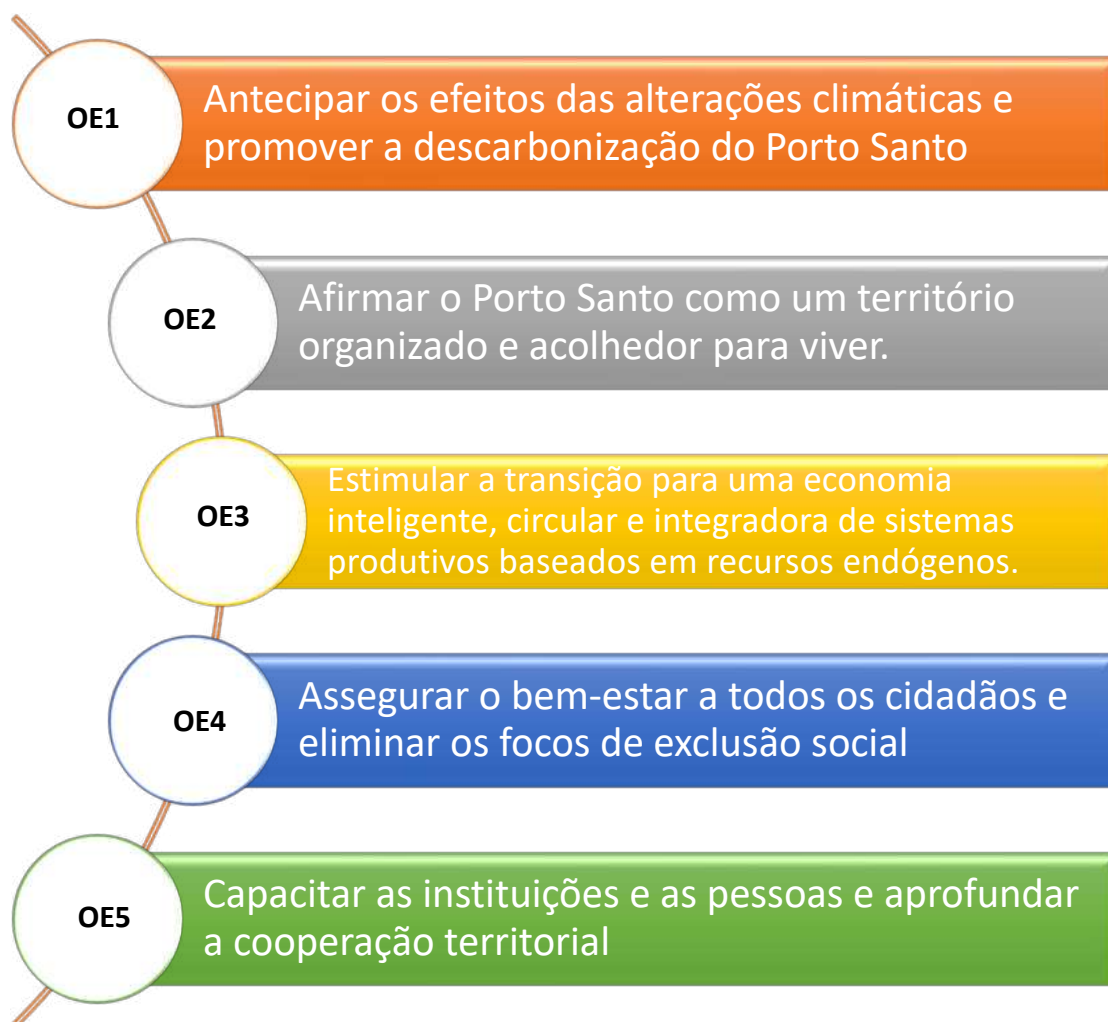
Não é expectável, nem recomendável, a adoção de uma EIDT 2021-2027 de rotura, que, além disso, tem um razoável enquadramento nas orientações europeias para 2021-2027.

Também ficou definido à partida que a EIDT renovada não deve estar cativa dos instrumentos concretos de política para o período 2021-2027, mas refletir uma nova focagem e os novos desafios que se colocam ao território, incorporando a aprendizagem realizada nos últimos anos.

A nova EIDT vai estruturar-se a partir de 5 objetivos estratégicos, que se apresentam na figura 1. Estes objetivos não são domínios de intervenção temáticos e pretendem-se multidimensionais e integradores da ação que será desenvolvida nos próximos anos. A definição dos domínios estratégicos de intervenção (como eram designados na EIDT 2014-2020) resultará do processo de ajustamento dos instrumentos de política, a diversos níveis, que se realizará nos próximos meses.



Figura 1. Objetivos estratégicos EIDT 2021-2027



4.3. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

As secções seguintes são dedicadas à apresentação de cada um dos objetivos estratégicos definidos, abordando a sua natureza.

Objetivo Estratégico 1

⇒ **Antecipar os efeitos das alterações climáticas e promover a descarbonização do Porto Santo**

No essencial, esses domínios são:

1. Modelos de planeamento e gestão urbana, e territorial em geral, adaptados a estes objetivos, designadamente adotando:
 - a. Urbanismo e construção sustentável (no espaço coletivo e nos edifícios);
 - b. Soluções integradas de mobilidade urbana sustentável.
2. Promoção da eficiência energética e utilização de energias renováveis (nas empresas, nos edifícios urbanos, nos equipamentos e infraestruturas, entre outros), visando um território autossuficiente em energia.
3. Gestão sustentável do recurso estratégico “água”.
4. Novas práticas de produção e consumo, focada na construção de uma sociedade circular, de resíduo zero, intervindo aos seguintes níveis: educação, informação e sensibilização, mobilização do capital de conhecimento das instituições regionais (p. e. Universidade da Madeira) e a capacitação institucional de todos os atores que, nos diversos domínios, podem contribuir para este objetivo, modelos de gestão, produção e distribuição baseados nas cadeias curtas, na circularidade e na eficiência energética, em todos os setores económicos.

Objetivo Estratégico 2

⇒ **Afirmar o Porto Santo como um território organizado e acolhedor para viver.**

Entre os domínios a considerar na prossecução deste objetivo estão:

1. As estruturas territoriais e o sistema urbano local, enquanto matriz territorial para a prestação de serviços à população e para a aposta na atratividade, cujo desenvolvimento e qualificação reforçará as condições de coesão e sustentabilidade, em particular no contexto de territórios de baixa densidade;
2. A habitação, impondo a dinamização e o reequilíbrio do mercado com estratégias favoráveis ao arrendamento e à diversificação das tipologias disponíveis;
3. Os serviços coletivos, passando por assegurar o acesso aos serviços básicos e implementar modelos inovadores de prestação de serviços às populações, a par

da qualificação da rede de equipamentos (ensino, apoio à infância, saúde, cultura etc.);

4. As infraestruturas ambientais, assegurando os serviços à população e, simultaneamente, requalificando e otimizando os sistemas tornando-os mais eficientes;
5. O sistema de mobilidade e transportes, designadamente o transporte coletivo e as soluções de transporte a pedido;
6. Aconectividade digital, melhorando as condições infraestruturais e de serviço no território.

Os aspetos ambientais são igualmente fatores de qualidade de vida, pelo que o cumprimento deste objetivo depende também de intervenções nos domínios:

7. Da qualificação do ambiente urbano;
8. Da conservação da natureza;
9. Da qualificação e valorização da paisagem (ativo claramente diferenciador do território);
10. Da remuneração da prestação de serviços de ecossistema

Da mesma forma se releva a importância dos valores patrimoniais e culturais, no sentido em que são fundamentais para a construção-consolidação de identidade, para o reforço do sentido de comunidade e ainda para o incremento da atratividade territorial. Nesta medida, este objetivo está ainda associado a uma linha de intervenção ao nível:

11. Da preservação e salvaguarda de valores patrimoniais e culturais

Neste sentido, ainda no quadro deste objetivo estratégico importa considerar intervenções no domínio:

12. Da comunicação e do marketing territorial, numa perspetiva que permita afirmar no exterior (e no território) as amenidades do Porto Santo.

Objetivo Estratégico 3

⇒ **Estimular a transição para uma economia inteligente, circular e integradora de sistemas produtivos baseados em recursos endógenos.**

Uma primeira linha de intervenção no âmbito deste objetivo é a consolidação das atividades tecnologicamente evoluídas no território, e que deve ter um papel central na transformação do tecido produtivo e na captação de investimento, tendo como referência a RIS3 Madeira (especialmente para os setores agrícolas, economia do mar, do turismo, inovação social e a fileira cultural e criativa). Alguns setores poderão assumir particular relevância neste processo, como sejam a economia do mar, o turismo e as indústrias ambientais, que revela um potencial interessante neste domínio.

No que respeita às intervenções, devem ser defendidas as seguintes linhas de atuação:

1. Atração de profissionais qualificados e capacitação dos ativos.
2. Capacitação de agentes do sistema produtivo.
3. Promoção económica do Porto Santo no exterior.
4. Implementação da Agenda Local para a Economia Circular no Porto Santo

Objetivo Estratégico 4

⇒ **Assegurar o bem-estar a todos os cidadãos e eliminar os focos de exclusão social**

Neste sentido, a prossecução deste objetivo estratégico pressupõe:

1. Um conjunto de linhas de intervenção, de natureza essencialmente não-infraestrutural, dirigida à promoção da coesão, ao nível de programas de combate ao abandono e insucesso escolar, promoção da cultura, incentivos à natalidade e parentalidade, assistência social e saúde domiciliária, entre outros domínios.

2. Intervenções no domínio da qualificação e melhoria do acesso aos serviços ao nível do ensino e do apoio à infância, da mobilidade e conectividade, da saúde, entre outros.

Objetivo Estratégico 5

⇒ **Capacitar as instituições e as pessoas e aprofundar a cooperação territorial**

Neste contexto, devem abrir-se linhas de intervenção nos seguintes domínios:

1. Capacitação das instituições, designadamente no quadro da descentralização de competências e da partilha de serviços ao nível municipal;
2. Capacitação das pessoas, sejam técnicos das instituições, sejam cidadãos em geral, por via da educação, da qualificação de competências e do reforço da informação;
3. Cooperação territorial, ao nível intrarregional

4.4. OPERACIONALIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA

A formulação de uma estratégia orientada para objetivos, e não para instrumentos de política, pressupõe que a sua operacionalização seja materializada através de programas de ação que implementem esses instrumentos no território de forma integrada e coerente com os objetivos.

Alguns desses programas de ação são específicos dos instrumentos de programação, cujos contornos estão agora a ser conhecidos. Admite-se que poderão estar na linha dos que já vigoram no atual quadro de programação, como os PDCT, DLBC, PEDU, PIICIE ou CLDS. Nestes casos, importa que a sua preparação seja devidamente inserida na lógica da EIDT, com os seus objetivos específicos bem enquadrados pelos objetivos estratégicos da EIDT, e que os critérios e o processo de seleção de projetos que serão financiados no período 2021-2027 garantam essa coerência.

Noutros casos, haverá estratégias e programas de natureza temática ou territorial, mais ou menos complexos e integrados, específicos para o Porto Santo ou de âmbito alargado a toda a Região Autónoma da Madeira.

4.5. ENQUADRAMENTO NAS ORIENTAÇÕES DE POLÍTICA NACIONAL E EUROPEIA PARA 2027

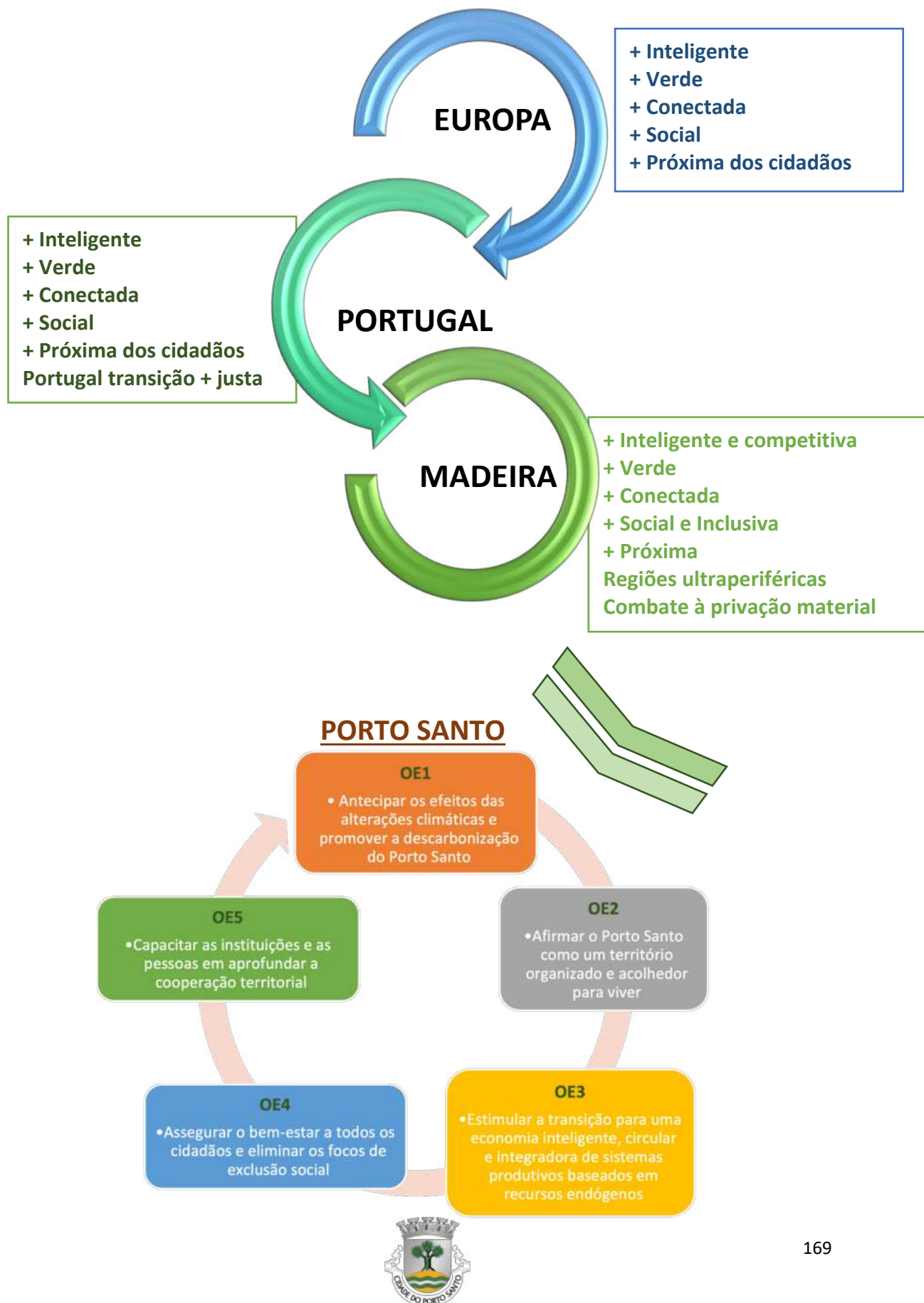
A coerência entre as orientações estratégicas em níveis europeu, nacional e regional é essencial para garantir que a EDT do Porto Santo esteja alinhada com os objetivos mais amplos estabelecidos para o desenvolvimento territorial. Isso implica que a estratégia local deva ser compatível e complementar às metas e diretrizes definidas em diferentes escalas de planeamento.

Ao cruzar as orientações e os objetivos estratégicos da EDT é possível identificar a extensão em que os planos locais estão alinhados com as prioridades estabelecidas nos níveis mais amplos de governança. Esta análise é importante para determinar a consistência e a eficácia da EDT do Porto Santo, por forma a contribuir para os objetivos mais amplos de desenvolvimento.

O cruzamento desta informação para além de permitir uma análise mais ampla, revela a articulação entre os objetivos específicos da EDT e as diretrizes estratégias europeias, nacionais e regionais. É ainda possível verificar que a estratégia local é abrangente o suficiente para abordar as diferentes dimensões do desenvolvimento territorial, ao mesmo tempo em que é seletiva o bastante para priorizar áreas-chave de intervenção alinhadas com as diretrizes mais amplas.

Esta articulação abrangente e seletiva é crucial para garantir que a EDT do Porto Santo possa aproveitar oportunidades, enfrentar desafios e alavancar recursos de modo eficaz, por forma a maximizar o impacto positivo no desenvolvimento local. A coesão entre os diferentes níveis estratégicos cria um ambiente propício para uma implementação bem-sucedida de políticas e ações. Desta forma é possível proporcionar um desenvolvimento territorial mais integrado, sustentável e alinhado com as metas estabelecidas pelos níveis mais amplos de governança. Na figura 2 faz-se um cruzamento entre essas orientações e os objetivos estratégicos da EDT.

FIGURA 2. CRUZAMENTO DE ORIENTAÇÕES E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS



5 - PLANO DE AÇÃO PORTO SANTO 2030

5.1. DESAFIOS ESTRATÉGICOS

As linhas de orientação, os quadros temáticos e os desafios regionais identificados na Quadro Comum de Investimentos do Porto Santo 2021-2027 - Estratégia de Desenvolvimento Territorial e Plano de Ação - PORTO SANTO 2030, colocam o território do Porto Santo perante a necessidade de promover respostas em termos de Crescimento Económico, Ambiente e Sustentabilidade, Comunidades e Inclusão, Território e Atratividade, e Governança e Serviços Públicos.

O Plano de Ação para Desenvolvimento da EDT obedece a uma organização por desafios estratégicos, metas estratégicas e ações. Estas últimas incluirão elementos de diferentes naturezas: Orientações de Política (que dizem respeito aos princípios que irão nortear as ações tendo em vista a concretização de determinada meta); Propósitos Estratégicos (que dizem respeito aos resultados que se procurarão atingir); e Ações de âmbito municipal, com diferenciação à escala municipal ou com impacto, também, regional.

A organização deste documento decorre da definição de objetivos e desafios estratégicos e não por áreas temáticas de políticas públicas, também de acordo com o enquadramento criado pelos princípios orientadores para a aplicação dos fundos europeus estruturais e de investimento para o período 2021/2027 e em articulação com as áreas temáticas definidas dos documentos de programação de fundos regionais.

Os desafios estratégicos identificados como prioritários para o Porto Santo e que constituirão os eixos prioritários de intervenção são os seguintes:

1. Proteção e Preservação da Natureza, a biodiversidade e as infraestruturas verdes, inclusive nas zonas urbanas, e reduzir todas as formas de poluição;
2. Eficiência Energética e redução de gases com efeito de estufa;
3. Mobilidade Urbana Multimodal Sustentável;

4. Desenvolvimento Social, Económico e Ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património cultural, turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas.

5.2. METAS ESTRATÉGICAS

Para cada desafio são apontadas as seguintes Metas Estratégicas:

1. Proteção e Preservação da Natureza, a biodiversidade e as infraestruturas verdes, inclusive nas zonas urbanas, e reduzir todas as formas de poluição.
 - a. Promover um ambiente saudável e comportamentos ambientalmente responsáveis;
 - b. Proteger e preservar os recursos naturais;
 - c. Valorizar os recursos naturais.
2. Eficiência Energética e redução de gases com efeito de estufa
 - a. Demonstrar liderança municipal na gestão de recursos e na eficiência energética
3. Mobilidade Urbana Multimodal Sustentável
 - a. Encorajar o desenvolvimento de um sistema eficaz, sustentável e integrado de transportes e mobilidade local
4. Desenvolvimento Social, Económico e Ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património cultural, turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas.
 - a. Apostar no território como identidade, recurso e marca diferenciadora.
 - b. Promover e apoiar a requalificação e revitalização do centro urbano e dos espaços públicos;
 - c. Encorajar o desenvolvimento do setor turístico e valorizar o património construído, imaterial e natural;
 - d. Promover respostas sociais de base local.

5.3. AÇÕES A PROMOVER NO ÂMBITO DA EDT

1. Proteção e Preservação da Natureza, a biodiversidade e as infraestruturas verdes, inclusive nas zonas urbanas, e reduzir todas as formas de poluição
 - a. Zona Envolvente ao Moinho do Miradouro das Lombas
 - b. Zona Envolvente da Escola do Farrobo
 - c. Criação do Miradouro da Lapa (zona não urbana)
 - d. Requalificação do Parque de Merendas da Fonte do Tanque
 - e. Requalificação dos Balneários da Fontinha (eficiência energética)
 - f. Passadiço Cais – Praia da Fontinha
 - g. Parque Urbano do Ribeiro Salgado
 - h. Requalificação do Jardim do Infante
 - i. Ampliação do Jardim da Cidade
 - j. Zona Balnear do Golfinho
 - k. Zona Envolvente aos Moinhos da Portela
 - l. Divulgação da Biosfera (inclui workshops)
 - m. Sistema de Eficiência Hídrica nas Regas Públicas
 - n. Parque Urbano do Cabeço
 - o. Criação e Desenvolvimento de Roteiros Turísticos – Roteiro dos Fontanários, Roteiro das Igrejas, Roteiro dos Moinhos de Vento e Miradouros; Roteiro do Centro Histórico
 - p. Recolha Seletiva dos Resíduos Urbanos (Ilha Ecológica)
 - q. Centro de Observação do Mar
 - r. Recuperação do Caminho Real
 - s. Percursos Pedestres Ambientais (caminho da Nossa Sra. da Graça)
 - t. Recuperação do Forno da Cal e do Miradouro
 - u. Leitores de Paisagem
2. Eficiência Energética e redução de gases com efeito de estufa

- a. Requalificação dos Paços do Concelho (património histórico e turístico)
 - b. Eficiência Energética os Edifícios Públicos (Paços do Município, Armazéns Municipais, Canil e Gatil, Outros de Logística)
 - c. Outros Projetos de Eficiência Energética os Edifícios Públicos
3. Mobilidade Urbana Multimodal Sustentável
- a. Mobilidade Coletiva + Carregadores Elétricos – Autocarros (3)
 - b. Outros Projetos de Mobilidade Coletiva + Carregadores Elétricos – Carrinhas
 - c. Bolsas de Estacionamento de Periferia Sustentáveis – Praia do Ribeiro Cochinho
 - d. Postos de Carregamento de Bicicletas
4. Desenvolvimento Social, Económico e Ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património cultural, turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas.
- a. Recuperação Casa Salão Tradicional
 - b. Recuperação Antiga Escola da Serra de Fora (atividades ambientais)
 - c. Promoção das Festas da Sustentabilidade da Ilha do Porto Santo
 - d. Recuperar a Antiga Escola Pública da Camacha (Para atividades culturais)
 - e. Requalificação da Capela de Santa Catarina
 - f. Comunicação e Sinalética Turística no centro Histórico
 - g. Implementação do Arquivo Municipal com Salvaguarda da Memória e Cultura Porto Santense
 - h. Segurança na Zona Urbana – Videovigilância
 - i. Criação da Casa Municipal da Cultura
 - j. Criação de Exposições Exteriores sobre o Património Natural da Ilha do Porto Santo
 - k. Exposição Permanente sobre a Idade da Ilha
 - l. Requalificação da Zona Histórico – Rua Gonçalves Zarco

m. Casa das Areias – Centro de Divulgação de Rochas sobre o Porto Santo

5.4. EXERCÍCIO DE ESTIMATIVA ORÇAMENTAL

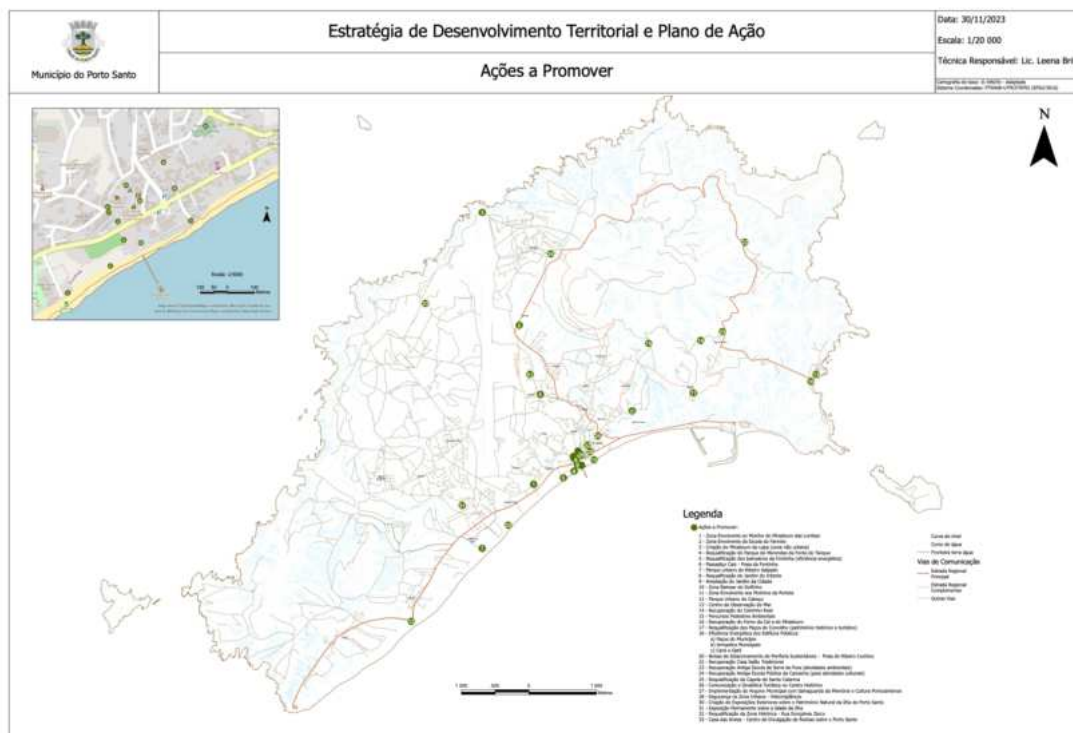
Na elaboração do Plano de Ação PORTO SANTO 2030 torna-se útil a apresentação da estimativa orçamental, com definição dos valores dos apoios dos Fundos Comunitários para cada uma das Tipologias de Ação e Tipologias de Intervenção definidas neste documento.

TABELA 22. ESTIMATIVA ORÇAMENTAL DO PLANO DE AÇÃO

Tipologias de Ação e Tipologias de Intervenção	Montante	MADEIRA 2030
Proteção e Preservação da Natureza, a biodiversidade e as infraestruturas verdes, inclusive nas zonas urbanas, e reduzir todas as formas de poluição		€ 4 000 000,00
Zona Envolvente ao Moinho do Miradouro das Lombas	€ 250 000,00	
Zona Envolvente da Escola do Farrobo	€ 250 000,00	
Criação do Miradouro da Lapa (zona não urbana)	€ 400 000,00	
Requalificação do Parque de Merendas da Fonte do Tanque	€ 300 000,00	
Requalificação dos Balneários da Fontinha (eficiência energética)	€ 300 000,00	
Passadiço Cais – Praia da Fontinha	€ 400 000,00	
Parque Urbano do Ribeiro Salgado	€ 800 000,00	
Requalificação do Jardim do Infante	€ 400 000,00	
Ampliação do Jardim da Cidade	€ 500 000,00	
Zona Balnear do Golfinho	€ 100 000,00	
Zona Envolvente aos Moinhos da Portela	€ 250 000,00	
Divulgação da Biosfera (inclui workshops)	€ 50 000,00	
RSistema de Eficiência Hídrica nas Regas Públicas	€ 250 000,00	
Parque Urbano do Cabeço	€ 800 000,00	
Criação e Desenvolvimento de Roteiros Turísticos – Roteiro dos Fontanários, Roteiro das Igrejas, Roteiro dos Moinhos de Vento e Miradouros; Roteiro do Centro Histórico	€ 150 000,00	
Recolha Seletiva dos Resíduos Urbanos (Ilha Ecológica)	€ 150 000,00	
Centro de Observação do Mar	€ 500 000,00	
Recuperação do Caminho Real	€ 500 000,00	
Percursos Pedestres Ambientais (caminho da Nossa Sra. da Graça)	€ 200 000,00	
Recuperação do Forno da Cal e do Miradouro	€ 250 000,00	
Leitores de Paisagem	€ 250 000,00	
SUBTOTAL	€ 7 050 000,00	

Eficiência Energética e redução de gases com efeito de estufa		€ 1 000 000,00
Requalificação dos Paços do Concelho (património histórico e turístico)	€ 400 000,00	
Eficiência Energética os Edifícios Públicos (Paços do Município, Armazéns Municipais, Canil e Gatil, Outros de Logística)	€ 600 000,00	
Outros Projetos de Eficiência Energética os Edifícios Públicos	€ 200 000,00	
SUBTOTAL	€ 1 200 000,00	
Mobilidade Urbana Multimodal Sustentável		€ 2 000 000,00
Mobilidade Coletiva + Carregadores Elétricos – Autocarros (3)	€ 1 000 000,00	
Outros Projetos de Mobilidade Coletiva + Carregadores Elétricos – Carrinhas	€ 1 000 000,00	
Bolsas de Estacionamento de Periferia Sustentáveis – Praia do Ribeiro Cochinho	€ 150 000,00	
Postos de Carregamento de Bicicletas	€ 25 000,00	
SUBTOTAL	€ 2 175 000,00	
Desenvolvimento Social, Económico e Ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património cultural, turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas.		€ 3 000 000,00
Recuperação Casa Salão Tradicional	€ 250 000,00	
Recuperação Antiga Escola da Serra de Fora (atividades ambientais)	€ 250 000,00	
Promoção das Festas da Sustentabilidade da Ilha do Porto Santo	€ 400 000,00	
Recuperar a Antiga Escola Pública da Camacha (Para atividades culturais)	€ 400 000,00	
Requalificação da Capela de Santa Catarina	€ 300 000,00	
Comunicação e Sinalética Turística no centro Histórico	€ 200 000,00	
Implementação do Arquivo Municipal com Salvaguarda da Memória e Cultura Porto Santense	€ 500 000,00	
Segurança na Zona Urbana – Videovigilância	€ 200 000,00	
Criação da Casa Municipal da Cultura	€ 500 000,00	
Criação de Exposições Exteriores sobre o Património Natural da Ilha do Porto Santo	€ 200 000,00	
Exposição Permanente sobre a Idade da Ilha	€ 50 000,00	
Requalificação da Zona Histórico – Rua Gonçalves Zarco	€ 800 000,00	
Casa das Areias – Centro de Divulgação de Rochas sobre o Porto Santo	€ 750 000,00	
SUBTOTAL	€ 4 800 000,00	
TOTAL INVESTIMENTOS	€ 15 225 000,00	€ 10 000 000,00

FIGURA 3. GEOREFERENCIAÇÃO DAS AÇÕES A PROMOVER



5.5. MONITORIZAÇÃO, INDICADORES E METAS

Tendo em vista a necessária monitorização e avaliação das acções inscritas neste Plano de Ação são, de seguida, apresentados os indicadores de realização e de resultado, bem como, as metas a atingir, no período definido, para cada um dos eixos estratégicos, bem como as categorias de beneficiários e entidades a envolver.

A elaboração e definição destes indicadores obedeceram a pressupostos decorrentes nomeadamente da perspectiva metodológica prosseguida, do contexto económico e da necessária articulação regional, com o enquadramento no MADEIRA 2030 – Programa Regional da Madeira 2021-2027.

1. Proteção e Preservação da Natureza, a biodiversidade e as infraestruturas verdes, inclusive nas zonas urbanas, e reduzir todas as formas de poluição

Indicador de realização – 8 Infraestruturas verdes apoiadas para outros fins que não sítios Natura = a 3098,67 hectares (não inclui Geossítios, Sítios de Geodiversidade e Monumentos Naturais)

8 Superfície dos sítios Natura 2000 abrangidos por medidas de proteção e restauração a 336,71 hectares

Indicador de Resultado - População com acesso a infraestruturas verdes novas ou melhoradas – 5158 Habitantes

2. Eficiência Energética e redução de gases com efeito de estufa

Indicador de realização – 7 Edifícios públicos com desempenho energético Melhorado - 2894 m²

Indicador de Resultado - Consumo anual de energia primária (nomeadamente: habitações, edifícios públicos, empresas, outros) = 67882MWh/ano (dados de 2010) (2019) – 50911,5 MWh/ano (2029) (-25%);

3. Mobilidade Urbana Multimodal Sustentável

Indicador de realização – Capacidade do material circulante respeitador do ambiente para transporte público coletivo – 6400 passageiros

Indicador de Resultado - Utilizadores anuais de transportes públicos novos ou modernizados – 6400 utilizadores/ano (2019) – 7456 utilizadores/ano (2029) (+16,5%)

4. Desenvolvimento Social, Económico e Ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património cultural, turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas

Indicador de realização – 29 Número de sítios culturais e turísticos Apoiados

Indicador de Resultado - Visitantes de sítios culturais e turísticos apoiados – 52433visitantes/ano (2019) – 59826 visitantes/ano (2029) (+14,1%)

Estratégias de desenvolvimento territorial integrado apoiadas

Indicador de realização – 1 Estratégias de desenvolvimento territorial integrado apoiadas (Reserva da Biosfera da ilha do Porto Santo)

Indicador de Resultado - Visitantes de sítios culturais e turísticos apoiados – 52433 visitantes/ano (2019) – 59826 visitantes/ano (2029) (+14,1%)

5.6. QUADRO INSTITUCIONAL DE SUPORTE E IMPLEMENTAÇÃO

A capacidade em responder aos desafios colocados, no sentido de alcançar a visão preconizada para o território e de implementar ações em torno dos domínios de intervenção definidos é determinada pela capacidade de se estabelecer um quadro institucional de suporte e de governação, capaz de garantir a coerência da estratégia e a sua própria sustentabilidade.

O trabalho de caracterização do território e o diagnóstico realizado permitiram confirmar o dinamismo existente do ponto de vista institucional, bem como, a trajetória efetuada ao nível do desenvolvimento de espaços de cooperação, com o claro objetivo de reforçar a capacidade institucional dos agentes da região.

A aprendizagem obtida nestas experiências revelaram-se decisivas para garantir a definição de um modelo de governação que responda, não só aos desafios apontados,

mas também às orientações estratégicas, que decorrem das políticas e dos instrumentos comunitários, e que exigem uma nova postura perante uma estratégia para o território.

Naturalmente, vão ser colocados um conjunto de desafios ao longo deste processo. Será por isso fundamental realizar um esforço acrescido com o objetivo de criar novos palcos de discussão, participação, governação e cooperação que permitam:

- a. Uma visão de desenvolvimento conjunta e que integre os atores locais, permitindo uma reflexão conjunta e permanente entre todos os atores do território sobre os potenciais impactos da estratégia a adotar;
- b. Envolvimento das diferentes entidades e atores locais, quer sejam da esfera pública, privada ou do setor social;
- c. O desenvolvimento de mecanismos de monitorização e avaliação que permitam acompanhar, atualizar e redesenhar as intervenções, mas também, perspetivar novas bases de intervenção estratégica.

Todo o trabalho de organização institucional, tal como aconteceu nos workshops preparatórios, está associado a um forte capital relacional, assente em relações de confiança mútua, os quais permitem sinergias necessárias à implementação das intervenções, com uma forte componente consensual.

O envolvimento dos *stakeholders* é decisivo para uma aplicação muito mais eficiente e eficaz de todas as medidas a implementar no Porto Santo. Torna-se fundamental a forma como as instituições e agentes se mobilizam e apropriam da estratégia para o território, de modo a responder de forma determinada aos desafios que se colocam para os próximos anos.

Considera-se que o melhor modelo para a prossecução do presente Plano de Ação, deve considerar os seguintes órgãos:

- Órgão coordenador: Município do Porto Santo - órgão de orientação e coordenação global da implementação da estratégia e respetivo plano de ação;



- Órgãos consultivos: Fundação Nossa Senhora da Piedade; Junta de Freguesia do Porto Santo; Casa do Povo de Nossa Senhora da Piedade; Associação de Indústria, Comércio e Turismo do Porto Santo; e Associação Empresarial do Porto Santo.

5.7. OUTRAS ÁREAS DE INVESTIMENTO

O Município do Porto Santo tem objetivos muito importantes para o seu desenvolvimento, que têm de ser assumidos por outros agentes e atores locais, e cuja concretização só é possível pela utilização de Fundos Comunitários.

Algumas das iniciativas e projetos a desenvolver através dos Programas Temáticos Nacionais:

- a) Construção de uma Galeria de Captação de Águas para a Dessalinizadora do Porto Santo
- b) Alargamento e Internacionalização da Marina do Porto Santo;
- c) Infraestruturação do Molhe para Acolhimento de Cruzeiros;
- d) Criação de um Circuito Pedonal pelas Veredas do Porto Santo (IFCN);
- e) Recuperação e Ampliação das Repressas e Sistema de Captação de Água;
- f) Aumento da Rede de Distribuição de Águas Agrícolas;
- g) Construção de uma Nova Aerogare no Aeroporto do Porto Santo;
- h) Centro de Investigação de Biologia Marinha;
- i) Proteção e Recuperação da Totalidade do Cordão Dunar;
- j) Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Turismo do Porto Santo,
- k) Alargamento da Reflorestação da Ilha do Porto Santo.



5.8 . FOTOGRAFIAS DE ALGUMAS ÁREAS A INTERVENCIÖNAR



FOTOGRAFIA 1. ZONA ENVOLVENTE DA ESCOLA DO FARROBO



FOTOGRAFIA 2. CAPELA SANTA CATARINA



FOTOGRAFIA 3. RECUPERAÇÃO DO CAMINHO REAL



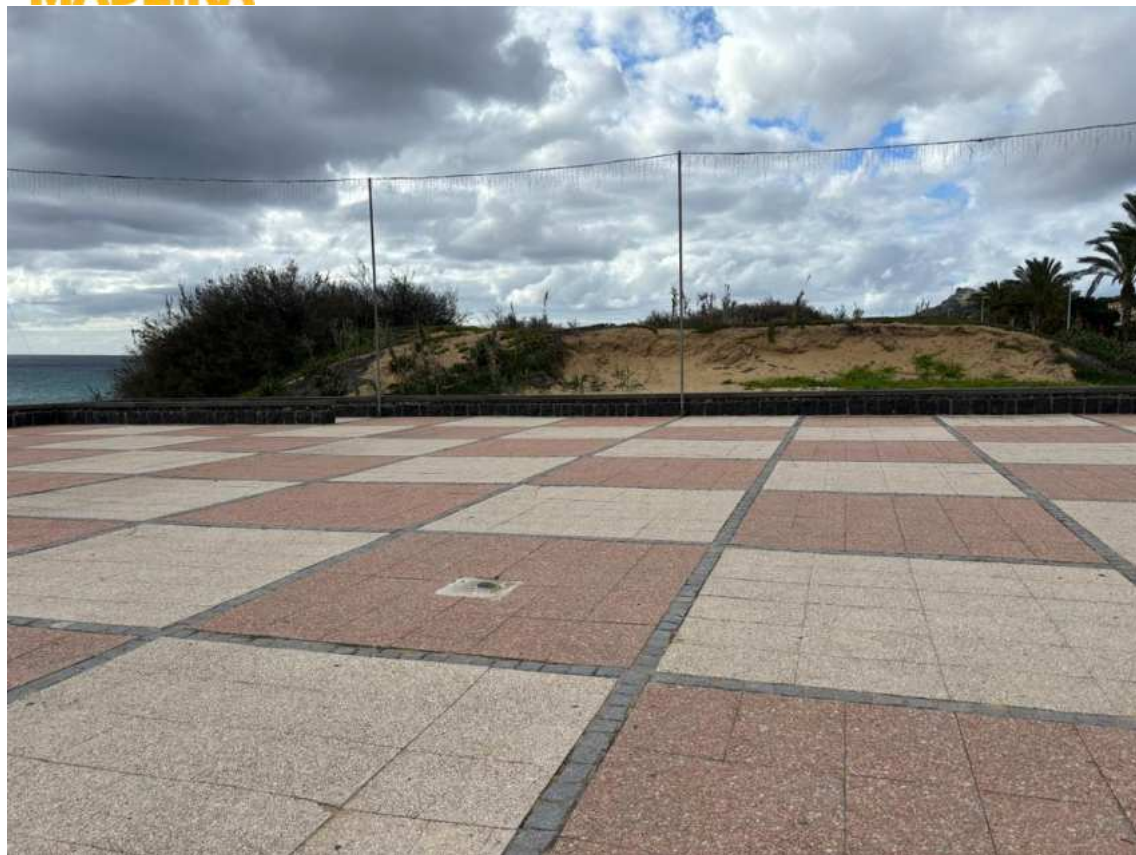
FOTOGRAFIA 4. ANTIGA ESCOLA DA SERRA DE FORA



FOTOGRAFIA 5. ZONA ENVOLVENTE DOS MOINHOS DA PORTELA



FOTOGRAFIA 6. JARDIM DO INFANTE



FOTOGRAFIA 7. PASSADIÇO CAIS - PRAIA DA FONTINHA



FOTOGRAFIA 8. AMPLIAÇÃO DO JARDIM DA CIDADE



FOTOGRAFIA 9. REQUALIFICAÇÃO PAÇOS DO CONCELHO



FOTOGRAFIA 10. REQUALIFICAÇÃO DA ZONA HISTÓRICA - RUA GONÇALVES ZARCO



FOTOGRAFIA 11. REQUALIFICAÇÃO DO MIRADOURO DA PORTELA



FOTOGRAFIA 12. ANTIGA ESCOLA DA CAMACHA



FOTOGRAFIA 13. REQUALIFICAÇÃO DOS BALNEARIOS DA FONTINHA



FOTOGRAFIA 14. ZONA ENVOLVENTE AO MIRADOURO DO MOINHO DAS LOMBAS



FOTOGRAFIA 15. PARQUE URBANO DO RIBEIRO SALGADO

6. SUMÁRIO EXECUTIVO

Este sumário executivo apresenta uma visão panorâmica do documento sobre o Quadro Comum de Investimentos do Porto Santo 2021-2027 - Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial e Plano de Ação Porto Santo 2030. O mesmo define estratégias e diretrizes para o desenvolvimento do concelho do Porto Santo, tendo por base uma análise profunda do território, o seu enquadramento estratégico, as perspetivas de desenvolvimento e as prioridades de intervenção para a próxima década.

Este é o resultado de um processo colaborativo entre o Município e diversos agentes locais, por forma a obter uma visão mais ampla e consensualizada para o concelho, alinhado com as estratégias europeias e nacionais.

Este documento inicia com uma contextualização do processo, abordando os desafios sociais, a sua dimensão territorial, bem como as características da diferenciação do território. O Porto Santo enfrenta desafios sociais consideráveis, mas encara o próximo quadro comunitário como uma oportunidade para se tornar um território mais coeso e competitivo. A abordagem adotada foca a dimensão territorial, reconhecendo as vantagens da proximidade para atender às necessidades locais. O Porto Santo é um território singular, com recursos distintos e com forte identidade cultural. Motivo pelo qual é aludida a importância da governação diferenciada. A estratégia em causa prioriza a especialização inteligente, ancorando-se no crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, alinhado com os princípios da UE para maximizar o potencial económico e de inovação. É ainda apresentada as perspetivas de desenvolvimento e inovação regional, cobrindo o enquadramento territorial, as características ambientais, bem como, uma análise demográfica e socioeconómica do concelho.

Este Plano de Ação visa impulsionar o desenvolvimento do Porto Santo através de quatro principais áreas estratégicas, que estão alinhadas com a estratégia da Europa 2030 e do Portugal 2030. Desde logo a resposta às alterações climáticas e descarbonização, através da promoção de medidas para a mobilidade sustentável,

economia circular, gestão de resíduos, eficiência energética e aproveitamento de recursos marinhos e agrícolas. A aposta na inovação e qualificações para o desenvolvimento económico, através no foco na fixação de populações jovens, atração de novos residentes qualificados, cooperação entre atores locais, diversificação económica, apoio à inovação empresarial e transferência de conhecimento. Assegurar o bem-estar das populações e eliminar os focos da exclusão social, através da melhoria das acessibilidades, qualidade de equipamentos e serviços, e combate às desigualdades económicas. E por fim, a aposta num crescimento inteligente e sustentável, pela promoção do empreendedorismo, soluções digitais, conectividade, sistemas inteligentes de gestão ambiental e urbana. Todos estes objetivos estão interligados, procurando criar um território inovador, inclusivo, sustentável e enraizado na sua identidade de património.

Importa referir que a EREI para a RAM 2021-2027 identifica seis áreas prioritárias para o desenvolvimento económico inteligente. Estas áreas incluem: turismo; recursos e tecnologias do mar; tecnologias digitais e economia 4.0; economia circular, transição energética, ação climática e biodiversidade; agricultura, alimentação e bioeconomia; e saúde e bem-estar. Estes são setores nos quais a região pretende especializar-se, aproveitando o seu potencial crescimento e inovação para ganhar competitividade e visibilidade em comparação com outras regiões.

É apresentada a visão a longo prazo da EIDT Porto Santo 2030, detalhando a visão orientadora para a próxima década, bem como os objetivos estratégicos, a operacionalização da estratégia e sua conformidade com as diretrizes políticas nacionais e europeias.

Por fim, o Plano de Ação Porto Santo 2030 detalha os quatro desafios estratégicos, as metas estratégicas a alcançar em cada um dos desafios, e por fim as diferentes ações a promover referente a cada um dos desafios estratégicos. É feita uma estimativa orçamental e é apresentado um sistema de monitorização e indicadores. Enfatizando assim uma abordagem holística que integra a visão estratégica, planos de ação e instrumentos de monitorização para alcançar os objetivos estabelecidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Andrade, D. (2021). *A Política Regional da Região Autónoma da Madeira no quadro dos paradigmas de desenvolvimento regional das últimas décadas*. [dissertação para obtenção de grau de Mestre em Economia e Políticas Públicas]. Disponível em: Repositório científico do ISCTE. <http://hdl.handle.net/10071/22844>.
- AREAM (2005). *Avaliação do Potencial Energético Solar na Região Autónoma da Madeira. Relatório Final*. Agência Regional da Energia e Ambiente da Região Autónoma da Madeira. https://aream.pt/files/2016/05/ERAMAC_solar_RAM.pdf
- Borrego, C. (2014). *Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Operacional da Região Autónoma da Madeira. Relatório Ambiental Final*. Sociedade Portuguesa de Inovação, Instituto do Ambiente e Desenvolvimento e Ecorys. https://www.idr.madeira.gov.pt/porta1/Upload/Anexos/RA_AAE_PO_Madeira.pdf
- Brum, A., et al. (2012). *Inventariação do Património Geológico da Ilha da Madeira*. Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais - Relatório Final. <https://geodiversidade.madeira.gov.pt>
- Caldeira, R. (Coord.) (2022). *Estratégia Regional de Especialização Inteligente da Região Autónoma da Madeira*. Governo Regional da Madeira
- Cameira, T. P. (2013). *O Município como Motor de Desenvolvimento Local* [dissertação para obtenção de grau de Mestre em Gestão especialização em Administração Pública]. Disponível em: Repositório científico do Instituto Politécnico da Guarda. <http://hdl.handle.net/10314/2250>.
- Carvalho, M. F. D. (2011). *Gestão Pública: Um novo paradigma para a governação da Administração Local em Portugal*. Instituto Nacional de Administração. Disponível em: Repositório de Administração Pública. <http://hdl.handle.net/10782/577>

- Castro, C. (2015). *Contributos para um plano estratégico para o turismo do Porto Santo: a importância do geoturismo*. (Dissertação para Mestrado em Gestão Turística). Instituto Politécnico de Viseu. Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu. <http://hdl.handle.net/10400.19/4391>
- Correia, P. & Lopo, T. (2017). *Região 2020: Determinantes estratégicos do Desenvolvimento Local e Regional*. Revista Brasileira De Gestão E Desenvolvimento Regional, 13(3), 77-101. Disponível em: Repositório da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10400.5/28929>.
- Dias, A. (2015). *Governança autárquica: desafios e oportunidades* [dissertação para obtenção de grau de Mestre de Estudos em Administração Pública, Universidade de Coimbra]. Disponível em: Repositório científico da Universidade de Coimbra. <https://hdl.handle.net/10316/37163>.
- Documento Estratégico para o Turismo da RAM 2015-2020, Estudo da ACIF em colaboração com a KPMG, dezembro de 2014. <https://www.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/estrategia/Estrategias-Regionais-Madeira/Documento-Estrategico-Turismo-Madeira-2015-2020.pdf>
- Eliseu, C.; Duque, A. S. & Pato, M. L. (2022). *Inovação e Sustentabilidade na ilha do Porto Santo, Madeira*. Edições Esgotadas. <http://hdl.handle.net/10400.19/7521>
- Estratégia para o Turismo da Madeira. Região Autónoma da Madeira 2017-2021. <https://www.apmadeira.pt/media/1731/estrategia-para-o-turismo-da-madeira.pdf>
- Ferreira, M. (2013). *Património Geológico da ilha do Porto Santo e Ilhéus adjacentes (Madeira): Inventariação, avaliação e valorização como contributo para a geoconservação* (Dissertação para grau de Mestre). Universidade dos Açores, Departamento de Geociências. <http://hdl.handle.net/10400.3/2871>
- Foray, D.; Keller, M.; Bersier, J.; Köcker, G.M. (2018). *Transformative Activities for Smart Specialisation: Considerations on a Workshop Methodology*. Working Paper, outubro. École Polytechnique de Lausanne, Haute École d'Ingénierie et

Architecture de Fribourg e Cluster Agentur Baden Württemberg.

https://www.researchgate.net/publication/328346010_Transformative_Activities_for_Smart_Specialisation_Considerations_on_a_Workshop_Methodology

- Freitas, J. & Pedra, Marco (2021). *Projeto SMART-ECO – Estratégia para uma economia Regional Inteligente*. Territórios inteligentes para a melhoria da competitividade das empresas e empreendedores do Espaço Mac. Região Autónoma da Madeira. <http://www.ideram.pt/files/SMART-ECO%20D05%20-%20Estratégia%20Economia%20Regional%20Inteligente.pdf>
- Fundação Francisco Manuel dos Santos (2013). *Diagnóstico prospetivo Regional*. Instituto de Desenvolvimento Regional. https://www.idr.madeira.gov.pt/portal/compromissomadeira2020/regionais/Diagnostico_Prospetivo_Regional-versao_final.pdf
- Fundação Francisco Manuel dos Santos. Censos 2021 por concelho e regiões: evolução 1960-2021. <https://www.pordata.pt/censos/resultados/emdestaque-porto+santo-718>
- Ilha do Porto Santo. *Reserva da Biosfera*. <https://portosantobiosfera.madeira.gov.pt/pt/>
- Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM (2019). *Documento de Orientação Estratégica. Madeira 2030*. https://www.ordemengenheiros.pt/fotos/editor2/documento_orientacao_estategica_madeira_2030.pdf
- Jesus, E. (2022). *Plano de Ação 2022-2023 da Sustentabilidade do Destino Madeira*. (Comunicação Oral). MAD13_00PlanoAcaoSustentabilidade. https://sustainableforall.visitmadeira.com/wp-content/uploads/2022/12/MAD13_00PlanoAcaoSustentabilidade-1.pdf
- Laranja, M., Edwards, J.H., Pinto, H. and Foray, D., (2020). *Implementation of Smart Specialisation Strategies in Portugal: An assessment*, EUR 30287 EN, Publications Office of the European Union, Luxembourg, 2020, ISBN 978-92-76-21047-4, doi:10.2760/903016, JRC121189

- Madeira 2030 – Programa regional da Madeira 2021-2027, disponível em: https://madeira.portugal2030.pt/wp-content/uploads/sites/17/2023/06/Texto_integral_sfc2021-PRG-2021PT16FFPR001-1.2_PRMADEIRA.pdf
- Miranda, S. (2013). *Turismo natureza e aventura no geoparque Porto Santo: Contributos para o desenvolvimento turístico sustentável*. (Dissertação de Mestrado). Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril. <http://hdl.handle.net/10400.26/6277>
- Município Porto Santo (Coord) (2019). *Ilha do Porto Santo. Candidatura a Reserva da Biosfera da Unesco*. https://portosantobiosfera.madeira.gov.pt/images/PDF/Candidatura_da_Ilha_do_PortoSanto_pt_leve.pdf
- Neves, H. (2005). *O Turismo em Porto Santo: uma estratégia de marketing para o futuro*. (Dissertação de Mestrado). Universidade do Algarve. <http://hdl.handle.net/10400.1/5046>
- Neves, H.; Cruz, A. R. & Correia, A. (2008). A sazonalidade da procura turística na ilha de Porto Santo. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, (17), pp. 25-43. <https://doi.org/10.59072/rper.vi17.252>
- OCDE (2016). *The Ocean Economy in 2030*.
- Oliveira, F. (Coord) (2014). *Plano de Ação para a Energia Sustentável do Município do Porto Santo*. Município do Porto Santo. https://cm-portosanto.pt/wp-content/uploads/PlanoAcaoEnergiaSustentavel-MPS_2014-1.pdf
- PAL (2007). *Plano de Urbanização do Golf Resort do Porto Santo. Relatório de Análise e Diagnóstico*. Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A. https://cm-portosanto.pt/wp-content/uploads/2018/02/PUGRPS_Relatório-de-Análise-e-Diagnóstico_Jul_2008.pdf
- Rodrigues, C. (2011). *Universities, the second academic revolution and regional development: a tale (solely) made of “techvalleys”?*. *European Planning Studies*, 19(2), 179-194. DOI: <https://doi.org/10.1080/09654313.2011.532664>

- Rodrigues, G.; Freitas, R. & Ferreira, S. (2023). *Estatísticas Demográficas da Região Autónoma da Madeira 2021*. Direção Regional de Estatísticas da Madeira. <https://estatistica.madeira.gov.pt/download-now/social/popcondsoc-pt/demografia-pt/demografia-publicacoes-pt/send/36-demografia-publicacoes/16643-estatisticas-demograficas-da-ram-2022-pdf.html>
- Silva, J. (Coord.) (2008). *Estudos geológicos, hidrogeológicos, geofísicos e de avaliação da dinâmica do litoral para o “Plano de Urbanização da Frente Mar, entre os sítios do Campo de Baixo e a Ponta da Calheta, ilha do Porto Santo, Região Autónoma da Madeira*. ENGEOMAD – Geoengenharia e Consultadoria. <https://cm-portosanto.pt/wp-content/uploads/2018/02/Relatório-Final.pdf>
- Silva, M. J., Leitão, J. C. C., Leitão, D. G., & Raposo, M. (2008). *Como transferir o conhecimento em redes de inovação? Uma proposta de benchmarking*. Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão, 7(2), 22-35. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rbpg/article/view/78905>.
- Sousa, R. (2006). *A sustentabilidade do destino turístico Porto Santo*. Dissertação de Mestrado. Universidade da Madeira. <http://hdl.handle.net/10400.13/169>
- Teixeira, C. (2016). *Contributos para o Diagnóstico Social do Porto Santo, Região Autónoma da Madeira* (Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Política Social). Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10400.5/13213>
- Vicente, M. (2017). *O papel das Cidades Médias do Interior para o Desenvolvimento do Território: o Caso da Cidade da Covilhã*. [dissertação para obtenção de grau de Mestre em Estudos de Desenvolvimento]. Disponível em: Repositório científico do ISCTE. <http://hdl.handle.net/10071/15265>.

Sites consultados

- <https://madeira.portugal2030.pt>
- <https://s3platform.jrc.ec.europa.eu/what-we-do>

- https://www02.madeiraedu.pt/Portals/3/Documentos/Desporto/contactos_plataforma_2018_NOVO.pdf
- www.pordata.pt
- www.portugal2030.pt
- www.madeira.portugal2030.pt
- <https://www.dgpm.mm.gov.pt/conta-satelite-do-mar>

Legislação

- Decreto Legislativo Regional 32/2008/M, de 13 de agosto
- Decreto Legislativo Regional 17/2020/M, de 30 de Dezembro. Diário da República, 1ª série – N.º252 – Plano de Desenvolvimento Económico e Social da Região Autónoma da Madeira 2030 – PDES Madeira 2030.
- Regulamento EU 2021/1060, Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de junho de 2021
- Resolução n.º592/99
- Resolução n.º751/2009, de 2 de julho
- Resolução n.º699/2016, de 17 de outubro
- Resolução do Conselho de Governo n.º1341/2009, de 3 de novembro
- Resolução da Presidência do Governo n.º856/99